



**RANKING DE  
COMPETITIVIDADE  
DOS ESTADOS**

**EDIÇÃO  
2020**



## UMA FERRAMENTA PARA PAUTAR A AÇÃO DE LÍDERES PÚBLICOS POR UM BRASIL MAIS SUSTENTÁVEL

Fundado em 2008, o Centro de Liderança Pública - CLP desenvolve líderes públicos empenhados em promover transformações sociais por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

A necessidade de mais líderes no setor público é notável em todas as hierarquias. A difícil mobilidade do setor público, mergulhado em burocracias, exige ações enérgicas que, por sua vez, só podem ser tomadas por verdadeiros líderes públicos.

As marcas dessa crise de liderança se fazem presentes na falta de uma agenda nacional de desenvolvimento, em ciclos de paralisia decisória e nos projetos sem fim, que tanto marcam a política de infraestrutura nacional.

A atuação contínua de líderes públicos é o passo inicial para destravar as agruras da gestão pública nacional. Pessoas com poder de tomar decisões e que consigam mobilizar a sociedade em prol de uma agenda positiva para o País.

O Ranking de Competitividade dos Estados foi concebido pelo CLP em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos 69 indicadores contemplados.

Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam fazer.

**Tadeu Barros**

**Diretor Executivo do CLP – Liderança Pública**



# AGRADECIMENTOS

A elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* contou com a dedicação e contribuição de diversas pessoas e organizações. Gostaríamos de agradecer ao Conselho e a toda a equipe do CLP – Centro de Liderança Pública pelo engajamento em todas as etapas do estudo, assim como aos nossos parceiros: Tendências Consultoria Integrada e *Economist Intelligence Unit*. Agradecemos também à B3 pelo apoio na divulgação e realização do evento de lançamento.

Agradecemos igualmente aos notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking, que promoveram valiosas contribuições para a concepção geral do ranking, aqui citados em ordem alfabética: Ana Maria Malik, Carlos Arruda, Célia Carvalho, Dênis Mizne, Fábio de Almeida, Felipe Salto, Fiona Mackie, Guilherme Casarões, Hélcio Tokeshi, Humberto Dantas, Humberto Falcão, Januário Montone, Leandro Piquet, Luciana Yeung, Lutiano Silva, Mateus Bandeira, Oliver Stuenkel, Paulo Fleury, Pedro Bianchi, Renato Sérgio de Lima, Reynaldo Fernandes. Agradecemos também aos especialistas da Secretaria do Tesouro Nacional que fizeram ricas contribuições aos indicadores e discussões dentro do pilar de Solidez Fiscal.

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>Ranking de Competitividade dos Estados.....</b>	<b>8</b>
<b>Pilares.....</b>	<b>23</b>
<b>Infraestrutura.....</b>	<b>23</b>
<b>Sustentabilidade Social.....</b>	<b>32</b>
<b>Segurança Pública.....</b>	<b>42</b>
<b>Educação.....</b>	<b>51</b>
<b>Solidez Fiscal.....</b>	<b>58</b>
<b>Eficiência da Máquina Pública.....</b>	<b>67</b>
<b>Capital Humano.....</b>	<b>75</b>
<b>Sustentabilidade Ambiental.....</b>	<b>80</b>
<b>Potencial de Mercado.....</b>	<b>87</b>
<b>Inovação.....</b>	<b>93</b>
<b>Perfil dos Estados.....</b>	<b>101</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>156</b>
<b>Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings.....</b>	<b>156</b>
<b>Anexo 2: Estrutura e Metodologia.....</b>	<b>160</b>

**RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS**

**Edição 2020**



# INTRODUÇÃO

Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de *ranking* proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de *enforcement* aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de *accountability* e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.



# INTRODUÇÃO

O *Ranking de Competitividade dos Estados* tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o *Ranking de Competitividade dos Estados* pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do *Ranking de Competitividade dos Estados*, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados 68 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na seção abaixo é apresentado o ranking propriamente dito, incluindo o seu detalhamento por pilar e por indicador.

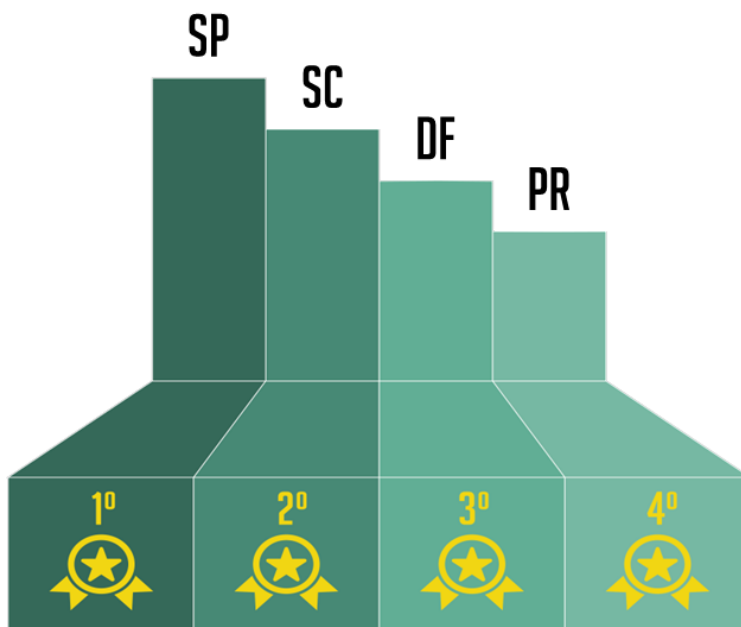
Um resumo da análise teórica sobre rankings é deixado para o anexo 1, ao passo que a metodologia de construção do ranking é descrita no anexo 2.

# 10 PILARES





## RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS



Os Estados mais bem posicionados no *Ranking de Competitividade dos Estados de 2020* estão reportados na figura acima.

Assim como na edição de 2018 e 2019, **São Paulo** segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, **Santa Catarina** permaneceu na segunda posição, **Distrito Federal**, na terceira e **Paraná**, na quarta.

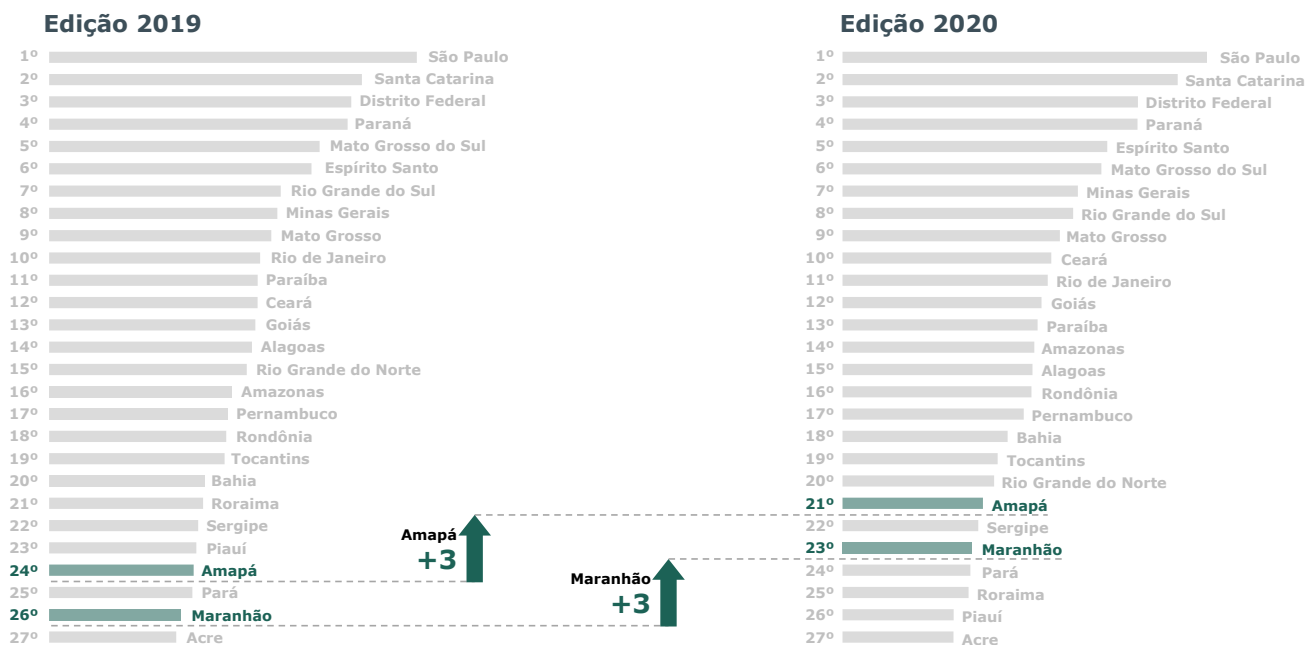
Os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking, com os Estados do Norte e Nordeste ocupando as últimas posições. **Ceará** é o representante do Nordeste mais bem colocado (10ª posição), à frente de **Goiás** (12ª). E **Amazonas** é o representante do Norte mais bem colocado (14ª posição).

Os três últimos colocados foram **Roraima**, **Piauí** e **Acre**. Nesta edição, **Maranhão** saiu das últimas posições, passando da 26ª colocação para 23ª.



## DESTAQUES DE 2020

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, merecem destaque as seguintes UFs: **Amapá** e **Maranhão**, por terem sido as que mais ganharam posições em relação à edição de 2019.



**Amapá** ganhou 3 posições, passando da 24ª para 21ª colocação. O Estado subiu 8 posições no pilar de Segurança Pública e 6 posições nos de Solidez Fiscal e Potencial de Mercado. Houve, ainda, ganho de 2 colocações no pilar de Eficiência da Máquina Pública.

No pilar de Segurança Pública, o AP subiu 8 posições, passando da 18ª para 10ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Segurança Patrimonial (+14 posições) e Segurança Pessoal (+6 posições). No pilar de Solidez Fiscal, o Estado subiu 6 posições em relação à edição de 2019, passando da 8ª para 2ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Taxa de Investimentos (+5 posições). No pilar de Potencial de Mercado, o Amapá também subiu 6 posições, passando da 21ª para 15ª colocação, com melhora relativa no indicador de Taxa de Crescimento (+3 posições).

**Maranhão** ganhou 3 posições, passando da 26ª para 23ª colocação. O Estado subiu 5 posições no pilar de Inovação, 4 posições no de Segurança Pública e 3 nos de Educação e Potencial de Mercado. Houve, ainda, ganho de 2 colocações nos pilares de Sustentabilidade Social e Capital Humano.

No pilar de Inovação, o Maranhão passou da última para 22ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Bolsa de Mestrado e Doutorado (+17 posições). No pilar de Segurança Pública, o MA passou da 8ª para 4ª colocação, graças à melhora relativa no indicador de Segurança Patrimonial (+12 posições). No pilar de Educação, o Estado passou da 24ª para 21ª colocação, com melhoras

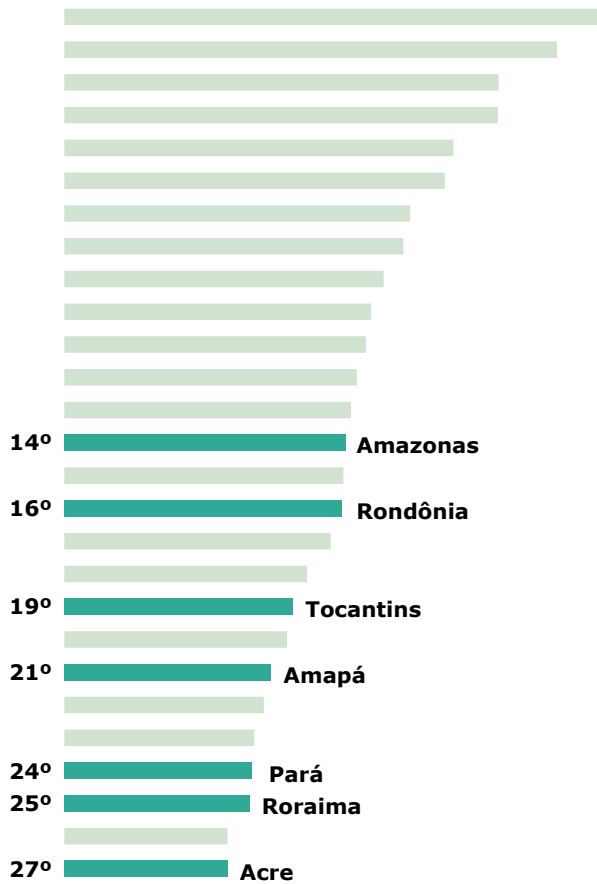
relativas nos indicadores de Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (+6 posições) e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (+2 posições). No pilar de Potencial de Mercado, o Maranhão passou da 17<sup>a</sup> para 14<sup>a</sup> colocação, com destaque para a boa posição no indicador de Crescimento Potencial da Força de Trabalho (11<sup>o</sup> lugar).



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## DESTAQUES REGIONAIS

### REGIÃO NORTE



#### AP: ↑ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 8 em Segurança Pública (10ª colocação)
- ↑ 6 em Solidez Fiscal (2ª colocação)
- ↑ 2 em Efic. da Máq. Pública (25ª colocação)

#### RO: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 12 em Efic. da Máq. Pública (10ª colocação) e Potencial de Mercado (6ª colocação)
- ↓ 3 em Infraestrutura (16ª colocação) e Inovação (19ª colocação)

#### RR: ↓ 4 posições no Ranking Geral

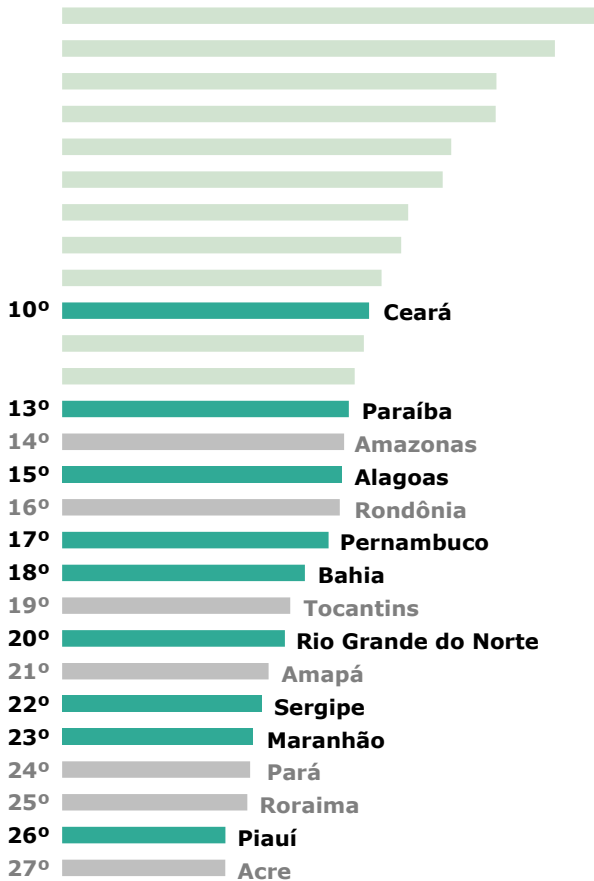
- ↓ 5 em Inovação (25ª colocação)
- ↓ 3 em Sustentab. Social (24ª colocação), Capital Humano (8ª colocação) e Sustentab. Ambiental (12ª colocação)
- ↑ 6 em Solidez Fiscal (9ª colocação)



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## DESTAQUES REGIONAIS

### REGIÃO NORDESTE



#### MA: ↑ 3 posições no Ranking Geral

- ↑ 5 em Inovação (22ª colocação)
- ↑ 3 em Educação (21ª colocação) e Potencial de Mercado (14ª colocação)
- ↓ 4 em Efic. da Máq. Pública (22ª colocação)
- ↓ 3 em Infraestrutura (23ª colocação)

#### BA: ↑ 2 posições no Ranking Geral

- ↑ 10 em Inovação (16ª colocação)
- ↑ 7 em Efic. da Máq. Pública (7ª colocação)
- ↑ 5 em Capital Humano (19ª colocação)
- ↓ 3 em Segurança Pública (25ª colocação)

#### PI: ↓ 3 posições no Ranking Geral

- ↓ 8 em Potencial de Mercado (21ª colocação)
- ↓ 4 em Solidez Fiscal (23ª colocação)
- ↓ 3 em Infraestrutura (24ª colocação) e Segurança Pública (18ª colocação)

#### RN: ↓ 5 posições no Ranking Geral

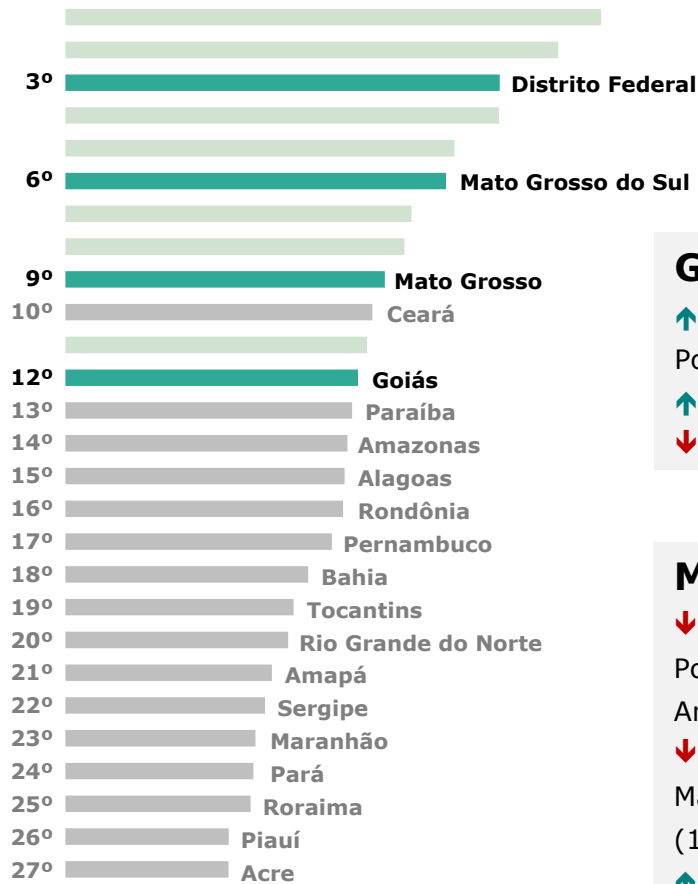
- ↓ 16 em Solidez Fiscal (25ª colocação)
- ↓ 10 em Efic. da Máq. Pública (21ª colocação)
- ↑ 3 em Educação (16ª colocação)



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## DESTAQUES REGIONAIS

### REGIÃO CENTRO-OESTE



#### GO: ↑ 1 posição no Ranking Geral

↑ 5 em Infraestrutura (17ª colocação) e Potencial de Mercado (11ª colocação)

↑ 3 em Inovação (20ª colocação)

↓ 3 em Efic. da Máq. Pública (15ª colocação)

#### MS: ↓ 1 posição no Ranking Geral

↓ 4 em Segurança Pública (6ª colocação), Potencial de Mercado (8ª colocação) e Sust. Ambiental (9ª colocação)

↓ 3 em Educação (12ª colocação), Efic. da Máq. Pública (11ª colocação) e Solidez Fiscal (15ª colocação)

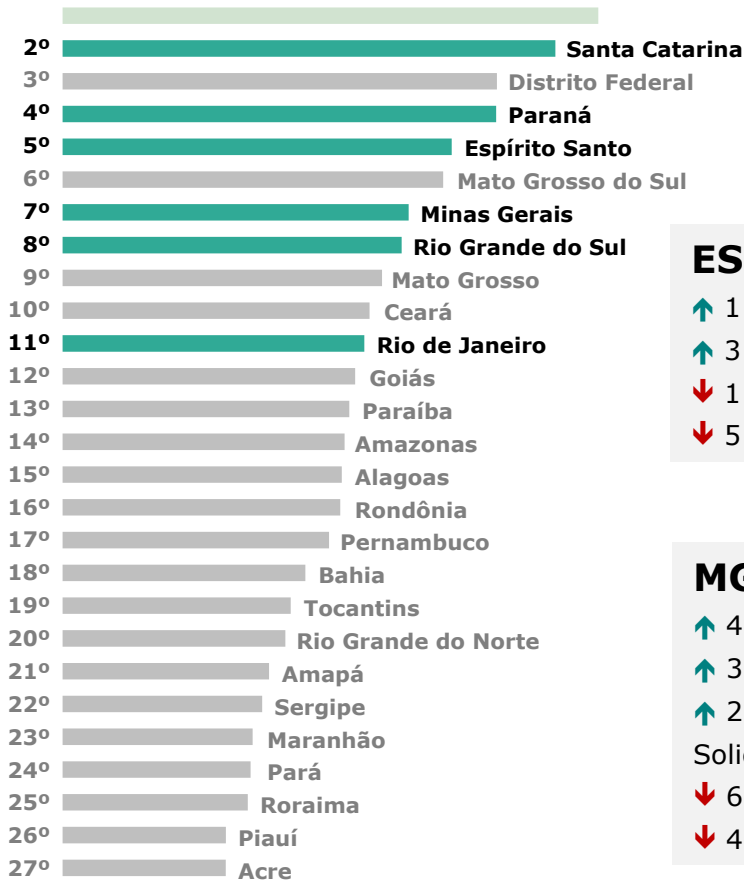
↑ 7 em Capital Humano (10ª colocação)



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## DESTAQUES REGIONAIS

### REGIÕES SUL E SUDESTE



#### ES: ↑ 1 posição no Ranking Geral

- ↑ 11 em Inovação (13ª colocação)
- ↑ 3 em Infraestrutura (5ª colocação)
- ↓ 11 em Potencial de Mercado (23ª colocação)
- ↓ 5 em Segurança Pública (15ª colocação)

#### MG: ↑ 1 posição no Ranking Geral

- ↑ 4 em Efic. da Máquina Pública (6ª colocação)
- ↑ 3 em Capital Humano (16ª colocação)
- ↑ 2 em Segurança Pública (7ª colocação) e Solidez Fiscal (24ª colocação)
- ↓ 6 em Infraestrutura (18ª colocação)
- ↓ 4 em Potencial de Mercado (18ª colocação)

#### SC: → 0 posição no Ranking Geral

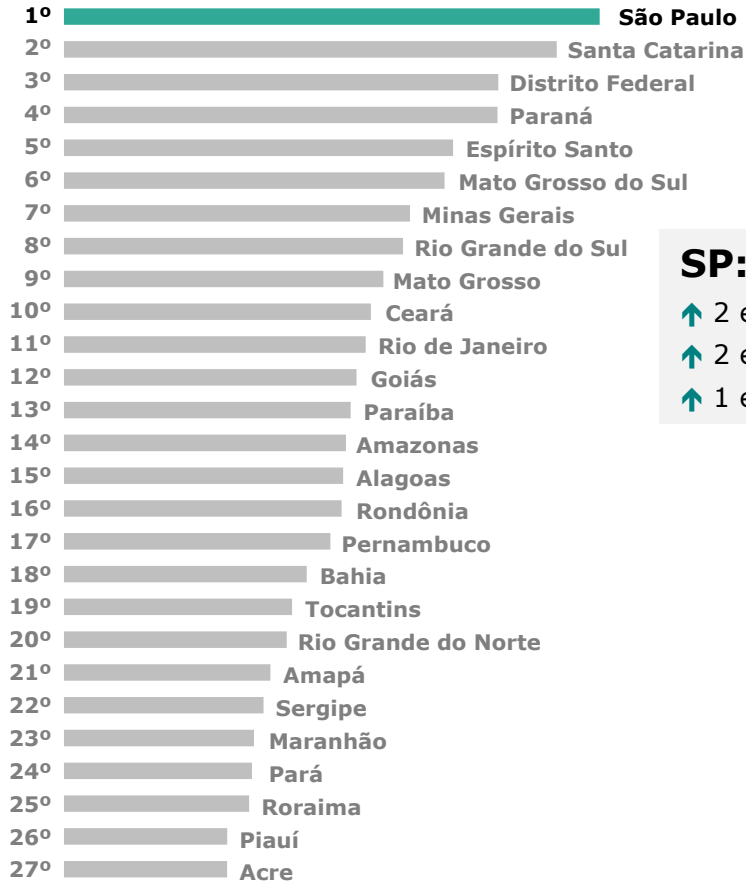
- ↑ 6 em Solidez Fiscal (10ª colocação) e Efic. da Máq. Pública (1ª colocação)
- ↑ 3 em Potencial de Mercado (5ª colocação)
- ↑ 2 em Capital Humano (5ª colocação) e Sustentabilidade Ambiental (8ª colocação)



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## DESTAQUES REGIONAIS

### 1º COLOCADO: São Paulo



**SP: → 0 posição no Ranking Geral**

↑ 2 em Solidez Fiscal (12ª colocação)

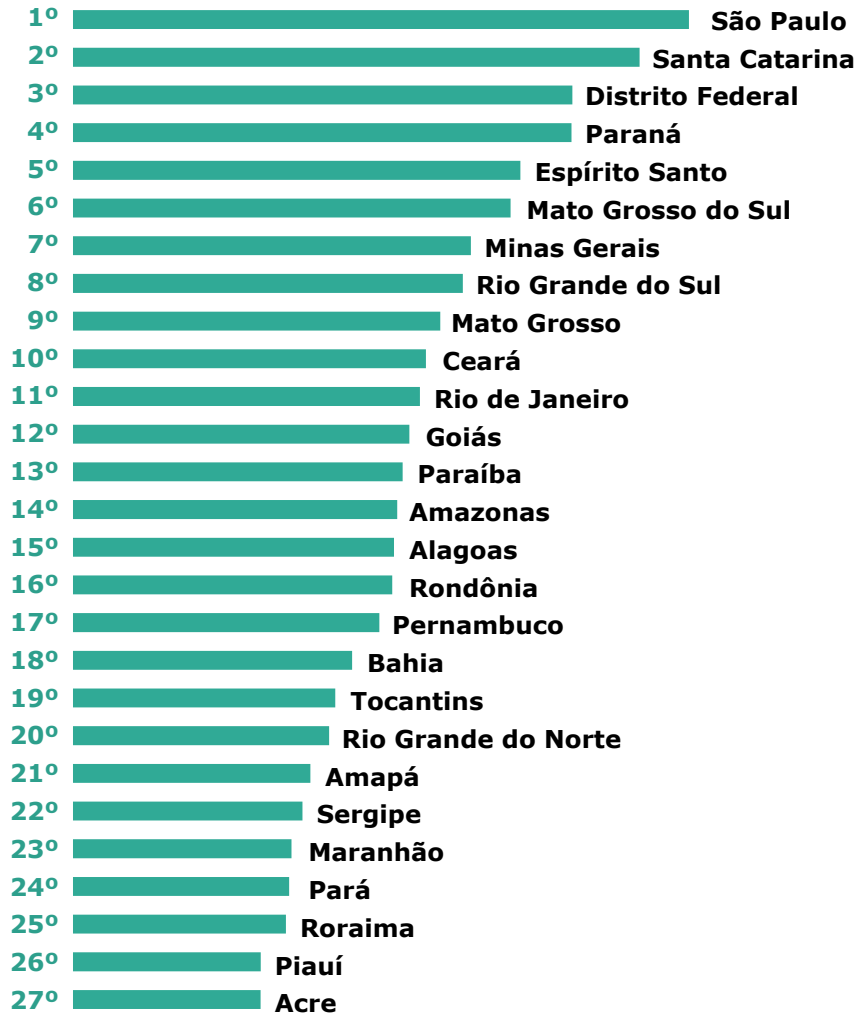
↑ 2 em Sustentabilidade Social (2ª colocação)

↑ 1 em Segurança Pública (2ª colocação)



# RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

## RESULTADO FINAL



**São Paulo** segue na 1ª colocação em três pilares: Infraestrutura, Educação e Inovação. O Estado não perdeu posições em pilares nesta edição, mas, sim, ganhou posição nos de Sustentabilidade Social (+2 posições), Segurança Pública (+1 posição) e Solidez Fiscal (+2 posições). São Paulo permaneceu na 2ª colocação nos pilares de Sustentabilidade Ambiental e Potencial de Mercado.

**Santa Catarina** permanece na 2ª colocação do Ranking Geral, mantendo-se na primeira colocação nos pilares de Sustentabilidade Social e Segurança Pública, bem como na terceira colocação no de Inovação. O Estado ganhou posições nos pilares de Solidez Fiscal (+6 posições), Eficiência da Máquina Pública (+6 posições), Capital Humano (+2 posições) e Potencial de Mercado (+3 posições). Assim como SP, Santa Catarina não perdeu posições em pilares nesta edição.

**Distrito Federal** também segue na 3ª colocação do Ranking Geral, mantendo-se na primeira posição nos pilares de Sustentabilidade Ambiental e de Capital Humano. O



DF apresentou melhora relativa no pilar de Segurança Pública (+3 posições), de Sustentabilidade Social (+3 posições) e no de Inovação (+5 posições), e se manteve na 6ª colocação no pilar de Educação. Contudo, o Estado perdeu 13 posições no pilar de Eficiência da Máquina Pública e 7 no de Potencial de Mercado.

Na outra extremidade, o **Acre** permaneceu na última colocação do Ranking Geral. O Estado mostrou piora relativa nos pilares de Educação (-2 posições), Sustentabilidade Ambiental (-3 posições) e Inovação (-2 posições). Contudo, houve melhora nos pilares de Solidez Fiscal e Capital Humano (+3 posições), Eficiência da Máquina Pública (+2 posições), Infraestrutura e Sustentabilidade Social (+1 posição).

**Piauí** saiu da 23ª colocação no Ranking de 2019 para a penúltima colocação nesta edição, seu pior resultado dos últimos 6 anos. O Estado apresentou quedas de posições nos pilares de Infraestrutura (-3 posições), Segurança Pública (-3 posições), Solidez Fiscal (-4 posições), Eficiência da Máquina Pública (-2 posições), Capital Humano (-1 posição) e Potencial de Mercado (-8 posições). Contudo, houve melhora nos pilares de Sustentabilidade Social (+1 posição), Educação (+1 posição) e Sustentabilidade Ambiental (+1 posição).

**Roraima** caiu da 21ª colocação no Ranking de 2019 para a 25ª colocação nesta edição, com pioras relativas nos pilares de Sustentabilidade Social (-3 posições), Sustentabilidade Ambiental (-3 posições), Educação (-2 posições), Eficiência da Máquina Pública (-2 posições) e Inovação (-5 posições). Porém, houve melhora nos pilares de Solidez Fiscal (+6 posições) e Infraestrutura (+2 posições).

Os desempenhos dos Estados em cada pilar estão nas próximas duas tabelas:

### Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	94,4	2	84,7	2	100,0	1	64,9	12
SC	67,8	2	100,0	1	100,0	1	86,4	2	67,5	10
DF	65,2	3	91,7	3	83,9	3	66,1	6	34,3	20
PR	58,6	4	87,4	5	77,2	8	79,2	4	65,7	11
ES	58,5	5	70,9	8	62,3	15	59,9	7	100,0	1
MS	56,4	6	72,0	7	81,9	6	47,1	12	57,9	15
MG	37,8	18	85,4	6	78,6	7	83,6	3	11,4	24
RS	37,1	19	90,4	4	76,7	9	52,1	10	0,0	27
MT	47,7	13	66,4	10	61,8	16	50,9	11	40,4	18
CE	51,2	11	36,0	15	52,6	20	68,1	5	81,7	4
RJ	54,3	9	66,9	9	42,1	23	53,3	9	0,3	26
GO	38,6	17	64,7	11	60,5	17	59,6	8	21,4	21
PB	48,9	12	40,7	14	82,3	5	31,3	18	64,3	13
AM	0,0	27	13,2	22	69,7	12	14,4	24	74,7	7
AL	55,1	8	28,0	19	64,4	14	28,4	19	75,3	6
RO	39,4	16	42,5	13	71,7	11	34,2	17	80,8	5
PE	55,5	7	32,3	17	35,8	24	45,7	13	37,0	19
BA	39,8	15	30,9	18	35,7	25	16,7	23	72,8	8
TO	30,6	20	50,5	12	49,3	22	39,7	14	15,8	22
RN	51,7	10	34,4	16	50,6	21	38,5	16	8,7	25
AP	27,6	22	0,0	27	74,1	10	0,0	27	83,2	2
SE	47,4	14	26,6	20	32,6	26	16,8	22	44,5	16
MA	25,8	23	5,1	25	83,1	4	18,7	21	40,7	17
PA	5,4	25	4,7	26	65,3	13	1,4	26	83,0	3
RR	29,0	21	6,5	24	0,0	27	7,6	25	72,4	9
PI	25,6	24	22,9	21	55,8	18	38,8	15	13,0	23
AC	0,7	26	7,9	23	54,8	19	25,8	20	59,1	14

## Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	82,3	5	49,2	4	93,3	2	92,7	2	100,0	1
SC	100,0	1	45,6	5	66,6	8	61,0	5	85,4	3
DF	64,8	14	100,0	1	100,0	1	35,2	13	55,3	9
PR	84,6	4	34,1	9	84,5	3	37,4	12	82,9	4
ES	95,3	3	30,5	14	78,4	4	6,7	23	42,4	13
MS	68,4	11	33,1	10	65,7	9	46,1	8	77,4	5
MG	78,0	6	21,7	16	70,2	7	25,2	18	54,6	10
RS	96,5	2	21,6	17	61,5	13	26,9	17	92,3	2
MT	59,3	17	25,5	15	45,6	20	76,6	3	33,2	15
CE	57,8	18	14,7	22	57,1	14	23,7	19	29,7	18
RJ	70,4	9	70,4	2	71,5	6	13,4	22	56,9	8
GO	61,5	15	20,6	18	74,0	5	37,6	11	24,6	20
PB	27,6	23	10,7	23	64,9	10	2,7	24	62,8	7
AM	70,4	8	61,0	3	48,3	19	65,1	4	64,4	6
AL	66,1	13	17,9	21	51,3	15	23,2	20	17,2	21
RO	69,9	10	0,0	27	0,0	27	51,1	6	29,1	19
PE	61,4	16	38,2	7	48,8	18	27,4	16	53,7	11
BA	77,1	7	20,4	19	62,5	11	0,0	27	32,2	16
TO	37,0	20	44,4	6	45,3	21	47,0	7	0,0	27
RN	36,8	21	32,9	11	51,2	16	1,0	26	47,0	12
AP	6,5	25	32,3	12	49,8	17	29,0	15	6,2	26
SE	67,8	12	0,9	25	42,5	22	1,3	25	35,3	14
MA	30,8	22	19,2	20	14,0	25	29,7	14	15,3	22
PA	44,9	19	0,3	26	29,7	24	44,2	9	11,0	23
RR	0,0	27	36,5	8	62,4	12	100,0	1	6,4	25
PI	0,1	26	7,0	24	29,8	23	23,0	21	30,5	17
AC	7,6	24	30,6	13	11,0	26	41,8	10	9,7	24

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Ranking Geral										
UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		2	2 ▲	2	1 ▲	1	
SC	2		2	1 ▲	1		1		2	1 ▲
DF	3		3	-1 ▼	3	3 ▲	3	3 ▲	6	
PR	4		4		5	-3 ▼	8	-1 ▼	4	
ES	5	1 ▲	5	3 ▲	8	1 ▲	15	-5 ▼	7	
MS	6	-1 ▼	6	-1 ▼	7		6	-4 ▼	12	-3 ▼
MG	7	1 ▲	18	-6 ▼	6	-1 ▼	7	2 ▲	3	-1 ▼
RS	8	-1 ▼	19	-1 ▼	4	-1 ▼	9	-4 ▼	10	1 ▲
MT	9		13	-2 ▼	10	1 ▲	16	-5 ▼	11	-1 ▼
CE	10	2 ▲	11	-2 ▼	15	2 ▲	20	6 ▲	5	
RJ	11	-1 ▼	9	7 ▲	9	-1 ▼	23		9	3 ▲
GO	12	1 ▲	17	5 ▲	11	-1 ▼	17	-1 ▼	8	
PB	13	-2 ▼	12	-2 ▼	14		5	-1 ▼	18	-1 ▼
AM	14	2 ▲	27	-1 ▼	22	1 ▲	12	2 ▲	24	-3 ▼
AL	15	-1 ▼	8	6 ▲	19	-3 ▼	14	-2 ▼	19	1 ▲
RO	16	2 ▲	16	-3 ▼	13	-1 ▼	11	2 ▲	17	-2 ▼
PE	17		7	-1 ▼	17	-2 ▼	24		13	1 ▲
BA	18	2 ▲	15		18	2 ▲	25	-3 ▼	23	2 ▲
TO	19		20	4 ▲	12	1 ▲	22	-5 ▼	14	-1 ▼
RN	20	-5 ▼	10	-3 ▼	16	2 ▲	21	-1 ▼	16	3 ▲
AP	21	3 ▲	22	-3 ▼	27	-2 ▼	10	8 ▲	27	
SE	22		14	3 ▲	20	-1 ▼	26	-1 ▼	22	
MA	23	3 ▲	23	-3 ▼	25	2 ▲	4	4 ▲	21	3 ▲
PA	24	1 ▲	25		26		13	8 ▲	26	
RR	25	-4 ▼	21	2 ▲	24	-3 ▼	27		25	-2 ▼
PI	26	-3 ▼	24	-3 ▼	21	1 ▲	18	-3 ▼	15	1 ▲
AC	27		26	1 ▲	23	1 ▲	19		20	-2 ▼

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		12	2 ▲	5		4	
SC	2		10	6 ▲	1	6 ▲	5	2 ▲
DF	3		20		14	-13 ▼	1	
PR	4		11		4	-1 ▼	9	-1 ▼
ES	5	1 ▲	1	1 ▲	3	1 ▲	14	
MS	6	-1 ▼	15	-3 ▼	11	-3 ▼	10	7 ▲
MG	7	1 ▲	24	2 ▲	6	4 ▲	16	3 ▲
RS	8	-1 ▼	27		2		17	-2 ▼
MT	9		18	6 ▲	17	-11 ▼	15	-3 ▼
CE	10	2 ▲	4	2 ▲	18	-9 ▼	22	-1 ▼
RJ	11	-1 ▼	26	-1 ▼	9	8 ▲	2	
GO	12	1 ▲	21		15	-3 ▼	18	
PB	13	-2 ▼	13	-6 ▼	23	-2 ▼	23	3 ▲
AM	14	2 ▲	7	-6 ▼	8	11 ▲	3	3 ▲
AL	15	-1 ▼	6	-1 ▼	13	2 ▲	21	-11 ▼
RO	16	2 ▲	5	-2 ▼	10	12 ▲	27	
PE	17		19	4 ▲	16	-3 ▼	7	6 ▲
BA	18	2 ▲	8	2 ▲	7	7 ▲	19	5 ▲
TO	19		22		20	3 ▲	6	5 ▲
RN	20	-5 ▼	25	-16 ▼	21	-10 ▼	11	-2 ▼
AP	21	3 ▲	2	6 ▲	25	2 ▲	12	-9 ▼
SE	22		16	-3 ▼	12	8 ▲	25	-5 ▼
MA	23	3 ▲	17	1 ▲	22	-4 ▼	20	2 ▲
PA	24	1 ▲	3	1 ▲	19	-3 ▼	26	-1 ▼
RR	25	-4 ▼	9	6 ▲	27	-2 ▼	8	-3 ▼
PI	26	-3 ▼	23	-4 ▼	26	-2 ▼	24	-1 ▼
AC	27		14	3 ▲	24	2 ▲	13	3 ▲

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2019 – III

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		2		1	
SC	2		8	2 ▲	5	3 ▲	3	
DF	3		1		13	-7 ▼	9	5 ▲
PR	4		3		12	-1 ▼	4	
ES	5	1 ▲	4	2 ▲	23	-11 ▼	13	11 ▲
MS	6	-1 ▼	9	-4 ▼	8	-4 ▼	5	3 ▲
MG	7	1 ▲	7		18	-4 ▼	10	1 ▲
RS	8	-1 ▼	13	-1 ▼	17	-2 ▼	2	
MT	9		20	2 ▲	3	4 ▲	15	-6 ▼
CE	10	2 ▲	14		19	1 ▲	18	1 ▲
RJ	11	-1 ▼	6	2 ▲	22	-3 ▼	8	-2 ▼
GO	12	1 ▲	5	-1 ▼	11	5 ▲	20	3 ▲
PB	13	-2 ▼	10	3 ▲	24		7	
AM	14	2 ▲	19	-1 ▼	4	5 ▲	6	-1 ▼
AL	15	-1 ▼	15	5 ▲	20	7 ▲	21	-11 ▼
RO	16	2 ▲	27		6	12 ▲	19	-3 ▼
PE	17		18	-3 ▼	16	6 ▲	11	2 ▲
BA	18	2 ▲	11		27	-2 ▼	16	10 ▲
TO	19		21	-2 ▼	7	-2 ▼	27	-2 ▼
RN	20	-5 ▼	16	1 ▲	26	-3 ▼	12	
AP	21	3 ▲	17	-1 ▼	15	6 ▲	26	-11 ▼
SE	22		22	-1 ▼	25	1 ▲	14	4 ▲
MA	23	3 ▲	25	1 ▲	14	3 ▲	22	5 ▲
PA	24	1 ▲	24	1 ▲	9	-6 ▼	23	-2 ▼
RR	25	-4 ▼	12	-3 ▼	1		25	-5 ▼
PI	26	-3 ▼	23	1 ▲	21	-8 ▼	17	
AC	27		26	-3 ▼	10		24	-2 ▼



# INFRAESTRUTURA

A crônica deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhora da competitividade do País, juntamente com a deficiência na educação. De acordo com a edição de 2019 do *Global Competitiveness Report*, publicação do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está apenas na 78ª colocação dos 141 países avaliados no pilar de infraestrutura.

Este quadro ruim é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Enquanto o Brasil investia mais de 5% do PIB em infraestrutura na década de 1970, nos últimos anos essa taxa recuou para pouco mais de 2% do PIB.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura pode ser encontrada também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta do atual nível de carência de infraestrutura dos Estados, bem como por sua importância decisiva para a competitividade, este pilar apresenta o segundo maior peso entre os 10 pilares que compõem o *Ranking de Competitividade dos Estados* (12,6% do cômputo geral).

Neste pilar, buscou-se compilar indicadores para os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia e telecomunicações — embora, assim como ocorre em outros pilares, nem todos os atributos dispusessem de estatísticas para a sua mensuração e inclusão no ranking.

Ao incluir indicadores de acesso, custo e qualidade dos serviços ligados à infraestrutura, o pilar também buscou contemplar as diferentes dimensões do problema (situações de *trade-off*) e que afetam a competitividade dos Estados. Em alguns casos, o problema maior está na ausência pura e simples da infraestrutura; em outros casos a infraestrutura existe, porém é de má qualidade; finalmente, pode haver casos ainda em que há disponibilidade de infraestrutura de boa qualidade, mas com tarifas muito elevadas.

Na composição do pilar, pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade das Rodovias, Qualidade da Energia Elétrica e Qualidade do Serviço de Telecomunicações, considerados os indicadores mais críticos deste pilar (ver sobre critérios de ponderação no anexo 2). Já o indicador de Acesso à Energia Elétrica recebeu menor peso, tendo em vista a cobertura deste serviço já bastante elevada em praticamente todas as UFs.

As UFs mais bem colocadas foram: SP e SC.

**São Paulo** segue como o mais bem colocado neste pilar, pelo sexto ano consecutivo desde o novo formato deste Ranking. São Paulo apresenta destaque no pilar por estar bem posicionado em indicadores como Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis, Disponibilidade de Voos Diretos, Acesso à Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias.

A segunda colocação ficou com **Santa Catarina**, que subiu uma posição neste ano, com melhoras relativas nos indicadores de Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Saneamento Básico, Acesso à Energia Elétrica e Custo da Energia Elétrica. Por outro lado, a terceira colocação ficou com o **Distrito Federal**, que caiu uma posição neste ano, com pioras relativas nos indicadores de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Disponibilidade de Voos Diretos, Acesso à Energia Elétrica e Qualidade da Energia Elétrica.

Os Estados do **Rio de Janeiro** e **Alagoas** apresentaram os maiores ganhos de posições em relação ao Ranking de 2019. O RJ subiu 7 colocações no pilar (da 16ª colocação para 9ª), com melhoras relativas em Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Combustíveis, Custo de Saneamento Básico, Custo da Energia Elétrica e Qualidade da Energia Elétrica. O AL avançou 6 posições (da 14ª para 8ª), com melhoras relativas em Acesso à Energia Elétrica, Custo da Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias.

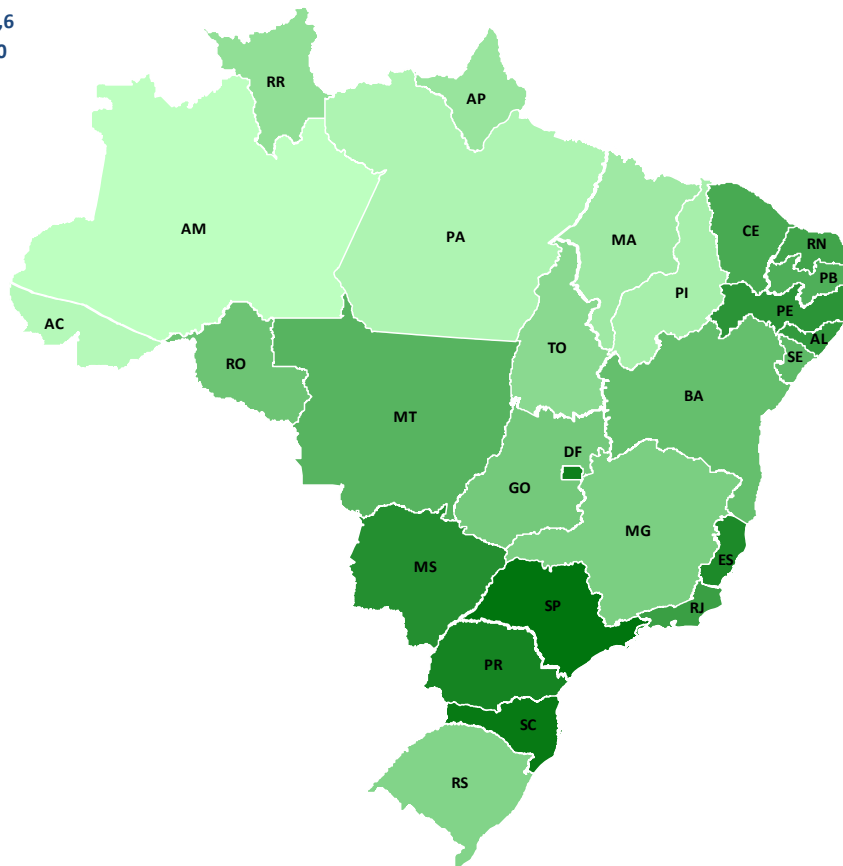
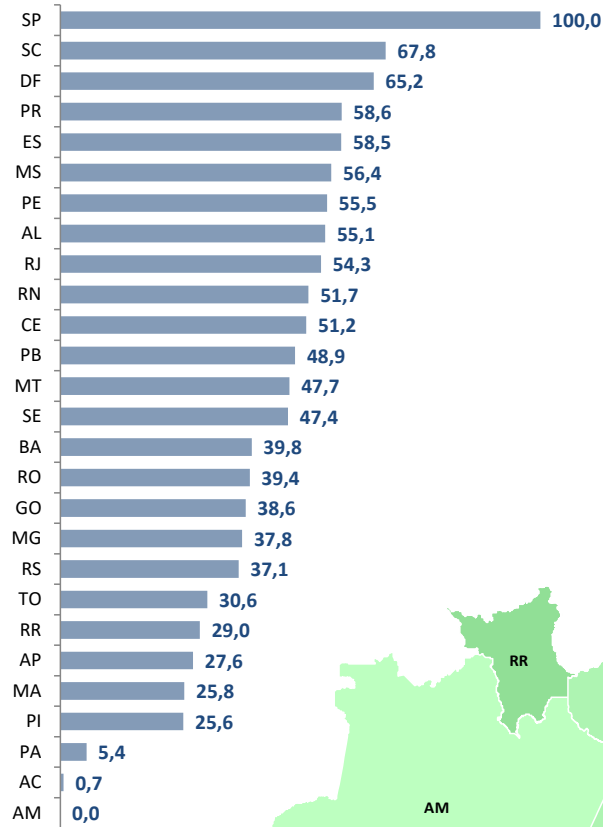
Nesta edição, houve a inclusão de um novo indicador: Backhaul de Fibra Óptica, o qual se refere à proporção de municípios com infraestrutura de backhaul de fibra óptica, segundo dados da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).





# INFRAESTRUTURA

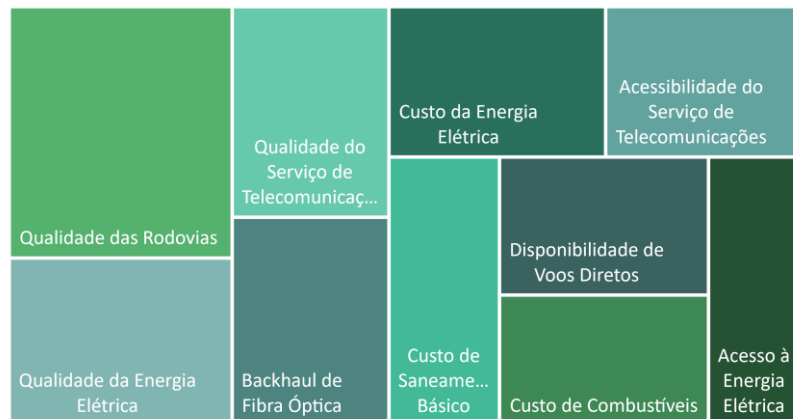
## Ranking – Infraestrutura



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos por 100 habitantes (telefonia móvel e banda larga).	ANATEL e IBGE	2019
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média do ranking de banda larga fixa e do de telefonia móvel (percentual de indicadores com cumprimento de metas).	ANATEL	2019
Custo de Combustíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (etanol, gasolina e diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2019
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SNIS	2018
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2019
Acesso à Energia Elétrica	Proporção de domicílios com acesso a energia elétrica (iluminação elétrica).	IBGE	2019
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média praticada para o consumo comercial, residencial e industrial.	ANEEL	2019
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, que considera a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	ANEEL	2019
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias (nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo) ponderada pela extensão pesquisada).	CNT	2019
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANATEL	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Infraestrutura



## Desempenhos das UFs em cada indicador – I

Infraestrutura - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Custo de Combustíveis	Custo de Saneamento Básico	Disponibilidade de Voos Diretos
SP	100,0	168,7	74,9%	R\$ 3,57	R\$ 3,42	243.464
SC	67,8	130,4	80,3%	R\$ 3,68	R\$ 4,36	26.723
DF	65,2	147,8	75,9%	R\$ 3,83	R\$ 4,80	56.440
PR	58,6	128,5	75,6%	R\$ 3,57	R\$ 4,68	47.041
ES	58,5	112,7	78,9%	R\$ 3,87	R\$ 3,16	13.301
MS	56,4	124,5	80,2%	R\$ 3,76	R\$ 4,84	7.649
PE	55,5	101,6	78,0%	R\$ 3,86	R\$ 3,74	35.672
AL	55,1	83,2	81,3%	R\$ 3,97	R\$ 4,82	6.900
RJ	54,3	128,6	76,4%	R\$ 4,06	R\$ 4,51	73.729
RN	51,7	95,6	82,0%	R\$ 3,94	R\$ 3,96	7.987
CE	51,2	94,5	78,2%	R\$ 4,03	R\$ 3,32	23.741
PB	48,9	98,8	80,9%	R\$ 3,76	R\$ 4,14	5.475
MT	47,7	121,0	78,0%	R\$ 3,89	R\$ 2,98	14.646
SE	47,4	99,2	80,4%	R\$ 3,86	R\$ 4,79	4.448
BA	39,8	95,7	74,9%	R\$ 3,88	R\$ 4,78	36.126
RO	39,4	100,8	78,0%	R\$ 4,06	R\$ 3,50	3.938
GO	38,6	127,6	78,4%	R\$ 3,82	R\$ 5,50	14.571
MG	37,8	119,7	76,3%	R\$ 3,87	R\$ 3,64	57.942
RS	37,1	132,8	76,0%	R\$ 3,94	R\$ 6,16	32.775
TO	30,6	103,8	79,7%	R\$ 3,95	R\$ 4,98	3.048
RR	29,0	101,7	74,6%	R\$ 3,84	R\$ 3,18	1.171
AP	27,6	95,9	68,5%	R\$ 4,01	R\$ 2,56	2.182
MA	25,8	76,7	72,4%	R\$ 3,87	R\$ 3,22	7.527
PI	25,6	93,7	78,3%	R\$ 3,93	R\$ 3,31	4.248
PA	5,4	85,6	66,9%	R\$ 4,11	R\$ 2,58	19.467
AC	0,7	95,9	70,5%	R\$ 4,58	R\$ 2,74	2.030
AM	0,0	97,4	67,5%	R\$ 3,82	R\$ 4,43	12.557

## Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Infraestrutura - II						
UF	Pilar Nota: 0-100	Acesso à Energia Elétrica	Custo da Energia Elétrica	Qualidade da Energia Elétrica	Qualidade das Rodovias	Backhaul de Fibra Óptica
SP	100,0	99,9%	R\$ 678,04	0,80	4,3	90,4%
SC	67,8	99,9%	R\$ 673,98	0,91	3,2	100,0%
DF	65,2	99,7%	R\$ 721,74	1,07	3,7	100,0%
PR	58,6	99,9%	R\$ 786,16	0,85	3,3	100,0%
ES	58,5	99,9%	R\$ 776,39	0,76	3,5	82,1%
MS	56,4	99,9%	R\$ 749,25	0,72	3,4	79,7%
PE	55,5	99,8%	R\$ 681,51	0,76	3,2	76,2%
AL	55,1	99,6%	R\$ 730,19	1,51	4,4	79,4%
RJ	54,3	100,0%	R\$ 898,13	0,97	3,9	100,0%
RN	51,7	99,6%	R\$ 647,09	0,70	3,0	63,5%
CE	51,2	99,8%	R\$ 680,44	1,09	3,0	89,1%
PB	48,9	99,8%	R\$ 746,31	0,64	3,3	52,9%
MT	47,7	99,7%	R\$ 827,32	0,67	3,1	63,1%
SE	47,4	99,2%	R\$ 705,22	0,69	2,9	82,7%
BA	39,8	99,0%	R\$ 726,44	0,77	3,2	67,9%
RO	39,4	99,3%	R\$ 731,04	1,39	3,2	63,5%
GO	38,6	99,5%	R\$ 812,52	1,39	3,4	67,5%
MG	37,8	99,9%	R\$ 851,47	0,84	3,0	51,2%
RS	37,1	99,9%	R\$ 814,11	1,20	3,2	82,5%
TO	30,6	98,9%	R\$ 793,82	0,67	2,8	54,7%
RR	29,0	99,3%	R\$ 736,80	3,15	3,6	53,3%
AP	27,6	97,3%	R\$ 655,18	1,27	2,9	56,3%
MA	25,8	99,3%	R\$ 800,47	0,70	2,7	55,3%
PI	25,6	98,5%	R\$ 827,75	1,16	3,1	31,3%
PA	5,4	94,7%	R\$ 908,94	0,65	2,7	67,4%
AC	0,7	94,8%	R\$ 755,74	1,63	2,1	77,3%
AM	0,0	95,8%	R\$ 802,81	0,70	2,1	45,2%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Infraestrutura										
UF	Ranking do Pilar		Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações		Qualidade do Serviço de Telecomunicações		Custo de Combustíveis		Custo de Saneamento Básico	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1	1 ▲	20	-7 ▼	2	-1 ▼	10	-1 ▼
SC	2	1 ▲	4		5	4 ▲	3		16	2 ▲
DF	3	-1 ▼	2	-1 ▼	18	-5 ▼	8	9 ▲	22	3 ▲
PR	4		6	-3 ▼	19	-13 ▼	1	1 ▲	19	-2 ▼
ES	5	3 ▲	11		8	8 ▲	13	-6 ▼	5	1 ▲
MS	6	-1 ▼	8	-1 ▼	6	2 ▲	5	3 ▲	24	
PE	7	-1 ▼	14	1 ▲	13	-9 ▼	11	-5 ▼	13	
AL	8	6 ▲	26	-1 ▼	2		21	-1 ▼	23	
RJ	9	7 ▲	5	1 ▲	15	5 ▲	24	2 ▲	18	1 ▲
RN	10	-3 ▼	22	-5 ▼	1		18	-6 ▼	14	1 ▲
CE	11	-2 ▼	23	-4 ▼	11	-6 ▼	23		9	-3 ▼
PB	12	-2 ▼	17	-3 ▼	3		4		15	1 ▲
MT	13	-2 ▼	9	-1 ▼	12	5 ▲	16	2 ▲	4	
SE	14	3 ▲	16	5 ▲	4	3 ▲	10	-1 ▼	21	
BA	15		21	-1 ▼	21	-2 ▼	15	-5 ▼	20	-6 ▼
RO	16	-3 ▼	15	-2 ▼	14	4 ▲	25	-1 ▼	11	1 ▲
GO	17	5 ▲	7	2 ▲	9	1 ▲	7	7 ▲	26	
MG	18	-6 ▼	10		16	-5 ▼	14	2 ▲	12	-4 ▼
RS	19	-1 ▼	3	2 ▲	17	-2 ▼	19		27	
TO	20	4 ▲	12		7	5 ▲	20	2 ▲	25	-3 ▼
RR	21	2 ▲	13	3 ▲	22	2 ▲	9	2 ▲	6	-1 ▼
AP	22	-3 ▼	20	3 ▲	25	2 ▲	22	-1 ▼	1	2 ▲
MA	23	-3 ▼	27		23		12	-7 ▼	7	4 ▲
PI	24	-3 ▼	24	-6 ▼	10	12 ▲	17	-4 ▼	8	2 ▲
PA	25		25	1 ▲	27	-2 ▼	26	-1 ▼	2	
AC	26	1 ▲	19	5 ▲	24	-3 ▼	27		3	-2 ▼
AM	27	-1 ▼	18	4 ▲	26		6	9 ▲	17	3 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Disponibilidade de Voos Diretos		Acesso à Energia Elétrica		Custo da Energia Elétrica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		2	1 ▲	4	
SC	2	1 ▲	9		4	3 ▲	3	4 ▲
DF	3	-1 ▼	4	-1 ▼	13	-3 ▼	8	2 ▲
PR	4		5		3	6 ▲	17	
ES	5	3 ▲	14		8	-2 ▼	16	6 ▲
MS	6	-1 ▼	17		6	-2 ▼	14	-1 ▼
PE	7	-1 ▼	7		10	9 ▲	6	2 ▲
AL	8	6 ▲	19		14	4 ▲	10	6 ▲
RJ	9	7 ▲	2		1		26	1 ▲
RN	10	-3 ▼	16		15	1 ▲	1	1 ▲
CE	11	-2 ▼	10		11	2 ▲	5	
PB	12	-2 ▼	20		9	-4 ▼	13	1 ▲
MT	13	-2 ▼	12		12	2 ▲	23	-3 ▼
SE	14	3 ▲	21	1 ▲	20	-3 ▼	7	5 ▲
BA	15		6		21	1 ▲	9	2 ▲
RO	16	-3 ▼	23	-2 ▼	18	-3 ▼	11	-8 ▼
GO	17	5 ▲	13		16	-5 ▼	21	
MG	18	-6 ▼	3	1 ▲	7	5 ▲	25	
RS	19	-1 ▼	8		5	3 ▲	22	-3 ▼
TO	20	4 ▲	24		22	3 ▲	18	5 ▲
RR	21	2 ▲	27		17	3 ▲	12	-11 ▼
AP	22	-3 ▼	25		24	-22 ▼	2	7 ▲
MA	23	-3 ▼	18		19	2 ▲	19	-1 ▼
PI	24	-3 ▼	22	1 ▲	23		24	
PA	25		11		27	-3 ▼	27	-1 ▼
AC	26	1 ▲	26		26	1 ▲	15	-9 ▼
AM	27	-1 ▼	15		25	1 ▲	20	-5 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – III

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Qualidade da Energia Elétrica		Qualidade das Rodovias		Backhaul de Fibra Óptica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		13	-2 ▼	2	-1 ▼	5	
SC	2	1 ▲	16	-2 ▼	15		1	
DF	3	-1 ▼	18	-3 ▼	4		1	
PR	4		15	2 ▲	10	2 ▲	1	
ES	5	3 ▲	11	-4 ▼	6	-1 ▼	9	
MS	6	-1 ▼	9	-4 ▼	8	-2 ▼	10	
PE	7	-1 ▼	10	5 ▲	14	3 ▲	13	
AL	8	6 ▲	25	-1 ▼	1	1 ▲	11	
RJ	9	7 ▲	17	1 ▲	3		1	
RN	10	-3 ▼	6	6 ▲	18	4 ▲	17	
CE	11	-2 ▼	19	-7 ▼	19	1 ▲	6	
PB	12	-2 ▼	1		9	9 ▲	24	
MT	13	-2 ▼	3		16	-6 ▼	19	
SE	14	3 ▲	5	4 ▲	21	2 ▲	7	
BA	15		12	7 ▲	11	-2 ▼	14	
RO	16	-3 ▼	23		13	-2 ▼	18	
GO	17	5 ▲	24	2 ▲	7	9 ▲	15	
MG	18	-6 ▼	14	-4 ▼	20	-6 ▼	25	
RS	19	-1 ▼	21	-1 ▼	12	-4 ▼	8	
TO	20	4 ▲	3	5 ▲	23	1 ▲	22	
RR	21	2 ▲	27		5	2 ▲	23	
AP	22	-3 ▼	22		22	-3 ▼	20	
MA	23	-3 ▼	6	-4 ▼	24	-3 ▼	21	
PI	24	-3 ▼	20	1 ▲	17	-4 ▼	27	
PA	25		2	3 ▲	25		16	
AC	26	1 ▲	26	-1 ▼	26		12	
AM	27	-1 ▼	6	-2 ▼	27		26	



# SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. Grosso modo, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

Esta visão mais holística da questão social está em linha com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do *Ranking de Competitividade dos Estados* como um todo. É um dos três pilares com maior peso no cálculo geral do ranking (12,1%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. Além disso, juntamente com o pilar de educação, o pilar de sustentabilidade social é o que mostra a maior aderência com o ranking geral, marcando também um completo contraste regional, com os Estados das regiões Sul e Sudeste, acrescidos do DF, dominando as primeiras posições do ranking, ao passo que os Estados do Norte e Nordeste ocupam, no geral, as últimas posições.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos



membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano.

A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia do mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia — o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção de reforçarmos um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade. Assim, foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias.

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram SC, SP e DF. Em relação à edição passada, **Santa Catarina** segue como primeiro colocado e **São Paulo** passou da 4ª para 2ª posição. Em relação às evoluções positivas, destaca-se o **Distrito Federal**, que subiu da 6ª para 3ª posição neste pilar, com melhoras relativas nos indicadores de Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Formalidade do Mercado de Trabalho e Inserção Econômica dos Jovens. Além de São Paulo, os Estados do **Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão** avançaram duas posições neste pilar em relação ao Ranking de 2019.

Por outro lado, **Paraná, Alagoas e Roraima** recuaram 3 colocações cada. O Estado do PR, que ocupava a segunda posição na edição passada, apresentou piores relativas nos indicadores de Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Anos Potenciais de Vida Perdidos, Inserção Econômica dos Jovens, Mortalidade Materna, Mortalidade Precoce e Mortalidade na Infância.

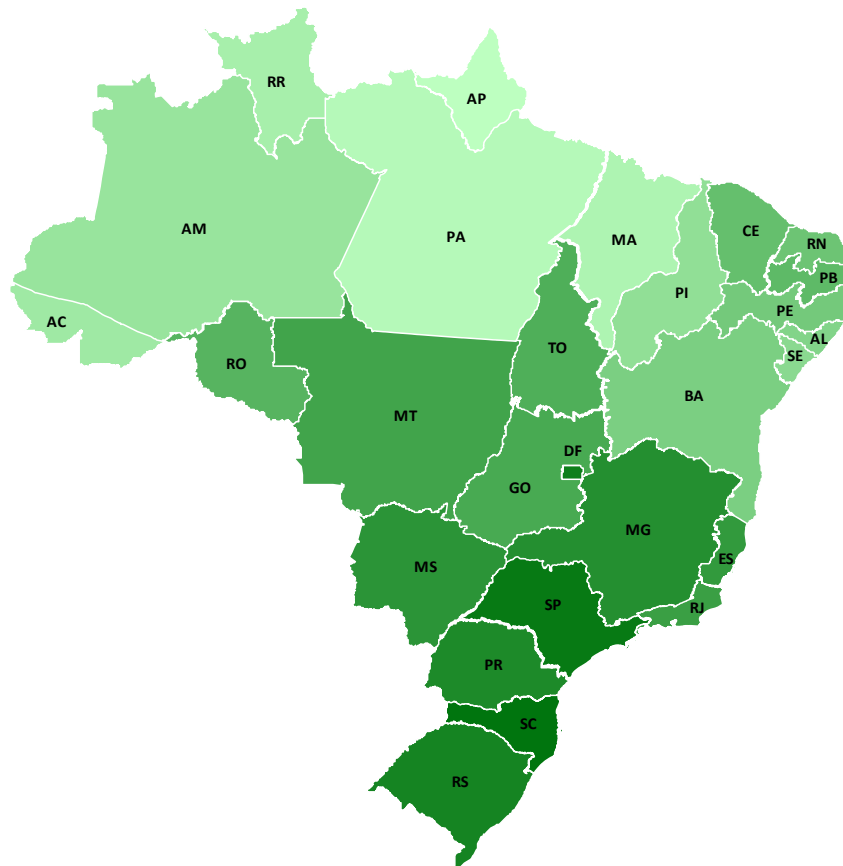
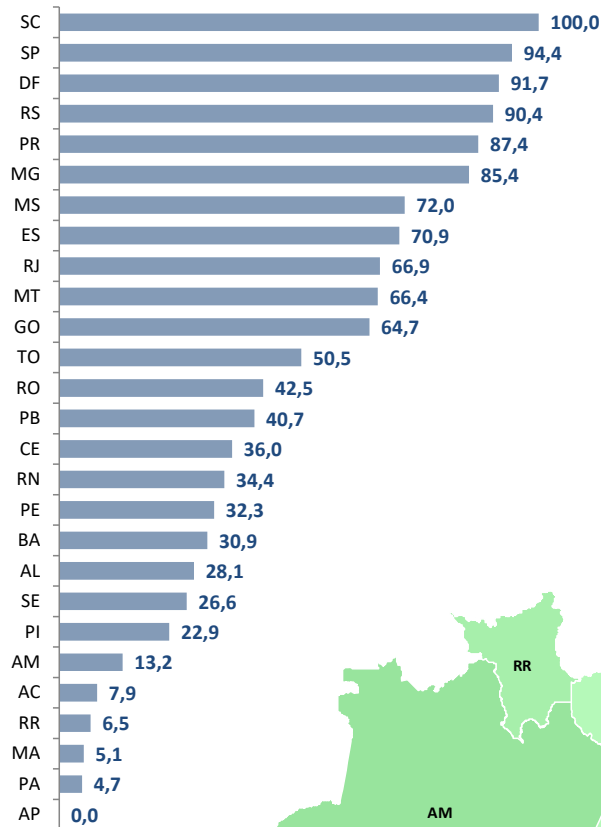
Nesta edição, não houve divulgação de novos dados para o indicador de IDH, o qual tem 2017 como ano-base.

Por fim, houve alterações metodológicas nos indicadores de Inadequação de Moradia, tendo em vista a necessidade de reproduzirmos o indicador da Fundação João Pinheiro, não atualizado desde 2015 — a metodologia da FJP foi replicada à mais recente PNAD Contínua Anual (IBGE), desconsiderando as características de déficit habitacional, anteriormente vigentes; e de Formalidade do Mercado de Trabalho, após a exclusão de *empregador, conta própria e trabalhador auxiliar familiar que contribuem para instituto de previdência* do conceito de “ocupado formal”, em detrimento da inclusão de *empregador e conta própria com CNPJ*.



# SUSTENTABILIDADE SOCIAL

## Ranking – Sustentabilidade Social



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	% de domicílios urbanos que apresentam pelo menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.	IBGE	2019
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	% de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.	IBGE	2019
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, a preços médios do ano	IBGE	2019
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2019
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	IBGE	2019
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média da diferença da faixa etária em que os óbitos registrados ocorreram e a expectativa de vida ao nascer do Brasil.	Datasus	2018
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados de 14 anos ou mais de idade nas seguintes ocupações: 1) empregado com carteira de trabalho assinada (empregado do setor privado, trabalhador doméstico e empregado do setor público); 2) 'conta-própria', empregadores com CNPJ; e 3) 'militar e servidor estatutário'. Em relação ao total de ocupados.	IBGE	2019
Inserção Econômica	Proporção de ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2019
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2017
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 22 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2019
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datasus e IBGE	2018
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datasus e IBGE	2018
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datasus	2018

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Sustentabilidade Social

IDH	Mortalidade Materna	Mortalidade Precoce	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Anos Potenciais de Vida Perdidos
			Acesso ao Saneamento Básico - Água	Inserção Econômica dos Jovens
Famílias abaixo da linha da pobreza	Inadequação de Moradia	Mortalidade na Infância	Desigualdade de renda	Form... do Merc... de Trabal... Inse... Eco...

## Desempenhos das UFs em cada indicador – I

Sustentabilidade Social - I								
UF	Pilar Nota: 0-100	Inadequação de Moradia	Famílias abaixo da linha da pobreza	Desigualdade de renda	Acesso ao Saneamento Básico - Água	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Anos Potenciais de Vida Perdidos	Formalidade do Mercado de Trabalho
SC	100,0	19,1%	1,6%	0,41	83,1%	61,1%	6,0	72,4%
SP	94,4	11,0%	2,0%	0,51	96,0%	92,6%	5,3	68,5%
DF	91,7	8,0%	1,4%	0,55	95,1%	88,0%	10,2	69,3%
RS	90,4	20,3%	1,7%	0,47	88,1%	70,5%	4,1	66,0%
PR	87,4	14,5%	2,5%	0,46	89,6%	71,4%	6,3	66,5%
MG	85,4	11,1%	2,8%	0,47	88,8%	81,7%	5,8	59,8%
MS	72,0	14,7%	2,0%	0,47	87,7%	51,2%	8,0	60,4%
ES	70,9	17,6%	2,3%	0,49	85,2%	78,5%	7,6	58,1%
RJ	66,9	23,8%	3,4%	0,50	87,8%	90,3%	6,2	62,5%
MT	66,4	20,9%	2,2%	0,43	79,6%	38,8%	11,4	60,5%
GO	64,7	22,9%	3,1%	0,43	86,8%	61,5%	9,6	58,4%
TO	50,5	31,4%	4,9%	0,50	82,4%	35,9%	11,1	52,2%
RO	42,5	57,5%	3,0%	0,45	46,0%	15,2%	11,0	49,9%
PB	40,7	24,1%	7,5%	0,54	76,1%	49,8%	6,6	45,7%
CE	36,0	22,5%	6,4%	0,55	78,8%	48,1%	8,7	46,1%
RN	34,4	51,5%	6,0%	0,52	86,9%	26,1%	8,6	52,5%
PE	32,3	32,8%	7,7%	0,53	74,8%	61,8%	8,7	49,4%
BA	30,9	26,5%	8,0%	0,53	85,0%	56,6%	9,7	45,1%
AL	28,1	35,4%	9,2%	0,45	78,7%	44,8%	10,5	53,4%
SE	26,6	25,7%	6,5%	0,55	84,8%	47,9%	11,4	45,6%
PI	22,9	18,3%	7,3%	0,55	85,0%	7,9%	8,6	39,4%
AM	13,2	43,4%	6,5%	0,51	73,8%	46,7%	15,9	42,3%
AC	7,9	52,3%	9,1%	0,50	54,5%	39,0%	15,7	50,0%
RR	6,5	29,5%	5,9%	0,53	84,6%	36,6%	21,2	49,6%
MA	5,1	39,2%	12,9%	0,50	70,0%	21,7%	11,6	39,6%
PA	4,7	60,0%	5,5%	0,51	49,2%	18,4%	14,4	36,2%
AP	0,0	69,2%	4,5%	0,48	54,8%	18,6%	19,4	46,0%

## Desempenhos das UFs em cada indicador – II

Sustentabilidade Social - II							
UF	Pilar Nota: 0-100	Inserção Econômica	IDH	Inserção Econômica dos Jovens	Mortalidade Materna	Mortalidade Precoce	Mortalidade na infância
SC	100,0	94,6%	0,81	86,9%	1,8	69,6	10,5
SP	94,4	88,5%	0,83	76,4%	2,5	47,7	12,7
DF	91,7	87,5%	0,85	81,9%	2,7	66,0	13,1
RS	90,4	92,9%	0,79	82,9%	1,8	84,0	11,4
PR	87,4	92,7%	0,79	79,8%	2,0	88,3	12,4
MG	85,4	90,5%	0,79	78,1%	2,4	67,5	12,6
MS	72,0	93,5%	0,77	80,9%	3,9	85,4	13,3
ES	70,9	89,7%	0,77	74,3%	3,0	104,9	12,5
RJ	66,9	86,3%	0,80	75,3%	3,0	132,2	14,7
MT	66,4	93,6%	0,77	80,6%	3,6	106,1	14,2
GO	64,7	89,6%	0,77	77,7%	3,3	124,2	14,5
TO	50,5	90,9%	0,74	75,3%	1,8	123,9	14,6
RO	42,5	92,0%	0,73	76,8%	2,0	82,0	13,9
PB	40,7	87,9%	0,72	70,2%	2,9	103,6	13,3
CE	36,0	89,9%	0,74	71,3%	3,5	156,9	14,2
RN	34,4	87,4%	0,73	74,5%	2,6	156,6	13,5
PE	32,3	86,0%	0,73	69,3%	3,0	132,1	15,8
BA	30,9	83,6%	0,71	73,7%	2,8	149,7	16,2
AL	28,1	86,4%	0,68	64,9%	2,7	126,3	14,5
SE	26,6	85,3%	0,70	73,1%	3,0	141,1	19,2
PI	22,9	87,0%	0,70	71,4%	4,6	92,1	17,8
AM	13,2	87,1%	0,73	72,1%	6,3	113,0	19,2
AC	7,9	86,4%	0,72	68,5%	3,7	125,3	19,8
RR	6,5	85,5%	0,75	72,8%	6,2	187,0	23,5
MA	5,1	87,9%	0,69	64,4%	4,7	88,4	16,4
PA	4,7	90,8%	0,70	71,2%	4,5	140,2	17,4
AP	0,0	84,3%	0,74	71,4%	5,8	142,2	19,8

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Sustentabilidade Social										
UF	Ranking do Pilar		Inadequação de Moradia		Famílias Abaixo da Linha da Pobreza		Desigualdade de Renda		Acesso ao Saneamento Básico - Água	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		8	-1 ▼	2	-1 ▼	1		15	
SP	2	2 ▲	2	7 ▲	4	2 ▲	16	-1 ▼	1	
DF	3	3 ▲	1	22 ▲	1	1 ▲	25		2	
RS	4	-1 ▼	9	-8 ▼	3	4 ▲	7	5 ▲	5	-1 ▼
PR	5	-3 ▼	4	-2 ▼	8	-5 ▼	6	3 ▲	3	
MG	6	-1 ▼	3	2 ▲	9	1 ▲	7	4 ▲	4	2 ▲
MS	7		5	8 ▲	5	-1 ▼	7		7	
ES	8	1 ▲	6	-2 ▼	7	6 ▲	11	-1 ▼	10	
RJ	9	-1 ▼	13	-10 ▼	12	-3 ▼	15	-11 ▼	6	-1 ▼
MT	10	1 ▲	10	-5 ▼	6	-1 ▼	2	1 ▲	17	1 ▲
GO	11	-1 ▼	12	-1 ▼	11	-3 ▼	3	4 ▲	9	-1 ▼
TO	12	1 ▲	18	-3 ▼	14	-2 ▼	14	-8 ▼	16	
RO	13	-1 ▼	25	-17 ▼	10	1 ▲	4	-2 ▼	27	
PB	14		14		22	-8 ▼	23	3 ▲	20	1 ▲
CE	15	2 ▲	11	7 ▲	18	2 ▲	24	-2 ▼	18	-1 ▼
RN	16	2 ▲	23	-6 ▼	17	1 ▲	19	-6 ▼	8	4 ▲
PE	17	-2 ▼	19	-7 ▼	23	-4 ▼	22	-6 ▼	21	-1 ▼
BA	18	2 ▲	16		24	1 ▲	21	6 ▲	12	2 ▲
AL	19	-3 ▼	20	-10 ▼	26	-3 ▼	5		19	
SE	20	-1 ▼	15	6 ▲	20	2 ▲	27	-8 ▼	13	-4 ▼
PI	21	1 ▲	7	12 ▲	21	3 ▲	25	-2 ▼	11	2 ▲
AM	22	1 ▲	22	4 ▲	19	2 ▲	18	6 ▲	22	
AC	23	1 ▲	24	-4 ▼	25	1 ▲	12	6 ▲	25	
RR	24	-3 ▼	17	7 ▲	16	-1 ▼	20	-6 ▼	14	-3 ▼
MA	25	2 ▲	21	6 ▲	27		12	9 ▲	23	
PA	26		26	-4 ▼	15	2 ▲	17		26	
AP	27	-2 ▼	27	-3 ▼	13	3 ▲	10	10 ▲	24	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Sustentabilidade Social									
UF	Ranking do Pilar		Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto		Anos Potenciais de Vida Perdidos		Formalidade do Mercado de Trabalho		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		10	-2 ▼	4	2 ▲	1		
SP	2	2 ▲	1		2		3	2 ▲	
DF	3	3 ▲	3		16		2	1 ▲	
RS	4	-1 ▼	7	-1 ▼	1		5	-3 ▼	
PR	5	-3 ▼	6	1 ▲	6	-1 ▼	4		
MG	6	-1 ▼	4		3		9	-1 ▼	
MS	7		12	2 ▲	9		8	-1 ▼	
ES	8	1 ▲	5		8		11		
RJ	9	-1 ▼	2		5	-1 ▼	6		
MT	10	1 ▲	19		21	-1 ▼	7	2 ▲	
GO	11	-1 ▼	9	2 ▲	14		10		
TO	12	1 ▲	21		19		14	3 ▲	
RO	13	-1 ▼	26		18	4 ▲	16	-4 ▼	
PB	14		13		7		21	-1 ▼	
CE	15	2 ▲	14	2 ▲	13	-3 ▼	19	4 ▲	
RN	16	2 ▲	22		10	2 ▲	13	3 ▲	
PE	17	-2 ▼	8	2 ▲	12	1 ▲	18	-3 ▼	
BA	18	2 ▲	11	-2 ▼	15		23	-1 ▼	
AL	19	-3 ▼	17	-2 ▼	17		12	1 ▲	
SE	20	-1 ▼	15	-3 ▼	20	-2 ▼	22	-4 ▼	
PI	21	1 ▲	27		11		26	-1 ▼	
AM	22	1 ▲	16	4 ▲	25		24		
AC	23	1 ▲	18		24		15	6 ▲	
RR	24	-3 ▼	20	-3 ▼	27	-1 ▼	17	-3 ▼	
MA	25	2 ▲	23		22	-1 ▼	25	2 ▲	
PA	26		25	-1 ▼	23		27	-1 ▼	
AP	27	-2 ▼	24	1 ▲	26	1 ▲	20	-1 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – III

Sustentabilidade Social									
UF	Ranking do Pilar		Inserção Econômica		IDH		Inserção Econômica dos Jovens		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		1		3		1		
SP	2	2 ▲	13	3 ▲	2		10	1 ▲	
DF	3	3 ▲	16	-2 ▼	1		3	4 ▲	
RS	4	-1 ▼	4		6		2	3 ▲	
PR	5	-3 ▼	5		5		6	-3 ▼	
MG	6	-1 ▼	9	-1 ▼	6		7	-1 ▼	
MS	7		3		11		4		
ES	8	1 ▲	11		9		14	-5 ▼	
RJ	9	-1 ▼	22		4		11	-1 ▼	
MT	10	1 ▲	2		8		5	3 ▲	
GO	11	-1 ▼	12	-6 ▼	10		8	-6 ▼	
TO	12	1 ▲	7	5 ▲	13		12	1 ▲	
RO	13	-1 ▼	6	1 ▲	19		9	3 ▲	
PB	14		14	-1 ▼	20		23	-4 ▼	
CE	15	2 ▲	10	-1 ▼	15		21		
RN	16	2 ▲	17	1 ▲	17		13	10 ▲	
PE	17	-2 ▼	23	1 ▲	18		24	1 ▲	
BA	18	2 ▲	27	-1 ▼	22		15	2 ▲	
AL	19	-3 ▼	20	5 ▲	27		26		
SE	20	-1 ▼	25	-2 ▼	23		16	2 ▲	
PI	21	1 ▲	19	-4 ▼	25		19	-3 ▼	
AM	22	1 ▲	18	3 ▲	16		18	4 ▲	
AC	23	1 ▲	21	-4 ▼	21		25	-1 ▼	
RR	24	-3 ▼	24	-5 ▼	12		17	-2 ▼	
MA	25	2 ▲	15	5 ▲	26		27		
PA	26		8	2 ▲	24		22	-8 ▼	
AP	27	-2 ▼	26	1 ▲	14		20		



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – IV

Sustentabilidade Social								
UF	Ranking do Pilar		Mortalidade Materna		Mortalidade Precoce		Mortalidade na Infância	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		2	2 ▲	4	-1 ▼	1	
SP	2	2 ▲	7	2 ▲	1		6	-1 ▼
DF	3	3 ▲	9	-3 ▼	2		7	
RS	4	-1 ▼	1	2 ▲	6	4 ▲	2	1 ▲
PR	5	-3 ▼	4	-3 ▼	8	-1 ▼	3	-1 ▼
MG	6	-1 ▼	6	-1 ▼	3	1 ▲	5	3 ▲
MS	7		21	-11 ▼	7	-2 ▼	8	-4 ▼
ES	8	1 ▲	14	-3 ▼	12	6 ▲	4	2 ▲
RJ	9	-1 ▼	13	8 ▲	20	-5 ▼	17	-4 ▼
MT	10	1 ▲	19	1 ▲	13	-2 ▼	13	1 ▲
GO	11	-1 ▼	17	-9 ▼	16	3 ▲	15	-5 ▼
TO	12	1 ▲	3	22 ▲	15	2 ▲	16	-7 ▼
RO	13	-1 ▼	5	14 ▲	5	4 ▲	11	1 ▲
PB	14		12	3 ▲	11	1 ▲	9	6 ▲
CE	15	2 ▲	18	-2 ▼	26		12	4 ▲
RN	16	2 ▲	8	10 ▲	25	2 ▲	10	1 ▲
PE	17	-2 ▼	15	-1 ▼	19	6 ▲	18	-1 ▼
BA	18	2 ▲	11	1 ▲	24	-1 ▼	19	
AL	19	-3 ▼	10	-8 ▼	18	4 ▲	14	4 ▲
SE	20	-1 ▼	16	-9 ▼	22	2 ▲	23	-3 ▼
PI	21	1 ▲	23	-1 ▼	10	-4 ▼	22	2 ▲
AM	22	1 ▲	27	-3 ▼	14	-1 ▼	24	1 ▲
AC	23	1 ▲	20	-3 ▼	17	4 ▲	25	-4 ▼
RR	24	-3 ▼	26	-3 ▼	27	-13 ▼	27	-1 ▼
MA	25	2 ▲	24	2 ▲	9	-1 ▼	20	3 ▲
PA	26		22	5 ▲	21	-1 ▼	21	1 ▲
AP	27	-2 ▼	25	-12 ▼	23	-7 ▼	26	1 ▲



# SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento.

O Estado moderno nasceu fundamentalmente para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade. A segurança pública, no limite, é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no *Ranking de Competitividade dos Estados* é justificada por razões de duas ordens: i) constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança aos cidadãos; e ii) prática: a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices de violência urbana alarmantes e ainda sem sinais de reversão.

O pilar de segurança pública recebe o maior peso (13,8%) entre 10 pilares temáticos que constituem o *Ranking de Competitividade dos Estados* nesta edição de 2020.

O pilar de segurança pública é composto por 9 indicadores, listados na tabela abaixo. Por representar o crime que gera os maiores danos à sociedade, por seus índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis, o indicador de *Segurança Pessoal* é o que possui a maior importância relativa (ver quadro no final desta seção).

As UFs mais bem colocadas neste pilar são **Santa Catarina**, que permanece na primeira colocação; **São Paulo**, que passou da 3ª colocação para a 2ª posição; e **Distrito Federal**, que ganhou três posições no pilar, ao subir da 6ª para a 3ª colocação.

Nesta edição, os Estados de **Amapá** e **Pará** foram destaques positivos, ao apresentaram avanços de 8 posições no pilar. O AP passou da 18ª para 10ª colocação, com melhorias relativas nos indicadores de Déficit Carcerário, Morbidade no Trânsito, Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial. E o PA, subiu da 21ª para 13ª colocação, com avanços relativos nos indicadores de Presos sem Condenação, Segurança Pessoal e Segurança Patrimonial. Por outro lado, os Estados do **Espírito Santo**, **Mato Grosso** e **Tocantins** apresentaram as maiores quedas de posição no pilar, ao caírem 5 colocações cada.

Nesta edição, não houve divulgação de novos dados para os indicadores de Atuação do Sistema de Justiça Criminal e Qualidade da Informação de Criminalidade, os quais

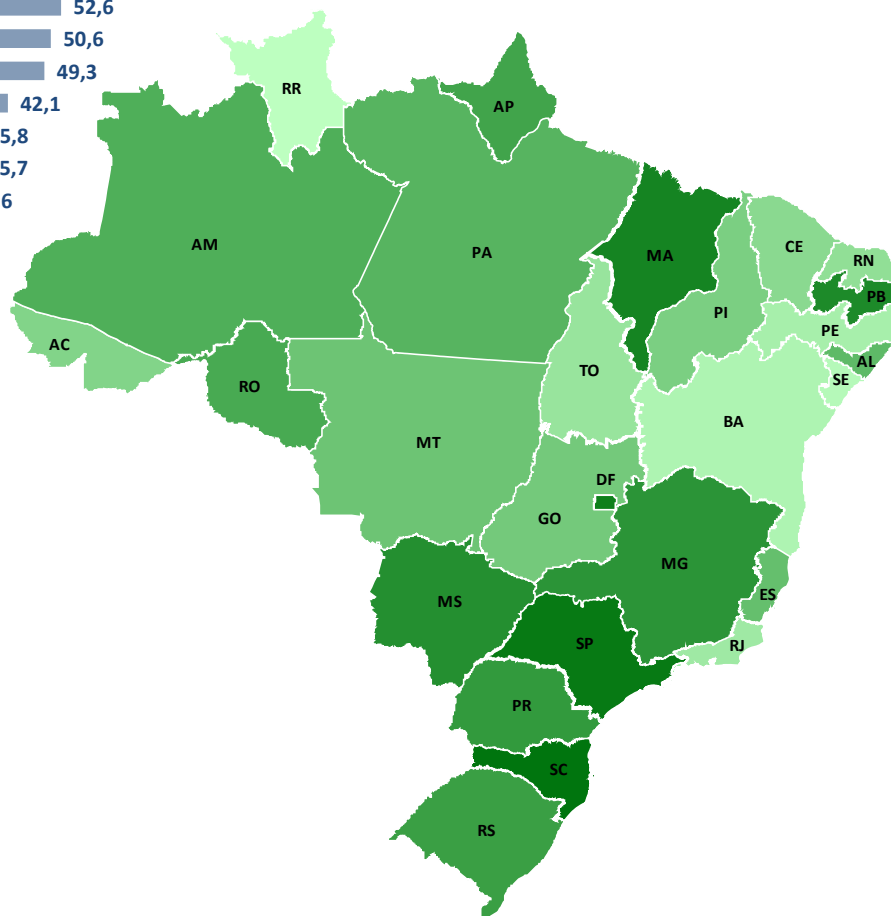
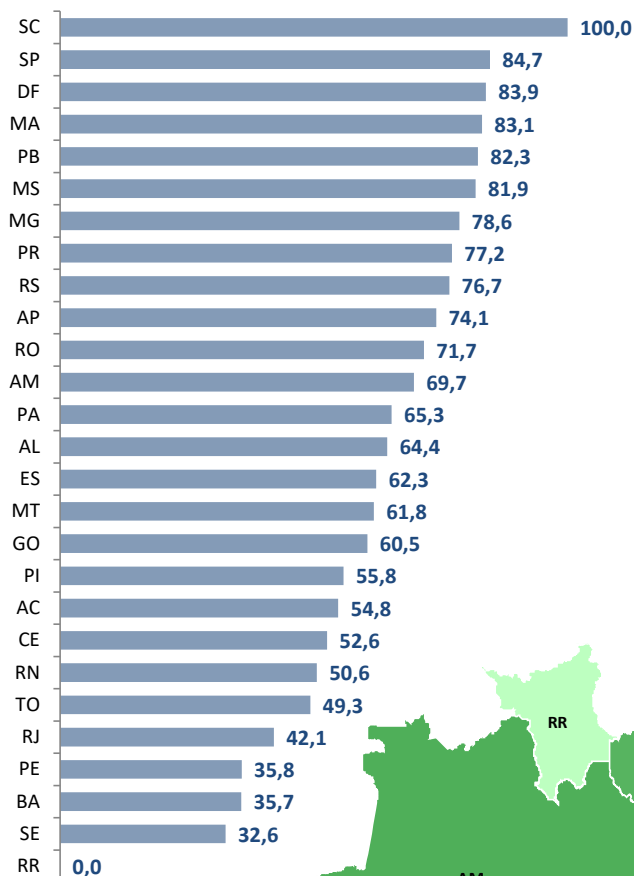
têm como fonte o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (do Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Considerando que não houve divulgação de novos dados do Anuário, incorporamos, nesta edição do Ranking, as informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), disponibilizadas no Sinesp para o ano-base de 2019. Contudo, o indicador de Segurança Pessoal deixou de considerar, no numerador, a quantidade de "Morte Decorrente de Intervenção Policial (em serviço e fora de serviço)" — passando a contemplar apenas "Homicídio Doloso", "Latrocínio" e "Lesão Corporal Seguida de Morte". Analogamente, o indicador de Segurança Patrimonial deixou de considerar, no numerador, a quantidade de "Roubo a estabelecimento comercial", "Roubo a residência" e "Roubo a transeunte" — passando a contemplar apenas "Roubo e Furto de Veículo", "Roubo a instituição financeira" e "Roubo de carga".



# SEGURANÇA PÚBLICA

## Ranking – Segurança pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2018
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2019
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas.	DEPEN	2019
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2018
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2018
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2019
Segurança Pessoal	Soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, em relação à população total.	SENASP	2019
Segurança Patrimonial	Roubo totais por 100 mil habitantes.	SENASP	2019
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2017

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Segurança Pública



## Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Segurança Pública - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Presos sem Condenação	Déficit Carcerário	Mortes a esclarecer	Mortalidade no Trânsito
SC	100,0	1,7%	24,2%	1,2%	1,9	19,5
SP	84,7	3,5%	20,0%	1,6%	9,4	10,0
DF	83,9	2,0%	17,4%	2,2%	1,5	12,4
MA	83,1	0,1%	35,9%	1,3%	0,9	19,3
PB	82,3	1,8%	31,6%	1,7%	1,2	21,5
MS	81,9	4,7%	23,8%	2,1%	3,2	21,0
MG	78,6	2,1%	38,9%	1,8%	6,0	15,6
PR	77,2	1,8%	29,0%	1,4%	3,3	21,5
RS	76,7	0,3%	29,7%	1,5%	1,9	15,4
AP	74,1	2,4%	25,1%	1,8%	1,0	8,3
RO	71,7	2,9%	13,1%	1,9%	1,2	21,8
AM	69,7	1,0%	28,1%	3,1%	0,5	10,5
PA	65,3	0,5%	28,0%	2,0%	2,8	16,4
AL	64,4	0,8%	33,4%	2,5%	0,6	18,1
ES	62,3	2,0%	33,4%	1,7%	6,6	19,5
MT	61,8	1,8%	45,2%	1,4%	3,1	32,3
GO	60,5	1,6%	40,8%	1,8%	2,3	22,2
PI	55,8	1,4%	44,7%	1,8%	4,9	30,4
AC	54,8	1,4%	26,4%	2,1%	0,6	11,3
CE	52,6	1,0%	46,1%	2,7%	5,9	17,3
RN	50,6	0,7%	28,1%	1,4%	6,4	15,1
TO	49,3	1,5%	35,6%	2,1%	2,4	31,6
RJ	42,1	0,8%	38,9%	1,6%	8,4	11,9
PE	35,8	1,6%	36,4%	2,6%	8,7	16,9
BA	35,7	0,4%	48,6%	1,3%	10,7	14,1
SE	32,6	0,6%	45,3%	2,0%	5,3	17,5
RR	0,0	1,4%	27,6%	4,0%	12,7	18,7

**Desempenhos das UFs em cada indicador - II**

Segurança Pública - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Morbidade no Trânsito	Segurança Pessoal	Segurança Patrimonial	Qualidade da Informação de Criminalidade
SC	100,0	96,3	10,4	150,4	81,5
SP	84,7	89,3	7,0	303,0	71,5
DF	83,9	72,4	13,8	288,6	76,0
MA	83,1	82,5	21,1	83,5	87,0
PB	82,3	119,8	23,8	72,1	82,5
MS	81,9	185,7	17,9	145,7	57,3
MG	78,6	101,6	13,5	128,1	73,5
PR	77,2	88,0	17,0	197,5	68,6
RS	76,7	36,6	18,1	201,4	74,0
AP	74,1	68,0	33,0	120,1	68,3
RO	71,7	130,9	23,2	228,0	47,8
AM	69,7	30,9	26,1	109,8	70,5
PA	65,3	80,4	33,7	90,3	91,8
AL	64,4	62,2	32,9	115,3	95,3
ES	62,3	116,7	25,5	175,9	84,8
MT	61,8	158,5	25,1	123,3	82,4
GO	60,5	133,6	25,4	191,3	82,0
PI	55,8	225,6	18,1	222,9	91,8
AC	54,8	110,2	36,0	210,1	72,0
CE	52,6	124,6	24,9	108,4	82,6
RN	50,6	122,9	38,6	150,4	88,4
TO	49,3	148,3	24,5	146,2	40,5
RJ	42,1	59,3	24,2	366,3	84,5
PE	35,8	67,2	36,5	208,8	91,5
BA	35,7	73,3	35,2	109,4	68,8
SE	32,6	104,9	36,4	135,0	55,0
RR	0,0	447,0	34,5	161,8	40,5

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Atuação do Sistema de Justiça Criminal		Presos sem Condenação		Déficit Carcerário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		11		5		1		
SP	2	1 ▲	2		3	4 ▲	8	15 ▲	
DF	3	3 ▲	6		2	1 ▲	22		
MA	4	4 ▲	27		18	3 ▲	3	1 ▲	
PB	5	-1 ▼	8		14	-1 ▼	10	-3 ▼	
MS	6	-4 ▼	1		4		20	-8 ▼	
MG	7	2 ▲	5		21	-1 ▼	13	-3 ▼	
PR	8	-1 ▼	9		12	-11 ▼	5	22 ▲	
RS	9	-4 ▼	26		13	-2 ▼	7	-4 ▼	
AP	10	8 ▲	4		6		12	3 ▲	
RO	11	2 ▲	3		1	1 ▲	16		
AM	12	2 ▲	18		11	15 ▲	26	-7 ▼	
PA	13	8 ▲	24		9	3 ▲	18	-1 ▼	
AL	14	-2 ▼	20		15	-7 ▼	23		
ES	15	-5 ▼	7		16	-2 ▼	11	-5 ▼	
MT	16	-5 ▼	10		24	-2 ▼	6	-2 ▼	
GO	17	-1 ▼	13		22	-4 ▼	14		
PI	18	-3 ▼	16		23	4 ▲	15	2 ▲	
AC	19		17		7	3 ▲	19	6 ▲	
CE	20	6 ▲	19		26	-3 ▼	25	-5 ▼	
RN	21	-1 ▼	22		10	-1 ▼	4	-2 ▼	
TO	22	-5 ▼	14		17		21	-10 ▼	
RJ	23		21		20	-4 ▼	9	4 ▲	
PE	24		12		19	-4 ▼	24	2 ▲	
BA	25	-3 ▼	25		27	-2 ▼	2	6 ▲	
SE	26	-1 ▼	23		25	-1 ▼	17	-8 ▼	
RR	27		15		8	11 ▲	27	-6 ▼	



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Segurança Pública								
UF	Ranking do Pilar		Mortes a Esclarecer		Mortalidade no Trânsito		Morbidade no Trânsito	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		9	2 ▲	18	-1 ▼	13	4 ▲
SP	2	1 ▲	25	-4 ▼	2	2 ▲	12	
DF	3	3 ▲	8	-6 ▼	6	-3 ▼	7	-1 ▼
MA	4	4 ▲	4	2 ▲	17	-1 ▼	10	
PB	5	-1 ▼	7	-2 ▼	22	-4 ▼	18	-5 ▼
MS	6	-4 ▼	15	-1 ▼	20		25	-3 ▼
MG	7	2 ▲	20	5 ▲	10	2 ▲	14	2 ▲
PR	8	-1 ▼	16	1 ▲	21	-2 ▼	11	3 ▲
RS	9	-4 ▼	10	-3 ▼	9		2	-1 ▼
AP	10	8 ▲	5	-1 ▼	1	1 ▲	6	2 ▲
RO	11	2 ▲	6	2 ▲	23		21	3 ▲
AM	12	2 ▲	1	2 ▲	3	-2 ▼	1	1 ▲
PA	13	8 ▲	13	-3 ▼	11	-1 ▼	9	
AL	14	-2 ▼	2	-1 ▼	15	-1 ▼	4	3 ▲
ES	15	-5 ▼	22	-3 ▼	19	2 ▲	17	3 ▲
MT	16	-5 ▼	14	1 ▲	27	-2 ▼	24	1 ▲
GO	17	-1 ▼	11	1 ▲	24	-2 ▼	22	-3 ▼
PI	18	-3 ▼	17	-1 ▼	25	1 ▲	26	
AC	19		3	6 ▲	4	2 ▲	16	7 ▲
CE	20	6 ▲	19	1 ▲	13	-2 ▼	20	1 ▲
RN	21	-1 ▼	21	3 ▲	8		19	-8 ▼
TO	22	-5 ▼	12	1 ▲	26	1 ▲	23	-5 ▼
RJ	23		23	3 ▲	5		3	
PE	24		24	-1 ▼	12	1 ▲	5	-1 ▼
BA	25	-3 ▼	26	1 ▲	7		8	-3 ▼
SE	26	-1 ▼	18		14	1 ▲	15	
RR	27		27	-5 ▼	16	8 ▲	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – III

Segurança Pública								
UF	Ranking do Pilar		Segurança Pessoal		Segurança Patrimonial		Qualidade da Informação de Criminalidade	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		2		14	-13 ▼	13	
SP	2	1 ▲	1		26	-15 ▼	18	
DF	3	3 ▲	4		25	2 ▲	14	
MA	4	4 ▲	9	1 ▲	2	12 ▲	6	
PB	5	-1 ▼	11	4 ▲	1	1 ▲	10	
MS	6	-4 ▼	6	-1 ▼	12	-9 ▼	23	
MG	7	2 ▲	3		10	-6 ▼	16	
PR	8	-1 ▼	5	2 ▲	19	-11 ▼	21	
RS	9	-4 ▼	8		20	-4 ▼	15	
AP	10	8 ▲	20	6 ▲	8	14 ▲	22	
RO	11	2 ▲	10	-1 ▼	24	2 ▲	25	
AM	12	2 ▲	18	-5 ▼	6	17 ▲	19	
PA	13	8 ▲	21	3 ▲	3	21 ▲	2	
AL	14	-2 ▼	19	1 ▲	7	-1 ▼	1	
ES	15	-5 ▼	17	-3 ▼	17	-10 ▼	7	
MT	16	-5 ▼	15	-3 ▼	9		11	
GO	17	-1 ▼	16		18	2 ▲	12	
PI	18	-3 ▼	7	-1 ▼	23	-5 ▼	2	
AC	19		24	-3 ▼	22	-5 ▼	17	
CE	20	6 ▲	14	9 ▲	4	11 ▲	9	
RN	21	-1 ▼	27	-2 ▼	15	-3 ▼	5	
TO	22	-5 ▼	13	-2 ▼	13	-8 ▼	26	
RJ	23		12	5 ▲	27	-2 ▼	8	
PE	24		26	-7 ▼	21		4	
BA	25	-3 ▼	23	-5 ▼	5	5 ▲	20	
SE	26	-1 ▼	25	-3 ▼	11	8 ▲	24	
RR	27		22	5 ▲	16	-3 ▼	26	



# EDUCAÇÃO

As graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão indubitavelmente entre os principais desafios para a melhora da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Segundo especialistas da área, há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhora da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de frequência líquida e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do IOEB (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e de universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando os Estados que possuam um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as UFs que possuam uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no Estado: peso 20 para 2019; 50 para 2018; 30 para 2017; e 10 para "sistema de avaliação em implementação". Dessa forma, recebem nota máxima somente os Estados que tenham realizado e divulgado os exames nos 3 últimos anos (2017 a 2019): 100 pontos. Para a construção deste indicador, utilizamos informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Em razão da sua importância econômica e social, e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,2% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

**São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais** seguem com as primeiras posições no ranking de educação. São Paulo é o primeiro colocado nos indicadores de Avaliação

da Educação, IDEB, ENEM, Índice de Oportunidade da Educação e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio.

Nesta edição, o Estado de SC ocupou a segunda colocação do pilar, no lugar de MG, após melhora relativa no indicador de Avaliação da Educação.

**Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Maranhão** foram os Estados que mais ganharam posições neste pilar, com salto de 3 posições cada. O RJ passou de 12º para 9º colocado neste pilar, com melhora relativa nos indicadores de Avaliação da Educação, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio e Taxa de Atendimento do Ensino Infantil.

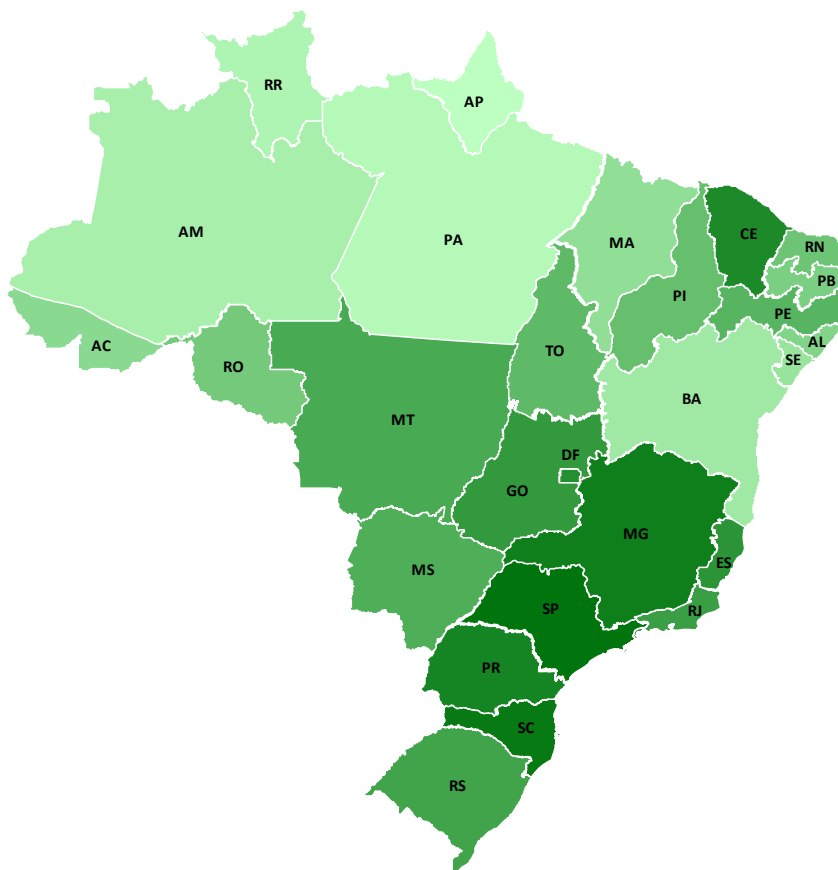
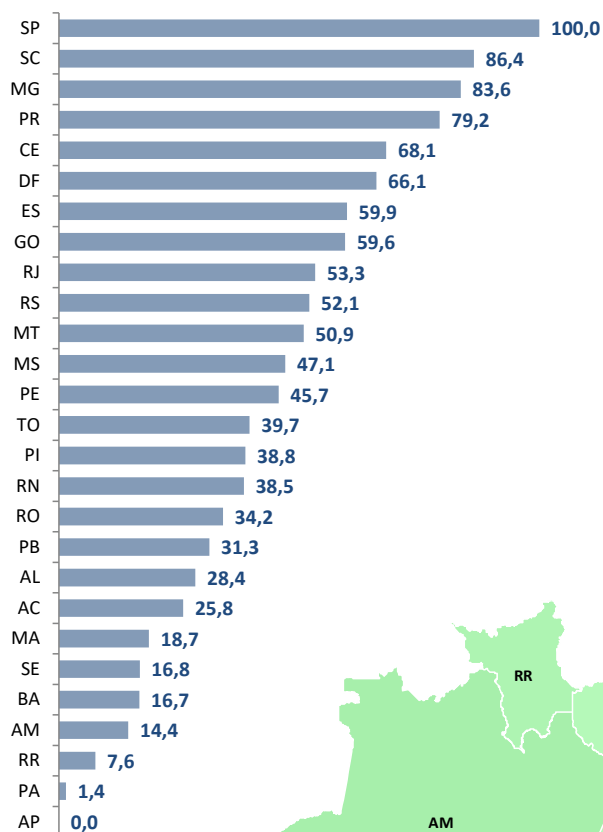
Nesta edição, não houve divulgação de novos dados do IDEB e do Índice de Oportunidade da Educação, os quais permanecem tendo como ano-base 2017 e 2019, respectivamente.

Por fim, houve a exclusão do indicador do PISA. O INEP informou que, em virtude da diminuição do tamanho amostral aplicado na edição do PISA 2018, as Unidades da Federação não foram incluídas como estrato explícito, de modo que não foram geradas estimativas estaduais. Considerando a mudança metodológica do dado público, optamos por excluí-lo do Ranking de Competitividade dos Estados.



# EDUCAÇÃO

## Ranking – Educação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2020
IDEB	Qualidade da educação básica do Brasil, considera fluxo escolar e média de desempenhos nas avaliações de toda a rede de ensino.	INEP	2017
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2019
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2019
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2019
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2019
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	IBGE	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Educação



## Desempenhos das UFs em cada indicador

Educação								
UF	Pilar Nota: 0-100	Avaliação da Educação	IDEB	ENEM	Índice de Oportunidade da Educação	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil
SP	100,0	100	5,57	540,7	5,44	97,6%	84,1%	65,1%
SC	86,4	70	5,53	536,5	5,13	97,4%	75,4%	67,2%
MG	83,6	100	5,24	537,6	5,28	98,8%	78,2%	55,7%
PR	79,2	100	5,36	531,4	5,14	97,9%	76,1%	58,6%
CE	68,1	100	5,33	512,3	5,14	97,8%	74,2%	53,2%
DF	66,1	100	5,31	534,7	5,22	97,5%	76,1%	45,3%
ES	59,9	100	5,23	532,6	4,94	96,5%	65,2%	57,0%
GO	59,6	100	5,44	520,8	4,93	97,8%	75,1%	45,7%
RJ	53,3	20	5,00	537,7	4,84	96,6%	71,6%	53,5%
RS	52,1	50	4,92	532,4	4,69	96,8%	68,1%	57,0%
MT	50,9	30	5,00	502,3	4,87	96,3%	76,7%	54,4%
MS	47,1	30	5,02	510,5	4,71	97,5%	66,8%	54,3%
PE	45,7	100	4,69	512,6	4,61	97,3%	68,5%	53,7%
TO	39,7	70	4,88	496,9	4,57	97,1%	69,8%	51,1%
PI	38,8	100	4,65	501,7	4,56	96,9%	63,7%	54,7%
RN	38,5	100	4,20	518,7	4,36	97,3%	62,4%	59,3%
RO	34,2	20	5,16	493,9	4,83	98,1%	65,9%	40,9%
PB	31,3	80	4,35	511,6	4,52	97,5%	56,3%	53,1%
AL	28,4	50	4,52	500,4	4,50	97,2%	58,7%	52,1%
AC	25,8	0	5,04	489,5	4,75	96,1%	66,4%	43,0%
MA	18,7	20	4,22	488,4	4,04	97,1%	67,5%	53,2%
SE	16,8	10	4,32	514,1	4,39	96,9%	48,0%	52,7%
BA	16,7	20	4,16	504,9	4,19	96,8%	57,2%	53,8%
AM	14,4	20	4,69	484,3	4,49	96,8%	65,1%	38,7%
RR	7,6	0	4,63	497,1	4,27	94,3%	70,9%	40,7%
PA	1,4	70	4,08	495,9	3,98	96,5%	57,4%	43,6%
AP	0,0	20	4,05	486,1	4,12	96,5%	68,0%	37,0%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Educação								
UF	Ranking do Pilar		Avaliação da Educação		IDEB		ENEM	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		1		1	
SC	2	1 ▲	12	7 ▲	2		4	
MG	3	-1 ▼	1		7		3	
PR	4		1	13 ▲	4		8	-2 ▼
CE	5		1		5		13	
DF	6		1		6		5	
ES	7		1		8		6	2 ▲
GO	8		1		3		9	
RJ	9	3 ▲	19	4 ▲	12		2	
RS	10	1 ▲	15		14		7	
MT	11	-1 ▼	17	-6 ▼	13		17	
MS	12	-3 ▼	17	-6 ▼	11		15	-4 ▼
PE	13	1 ▲	1		16		12	2 ▲
TO	14	-1 ▼	12	3 ▲	15		21	2 ▲
PI	15	1 ▲	1		18		18	1 ▲
RN	16	3 ▲	1		24		10	
RO	17	-2 ▼	25	-2 ▼	9		23	-1 ▼
PB	18	-1 ▼	11	-10 ▼	21		14	1 ▲
AL	19	1 ▲	15	-4 ▼	20		19	-1 ▼
AC	20	-2 ▼	25	-7 ▼	10		24	3 ▲
MA	21	3 ▲	19	1 ▲	23		25	-1 ▼
SE	22		24	-4 ▼	22		11	1 ▲
BA	23	2 ▲	19	1 ▲	25		16	
AM	24	-3 ▼	19	4 ▲	17		27	-1 ▼
RR	25	-2 ▼	25	-2 ▼	19		20	
PA	26		12	3 ▲	26		22	-1 ▼
AP	27		19	4 ▲	27		26	-1 ▼



**Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II**

Educação											
UF	Ranking do Pilar		Índice de Oportunidade da Educação		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio		Taxa de Atendimento do Ensino Infantil		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SP	1		1		6	-3 ▼	1		2	-1 ▼	
SC	2	1 ▲	6		10	-1 ▼	6	-3 ▼	1	1 ▲	
MG	3	-1 ▼	2		1	1 ▲	2	2 ▲	7		
PR	4		4		3	4 ▲	4	2 ▲	4	1 ▲	
CE	5		5		4	1 ▲	8	-3 ▼	15	-12 ▼	
DF	6		3		7	16 ▲	4	4 ▲	21		
ES	7		7		22	-12 ▼	19	1 ▲	5	-1 ▼	
GO	8		8		4	10 ▲	7	3 ▲	20		
RJ	9	3 ▲	10		21	-1 ▼	9	2 ▲	13	1 ▲	
RS	10	1 ▲	14		18	-8 ▼	13		6	6 ▲	
MT	11	-1 ▼	9		25	-6 ▼	3	-1 ▼	9	10 ▲	
MS	12	-3 ▼	13		7	3 ▲	16	-4 ▼	10	-2 ▼	
PE	13	1 ▲	15		11	-1 ▼	12	7 ▲	12	1 ▲	
TO	14	-1 ▼	16		14	-10 ▼	11	-2 ▼	19	-10 ▼	
PI	15	1 ▲	17		16	-10 ▼	21	1 ▲	8	9 ▲	
RN	16	3 ▲	22		11	-3 ▼	22	3 ▲	3	3 ▲	
RO	17	-2 ▼	11		2	-1 ▼	18	-4 ▼	24	2 ▲	
PB	18	-1 ▼	18		7	10 ▲	26	-5 ▼	16	-1 ▼	
AL	19	1 ▲	19		13	1 ▲	23		18	-2 ▼	
AC	20	-2 ▼	12		26	-12 ▼	17	-1 ▼	23	1 ▲	
MA	21	3 ▲	26		14	6 ▲	15	2 ▲	14	-4 ▼	
SE	22		21		16	2 ▲	27		17	1 ▲	
BA	23	2 ▲	24		18	7 ▲	25	1 ▲	11		
AM	24	-3 ▼	20		18	7 ▲	20	-5 ▼	26	-1 ▼	
RR	25	-2 ▼	23		27		10	-3 ▼	25	-2 ▼	
PA	26		27		22	2 ▲	24		22		
AP	27		25		22		14	4 ▲	27		



# SOLIDEZ FISCAL

A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou Município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando em aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira promove retração dos investimentos e dos negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.

Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal. São eles: Taxa de Investimentos, Regra de Ouro, Solvência Fiscal, Sucesso do Planejamento Orçamentário, Dependência Fiscal, Resultado Primário, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente.

Os resultados para o pilar de solidez fiscal na edição de 2020 do *Ranking* refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2019.

As UFs mais bem colocadas neste pilar são **Espírito Santo**, que alcançou a primeira colocação nesta edição do ranking, após permanecer na segunda posição na edição anterior; e **Amapá**, que passou da 8ª para a 2ª posição. O ES beneficiou-se da favorável colocação no indicador de Solvência Fiscal, bem como da melhora relativa nos indicadores de Taxa de Investimentos, Sucesso do Planejamento Orçamentário, Dependência Fiscal, Resultado Primário e Gasto com Pessoal. Já o AP foi beneficiado pelo avanço de posição no indicador de Taxa de Investimentos e pela favorável colocação nos indicadores de Solvência Fiscal (1º lugar), Resultado Primário (2º lugar), Gasto com Pessoal (2º lugar) e Poupança Corrente (1º lugar).

Além do Amapá, os Estados de **Roraima**, **Santa Catarina** e **Mato Grosso** apresentaram avanços de 6 colocações no pilar. Por outro lado, o **Rio Grande do Norte** apresentou a maior queda de posição no pilar, caindo de 9º para 25º colocado.

Nesta edição, houve a inclusão de um novo indicador, denominado Regra de Ouro, o qual se refere à diferença entre as despesas de capital e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida, conforme dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Por outro lado, houve a exclusão do indicador de Resultado Nominal, uma vez que ele seria

redundante, à medida em que o pilar já contempla os indicadores “Resultado Primário” e “Solvência Fiscal” — e por ser muito sujeito a fatores externos à governabilidade estadual, como por exemplo a taxa de juros e inflação (variáveis que afetam o resultado nominal).

Assim, a finalidade de se avaliar a variação da dívida consolidada líquida de um ano para o outro foi substituída pela importância de se comparar o endividamento dos Estados frente ao limite do gasto com investimento.

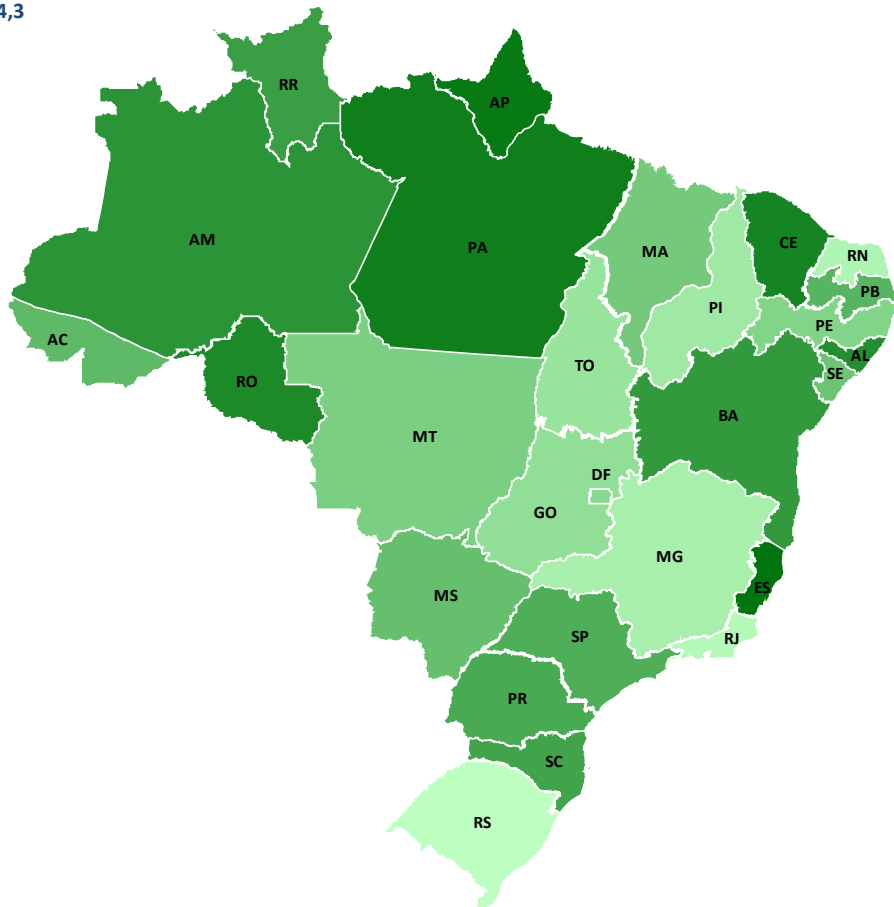
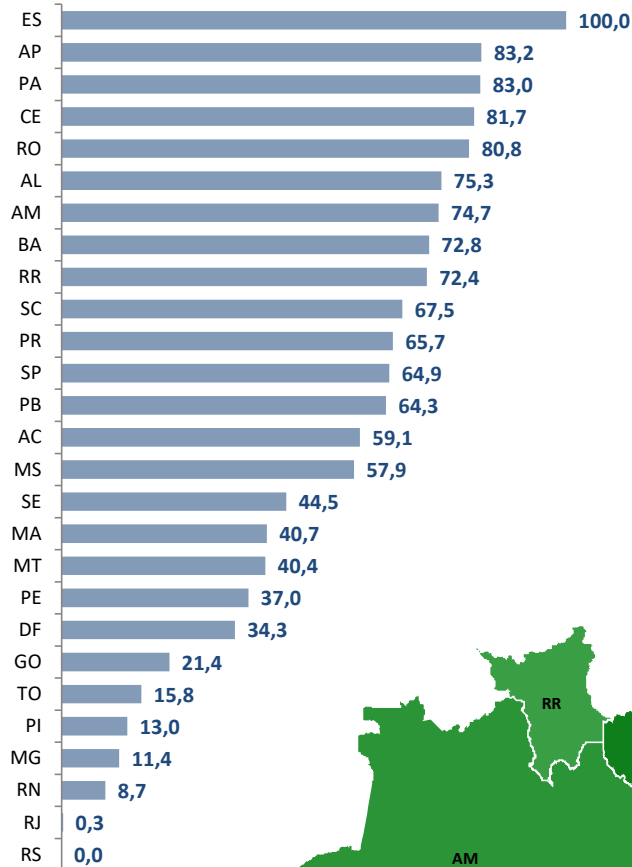
Adicionalmente, houve mudança no nome do indicador de *Capacidade de Investimento* para *Taxa de Investimentos*; no de *Sucesso da Execução Orçamentária* para *Sucesso do Planejamento Orçamentário*; e no de *Autonomia Fiscal* para *Dependência Fiscal*. Neste último, houve alteração metodológica, uma vez que a razão entre transferências correntes e a receita corrente total deixou de ser deduzida de 1 (um) — a ideia de “autonomia”, utilizada até a edição de 2019, foi substituída pela ideia de “dependência” financeira do Estado, de modo que, de agora em diante, quanto maior o valor do dado bruto (i.e. quanto maior a dependência fiscal), pior. Outro indicador que sofreu alteração metodológica foi o Gasto com Pessoal, uma vez que o gasto bruto (do RGF) foi substituído pelo gasto empenhado com pessoal (do RREO), considerando apenas as despesas orçamentárias (não inclui despesas intraorçamentárias).

Por fim, houve alteração metodológica na normalização dos dados brutos do indicador Índice de Liquidez, em comparação à edição do ano passado. Como o indicador mede a relação entre as obrigações financeiras (passivo) e a disponibilidade bruta de caixa (ativo), quanto maior seu valor, maiores são as obrigações financeiras em relação ao caixa — implicando em menor liquidez. O indicador varia bastante entre as UFs, podendo superar 200% (casos de DF, GO, MG, MT, PI e TO) ou mesmo ser negativo (caso do RS). Índices de liquidez muito elevados, superiores a 100%, indicam que o Estado tem muito mais obrigações do que dinheiro em caixa. Já casos negativos remetem à situação crítica em que o saldo em caixa é negativo. Assim, índices de liquidez muito elevados ou negativos são igualmente ruins e sinalizam baixa (ou nenhuma) liquidez. Para tratar essas diferenças, atribuiu-se nota zero aos Estados com índice de liquidez igual ou superior a 200% ou negativo. Todos os demais casos recebem o tratamento padrão de normalização de notas, que variam de 0 a 100.



# SOLIDEZ FISCAL

## Ranking – Solidez fiscal



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2019
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida.	Siconfi	2019
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2019
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2019
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total	Siconfi	2019
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi e Tendências	2019
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2019
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2019
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Solidez Fiscal



### Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Solidez Fiscal - I						
UF	Pilar Nota: 0-100	Taxa de Investimentos	Regra de Ouro	Solvência Fiscal	Sucesso do Planejamento Orçamentário	Dependência Fiscal
ES	100,0	5,7%	9,4%	14,9%	86,7%	33,4%
AP	83,2	2,4%	6,4%	-7,7%	70,8%	61,4%
PA	83,0	6,0%	6,8%	7,5%	93,5%	34,7%
CE	81,7	8,8%	9,3%	52,7%	86,4%	34,0%
RO	80,8	3,2%	8,6%	27,9%	82,4%	45,3%
AL	75,3	8,5%	10,8%	74,8%	84,0%	51,5%
AM	74,7	4,5%	6,1%	28,7%	89,8%	29,1%
BA	72,8	6,5%	9,0%	62,3%	92,2%	30,2%
RR	72,4	1,4%	5,9%	46,0%	79,8%	63,1%
SC	67,5	3,7%	8,2%	80,3%	85,1%	19,6%
PR	65,7	3,3%	10,5%	43,7%	83,7%	19,1%
SP	64,9	4,5%	9,8%	171,0%	93,8%	5,7%
PB	64,3	4,4%	7,0%	23,3%	86,9%	49,3%
AC	59,1	2,5%	8,0%	58,2%	89,2%	64,9%
MS	57,9	7,6%	10,7%	61,1%	87,0%	31,9%
SE	44,5	2,6%	5,0%	45,9%	96,6%	54,4%
MA	40,7	6,3%	11,3%	42,7%	73,9%	53,1%
MT	40,4	3,8%	8,1%	20,8%	82,5%	24,8%
PE	37,0	2,6%	6,5%	52,3%	95,5%	31,4%
DF	34,3	3,0%	4,3%	36,1%	83,7%	10,5%
GO	21,4	1,5%	6,8%	78,3%	86,7%	20,7%
TO	15,8	2,9%	6,3%	56,9%	84,5%	55,1%
PI	13,0	5,9%	8,1%	54,7%	87,2%	51,8%
MG	11,4	2,3%	10,1%	191,5%	88,2%	18,0%
RN	8,7	4,7%	8,0%	32,0%	80,3%	45,6%
RJ	0,3	1,7%	2,7%	282,1%	76,8%	11,4%
RS	0,0	1,4%	5,9%	224,4%	94,8%	15,4%

## Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Solidez Fiscal - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Resultado Primário	Gasto com Pessoal	Índice de Liquidez	Poupança Corrente
ES	100,0	36,4%	50,2%	6,4%	17,4%
AP	83,2	51,2%	51,4%	16,4%	28,0%
PA	83,0	27,9%	58,9%	26,7%	11,3%
CE	81,7	28,3%	55,7%	49,8%	10,4%
RO	80,8	36,7%	56,8%	14,3%	17,9%
AL	75,3	33,7%	60,5%	60,6%	14,3%
AM	74,7	29,1%	55,1%	28,7%	7,7%
BA	72,8	26,4%	64,9%	25,4%	5,7%
RR	72,4	100,0%	52,5%	104,5%	22,6%
SC	67,5	27,7%	62,2%	18,0%	7,8%
PR	65,7	24,1%	67,3%	45,3%	8,2%
SP	64,9	28,9%	57,0%	67,8%	4,6%
PB	64,3	31,4%	63,7%	42,5%	10,2%
AC	59,1	47,6%	69,5%	10,8%	7,6%
MS	57,9	28,5%	68,3%	130,8%	8,3%
SE	44,5	25,3%	67,1%	65,3%	2,4%
MA	40,7	24,2%	61,7%	161,7%	5,8%
MT	40,4	32,3%	69,9%	271,3%	11,2%
PE	37,0	30,1%	63,6%	194,2%	4,8%
DF	34,3	24,4%	58,4%	373,8%	4,4%
GO	21,4	32,9%	70,3%	295,9%	0,5%
TO	15,8	27,7%	73,3%	562,2%	5,1%
PI	13,0	0,0%	71,0%	347,8%	-5,4%
MG	11,4	25,2%	74,4%	5665,3%	-2,4%
RN	8,7	18,0%	83,3%	194,7%	-1,9%
RJ	0,3	26,4%	70,1%	137,6%	5,8%
RS	0,0	24,4%	78,3%	-344,4%	-2,5%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Solidez Fiscal								
UF	Ranking do Pilar		Taxa de Investimentos		Regra de Ouro		Solvência Fiscal	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
ES	1	1 ▲	8	6 ▲	7		3	
AP	2	6 ▲	22	5 ▲	20		1	
PA	3	1 ▲	6	-4 ▼	18		2	
CE	4	2 ▲	1		8		15	1 ▲
RO	5	-2 ▼	16	-7 ▼	10		6	7 ▲
AL	6	-1 ▼	2	1 ▲	2		21	
AM	7	-6 ▼	10	-3 ▼	22		7	1 ▲
BA	8	2 ▲	4	6 ▲	9		20	-2 ▼
RR	9	6 ▲	27	-2 ▼	24		13	-6 ▼
SC	10	6 ▲	14	-1 ▼	11		23	
PR	11		15	3 ▲	4		11	-1 ▼
SP	12	2 ▲	11	6 ▲	6		24	
PB	13	-6 ▼	12		16		5	1 ▲
AC	14	3 ▲	21	-13 ▼	15		18	2 ▲
MS	15	-3 ▼	3	1 ▲	3		19	
SE	16	-3 ▼	19	-3 ▼	25		12	
MA	17	1 ▲	5		1		10	5 ▲
MT	18	6 ▲	13	6 ▲	13		4	7 ▲
PE	19	4 ▲	20	2 ▲	19		14	3 ▲
DF	20		17	4 ▲	26		9	
GO	21		25	-10 ▼	17		22	
TO	22		18	2 ▲	21		17	-12 ▼
PI	23	-4 ▼	7	-1 ▼	12		16	-2 ▼
MG	24	2 ▲	23	3 ▲	5		25	
RN	25	-16 ▼	9	2 ▲	14		8	-4 ▼
RJ	26	-1 ▼	24		27		27	
RS	27		26	-3 ▼	23		26	



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Sucesso do Planejamento Orçamentário		Dependência Fiscal		Resultado Primário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1	1 ▲	13	6 ▲	14	2 ▲	5	3 ▲	
AP	2	6 ▲	27	-2 ▼	25	1 ▲	2		
PA	3	1 ▲	5	-3 ▼	16	-1 ▼	15	10 ▲	
CE	4	2 ▲	15	-3 ▼	15	-1 ▼	14	8 ▲	
RO	5	-2 ▼	22	-4 ▼	17		4	3 ▲	
AL	6	-1 ▼	18	-9 ▼	20	2 ▲	6		
AM	7	-6 ▼	7		10	1 ▲	11	-1 ▼	
BA	8	2 ▲	6		11	1 ▲	19	-1 ▼	
RR	9	6 ▲	24	2 ▲	26	1 ▲	1		
SC	10	6 ▲	16	-1 ▼	7		16		
PR	11		20	2 ▲	6		25	-6 ▼	
SP	12	2 ▲	4	-1 ▼	1	2 ▲	12	-7 ▼	
PB	13	-6 ▼	12	1 ▲	19	1 ▲	9	-5 ▼	
AC	14	3 ▲	8		27	-2 ▼	3		
MS	15	-3 ▼	11	13 ▲	13	-3 ▼	13	-4 ▼	
SE	16	-3 ▼	1	3 ▲	23		20	-5 ▼	
MA	17	1 ▲	26	-10 ▼	22	-4 ▼	24	2 ▲	
MT	18	6 ▲	21	-4 ▼	9		8	13 ▲	
PE	19	4 ▲	2	-1 ▼	12	1 ▲	10	1 ▲	
DF	20		19	1 ▲	2	-1 ▼	23	-3 ▼	
GO	21		14	-4 ▼	8		7	7 ▲	
TO	22		17	6 ▲	24		17	7 ▲	
PI	23	-4 ▼	10	4 ▲	21		27		
MG	24	2 ▲	9	2 ▲	5		21	2 ▲	
RN	25	-16 ▼	23	4 ▲	18	1 ▲	26	-14 ▼	
RJ	26	-1 ▼	25	-4 ▼	3	-1 ▼	18	-5 ▼	
RS	27		3	2 ▲	4		22	-5 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – III

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Gasto com Pessoal		Índice de Liquidez		Poupança Corrente		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1	1 ▲	1	1 ▲	1		4	-1 ▼	
AP	2	6 ▲	2	-1 ▼	4		1		
PA	3	1 ▲	9	5 ▲	7		6	5 ▲	
CE	4	2 ▲	5	3 ▲	11		8	2 ▲	
RO	5	-2 ▼	6	-1 ▼	3		3	1 ▲	
AL	6	-1 ▼	10	-6 ▼	12		5	1 ▲	
AM	7	-6 ▼	4	-1 ▼	8		13	-8 ▼	
BA	8	2 ▲	15	2 ▲	6		17		
RR	9	6 ▲	3	3 ▲	15		2	6 ▲	
SC	10	6 ▲	12	3 ▲	5		12	6 ▲	
PR	11		17	-1 ▼	10		11	-2 ▼	
SP	12	2 ▲	7	5 ▲	14		20	-8 ▼	
PB	13	-6 ▼	14	-5 ▼	9		9	-2 ▼	
AC	14	3 ▲	19	3 ▲	2		14		
MS	15	-3 ▼	18	3 ▲	16		10	3 ▲	
SE	16	-3 ▼	16	2 ▲	13		22	-3 ▼	
MA	17	1 ▲	11	-1 ▼	18		16	10 ▲	
MT	18	6 ▲	20	3 ▲	20		7	16 ▲	
PE	19	4 ▲	13	7 ▲	19		19	-3 ▼	
DF	20		8	3 ▲	20		21	1 ▲	
GO	21		22	-9 ▼	20		23	-3 ▼	
TO	22		24		20		18	6 ▲	
PI	23	-4 ▼	23	2 ▲	20		27	-12 ▼	
MG	24	2 ▲	25	1 ▲	20		25	2 ▲	
RN	25	-16 ▼	27	-20 ▼	20		24	-22 ▼	
RJ	26	-1 ▼	21	-2 ▼	17		15	6 ▲	
RS	27		26	1 ▲	20		26	-1 ▼	



# EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da eficiência da máquina pública traduz uma das motivações centrais para a construção do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a saber: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública não apenas são centrais na competitividade dos Estados, mas partes fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

A melhoria da eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios.

A forma federativa do Estado brasileiro compartilha o poder decisório em diferentes esferas de poder. Isso significa que o agente econômico sofre influência dos três níveis geográficos. Nesse sentido, a distribuição de eficiência e inovação no tocante à gestão pública ajuda a entender a disparidade de competitividade ao longo do território brasileiro. Essa competição pela inovação do setor público é uma das justificativas para a opção federativa. Sendo assim, o ranking de competitividade faz um esforço para criar métricas de comparação que levem em conta os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social entre os Estados da federação.

O pilar da eficiência da máquina pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as

instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 7,9% no ranking final, foram agregados indicadores de eficiência, custo e transparência do setor público.

Os Estados mais bem colocados neste pilar foram **Santa Catarina**, que subiu 6 posições em relação à edição anterior; **Rio Grande do Sul**, que manteve a segunda colocação no pilar; e **Espírito Santo**, ao subir da 4ª para 3ª colocação.

Os Estados que conquistaram ganhos expressivos de posições no pilar de Eficiência da Máquina Pública, nesta edição, foram **Amazonas** (que saltou da 19ª para a 8ª posição) e **Rondônia** (da 22ª para a 10ª posição). Enquanto o AM beneficiou-se da melhora relativa no indicador de Eficiência do Judiciário (que passou da 27ª colocação para a 7ª), RO apresentou boas colocações nos indicadores de Eficiência do Judiciário e Qualidade da Informação Contábil e Fiscal.

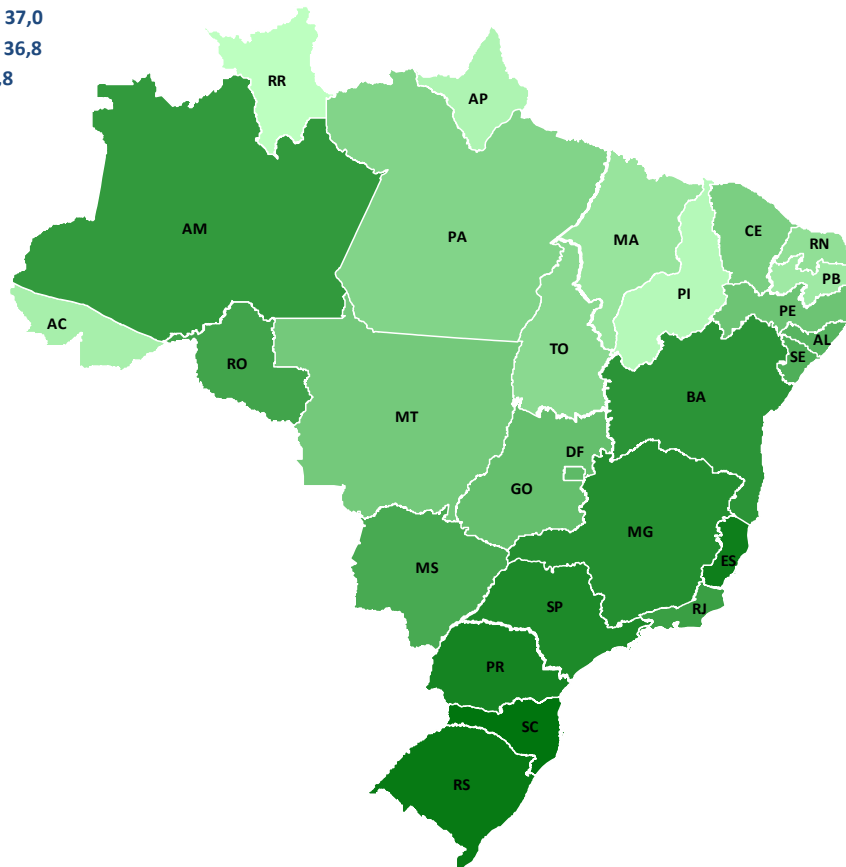
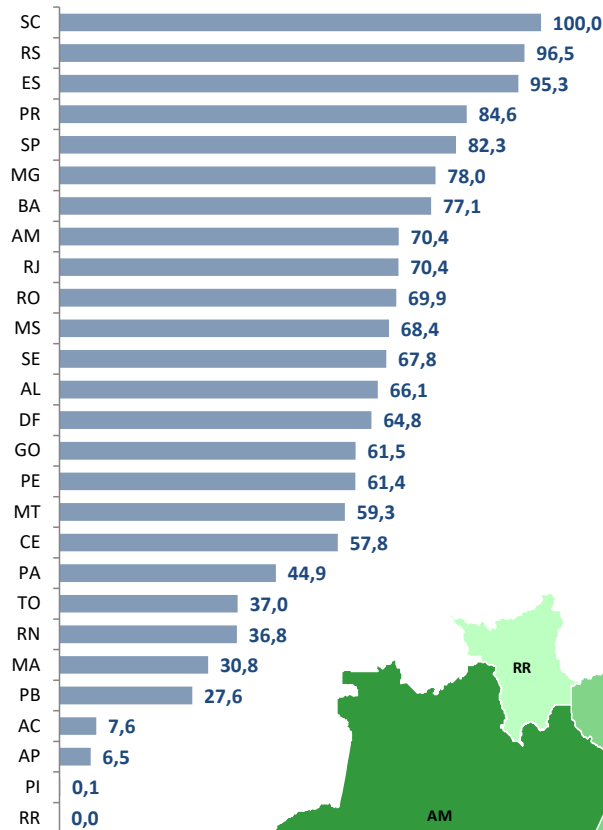
Nesta edição, não houve divulgação de novos dados do Índice de Transparência, o qual permanece tendo como ano-base 2018. Ademais, houve alteração metodológica no indicador de Eficiência do Judiciário, com a substituição da *Taxa de Congestionamento* (a qual mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano) pela *Taxa de Congestionamento Líquida*, calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Por fim, houve a inclusão de três novos indicadores neste pilar: (i) Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, o qual se refere ao *Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual*, da Secretaria do Tesouro Nacional, segundo informações do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi); (ii) Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário, o qual se refere à distância da produtividade dos mesmos em relação à fronteira (100% do IPC-Jus), segundo o *Relatório Justiça em Números* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e (iii) Oferta de Serviços Públicos Digitais, o qual se refere ao Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital, disponibilizado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP).



# EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

## Ranking – Eficiência da máquina pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2019
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2019
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB.	Siconfi e Tendências	2019
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB.	Siconfi e Tendências	2019
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360º - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	CGU	2018
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi	Tesouro Nacional	2019
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus	CNJ	2019
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital	ABEP	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Eficiência da Máquina Pública

Eficiência do Judiciário	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Oferta de Serviços Públicos Digitais	Custo do Legislativo/PIB
Custo do Judiciário/PIB	Custo do Executivo/PIB	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Índice de Transparência

## Desempenhos das UFs em cada indicador - I

Eficiência da Máquina Pública - I					
UF	Pilar Nota: 0-100	Eficiência do Judiciário	Custo do Executivo/PIB	Custo do Judiciário/PIB	Custo do Legislativo/PIB
SC	100,0	66,2%	0,5%	0,6%	0,2%
RS	96,5	65,1%	0,3%	0,4%	0,1%
ES	95,3	63,2%	0,3%	0,8%	0,2%
PR	84,6	68,8%	0,2%	0,5%	0,1%
SP	82,3	68,7%	0,2%	0,4%	0,1%
MG	78,0	64,4%	0,3%	0,7%	0,2%
BA	77,1	65,8%	0,5%	0,8%	0,4%
AM	70,4	58,4%	0,5%	0,7%	0,5%
RJ	70,4	73,8%	0,4%	0,5%	0,2%
RO	69,9	51,8%	1,7%	1,5%	0,6%
MS	68,4	64,9%	0,8%	0,8%	0,4%
SE	67,8	50,2%	1,6%	1,2%	0,7%
AL	66,1	63,9%	0,8%	1,1%	0,5%
DF	64,8	54,2%	0,7%	2,3%	0,3%
GO	61,5	66,0%	1,0%	0,9%	0,4%
PE	61,4	71,3%	0,6%	0,9%	0,4%
MT	59,3	62,1%	0,6%	0,8%	0,5%
CE	57,8	68,6%	0,6%	0,7%	0,4%
PA	44,9	70,3%	0,4%	0,6%	0,4%
TO	37,0	64,3%	1,6%	1,5%	0,9%
RN	36,8	61,5%	1,0%	1,2%	0,5%
MA	30,8	68,0%	0,9%	1,1%	0,6%
PB	27,6	72,5%	0,8%	1,2%	0,6%
AC	7,6	58,0%	1,5%	1,6%	1,2%
AP	6,5	50,5%	2,7%	2,0%	1,4%
PI	0,1	74,4%	2,8%	1,2%	1,0%
RR	0,0	42,5%	2,8%	1,7%	2,2%

## Desempenhos das UFs em cada indicador - II

Eficiência da Máquina Pública - II					
UF	Pilar Nota: 0-100	Índice de Transparência	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Oferta de Serviços Públicos Digitais
SC	100,0	93,4	160,9	98,3%	78,5
RS	96,5	91,2	145,3	89,6%	77,5
ES	95,3	89,3	177,0	83,6%	68,8
PR	84,6	51,5	171,7	82,9%	65,5
SP	82,3	76,4	128,4	100,0%	51,8
MG	78,0	37,5	162,2	76,5%	78,5
BA	77,1	34,0	147,3	100,0%	77,0
AM	70,4	34,5	167,5	99,9%	18,0
RJ	70,4	31,5	160,9	100,0%	49,8
RO	69,9	77,0	171,7	94,6%	50,0
MS	68,4	100,0	157,0	79,7%	31,8
SE	67,8	28,5	171,7	100,0%	50,8
AL	66,1	89,6	177,0	73,2%	43,0
DF	64,8	99,5	135,7	98,5%	49,8
GO	61,5	89,3	150,2	73,6%	53,3
PE	61,4	93,4	161,2	66,8%	54,8
MT	59,3	78,9	136,7	80,4%	30,5
CE	57,8	95,3	150,4	67,9%	31,5
PA	44,9	40,5	155,8	58,7%	38,3
TO	37,0	69,6	166,5	68,8%	46,3
RN	36,8	77,0	93,5	79,5%	38,3
MA	30,8	47,9	134,3	67,5%	33,8
PB	27,6	41,9	141,0	49,9%	63,8
AC	7,6	18,6	138,1	73,5%	9,0
AP	6,5	0,0	120,8	78,2%	64,3
PI	0,1	74,2	151,8	48,8%	31,5
RR	0,0	15,3	115,6	100,0%	0,0



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Eficiência do Judiciário		Custo do Executivo/PIB		Custo do Judiciário/PIB		Custo do Legislativo/PIB	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	6 ▲	18	7 ▲	9	1 ▲	5		5	1 ▲
RS	2		15	-2 ▼	5	-1 ▼	1	1 ▲	2	1 ▲
ES	3	1 ▲	10	5 ▲	3		10	-1 ▼	7	1 ▲
PR	4	-1 ▼	22	-12 ▼	2		3		3	1 ▲
SP	5		21	3 ▲	1		2	-1 ▼	1	1 ▲
MG	6	4 ▲	13	-2 ▼	4	1 ▲	7		6	1 ▲
BA	7	7 ▲	16	-2 ▼	8	-1 ▼	12	1 ▲	10	
AM	8	11 ▲	7	20 ▲	10	-4 ▼	8		17	1 ▲
RJ	9	8 ▲	26		7	2 ▲	4		4	1 ▲
RO	10	12 ▲	4	3 ▲	24	1 ▲	22		21	1 ▲
MS	11	-3 ▼	14	4 ▲	15	-1 ▼	11	1 ▲	9	2 ▲
SE	12	8 ▲	2		23	-1 ▼	21	-1 ▼	22	-1 ▼
AL	13	2 ▲	11	10 ▲	16	1 ▲	17	2 ▲	16	
DF	14	-13 ▼	5	-1 ▼	14	1 ▲	27		8	1 ▲
GO	15	-3 ▼	17		19		14		14	1 ▲
PE	16	-3 ▼	24	-2 ▼	12		15		12	1 ▲
MT	17	-11 ▼	9		13	-2 ▼	13	-2 ▼	15	2 ▲
CE	18	-9 ▼	20		11	2 ▲	9	1 ▲	11	1 ▲
PA	19	-3 ▼	23		6	2 ▲	6		13	1 ▲
TO	20	3 ▲	12	-4 ▼	22	1 ▲	23		23	
RN	21	-10 ▼	8	-2 ▼	20		20	1 ▲	18	-17 ▼
MA	22	-4 ▼	19	-7 ▼	18		16		19	
PB	23	-2 ▼	25	-9 ▼	17	-1 ▼	19	-1 ▼	20	
AC	24	2 ▲	6	-1 ▼	21	3 ▲	24		25	1 ▲
AP	25	2 ▲	3		25	2 ▲	26		26	-1 ▼
PI	26	-2 ▼	27	-8 ▼	27	-1 ▼	18	-1 ▼	24	
RR	27	-2 ▼	1		26	-5 ▼	25		27	

**Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II**

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Índice de Transparência		Qualidade da Informação Contábil e Fiscal		Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário		Oferta de Serviços Públicos Digitais	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	6 ▲	4		10		8		1	
RS	2		6		18		10		3	
ES	3	1 ▲	8		1		11		5	
PR	4	-1 ▼	16		3		12		6	
SP	5		13		24		1		11	
MG	6	4 ▲	20		8		17		1	
BA	7	7 ▲	22		17		1		4	
AM	8	11 ▲	21		6		6		25	
RJ	9	8 ▲	23		10		1		14	
RO	10	12 ▲	11		3		9		13	
MS	11	-3 ▼	1		12		14		21	
SE	12	8 ▲	24		3		1		12	
AL	13	2 ▲	7		1		20		17	
DF	14	-13 ▼	2		22		7		14	
GO	15	-3 ▼	8		16		18		10	
PE	16	-3 ▼	4		9		24		9	
MT	17	-11 ▼	10		21		13		24	
CE	18	-9 ▼	3		15		22		22	
PA	19	-3 ▼	19		13		25		18	
TO	20	3 ▲	15		7		21		16	
RN	21	-10 ▼	11		27		15		18	
MA	22	-4 ▼	17		23		23		20	
PB	23	-2 ▼	18		19		26		8	
AC	24	2 ▲	25		20		19		26	
AP	25	2 ▲	27		25		16		7	
PI	26	-2 ▼	14		14		27		22	
RR	27	-2 ▼	26		26		1		27	



# CAPITAL HUMANO

Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Enquanto o trabalhador brasileiro possui 8 anos de escolaridade em média, nos países da OCDE a escolaridade média é de 12 anos, segundo dados de 2018 da UNESCO e PNUD.

Embora este pilar não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da complementariedade com o pilar educação, cujo peso é de 11,2%. Enquanto o primeiro pilar avalia o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, o segundo analisa as condições atuais da educação no País, que irão determinar a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

No pilar capital humano, foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (dada pela razão entre o PIB e a população ocupada).

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada Estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas.

As UFs mais bem colocadas no pilar são **Distrito Federal** e **Rio de Janeiro**, que mantiveram respectivamente a 1ª e 2ª posições. O terceiro colocado passou a ser o **Amazonas**, ao subir da 6ª para 3ª posição, após melhoras relativas em todos os indicadores.

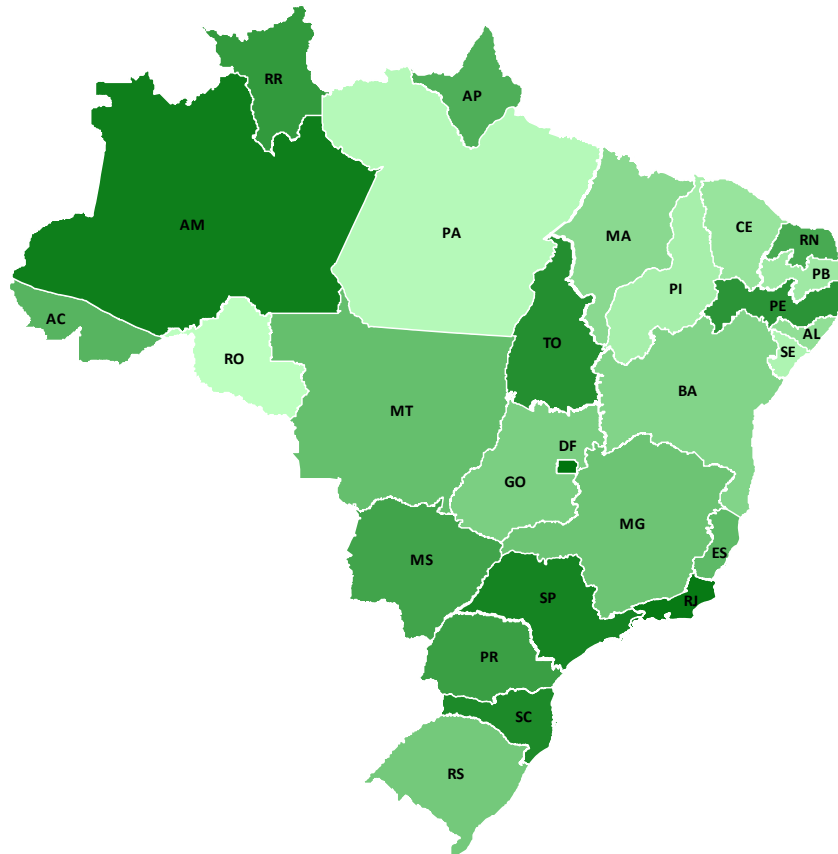
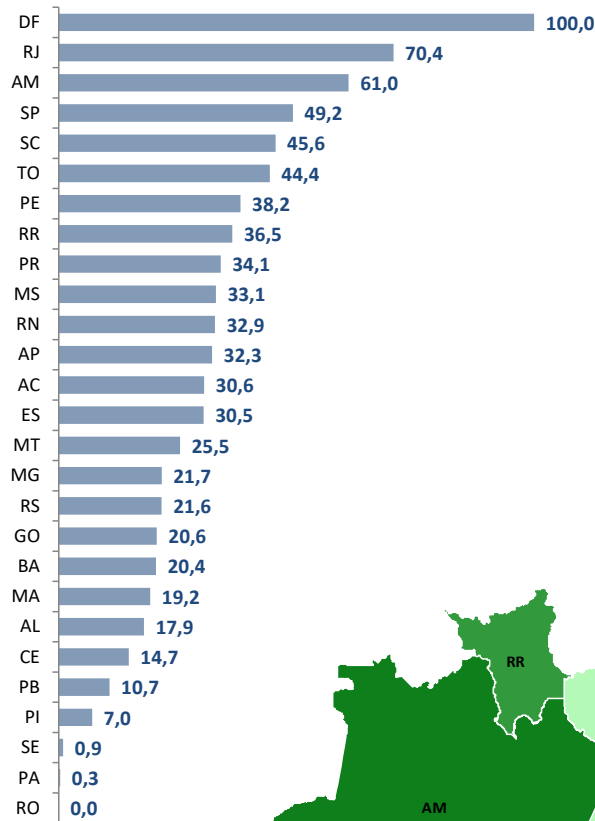
Os Estados que obtiveram os maiores avanços no ranking de Capital Humano foram **Pernambuco** e **Mato Grosso do Sul**, que obtiveram avanços de 6 e 7 posições, respectivamente, atingindo a 7ª e 10ª posições.

Em contraposição, as UFs que sofreram as maiores quedas de posição foram **Amapá**, que perdeu 9 posições, acompanhada de **Alagoas**, que caiu 11 posições. Como resultado, AP passou para a 12ª posição no pilar e AL para a 21ª.



# CAPITAL HUMANO

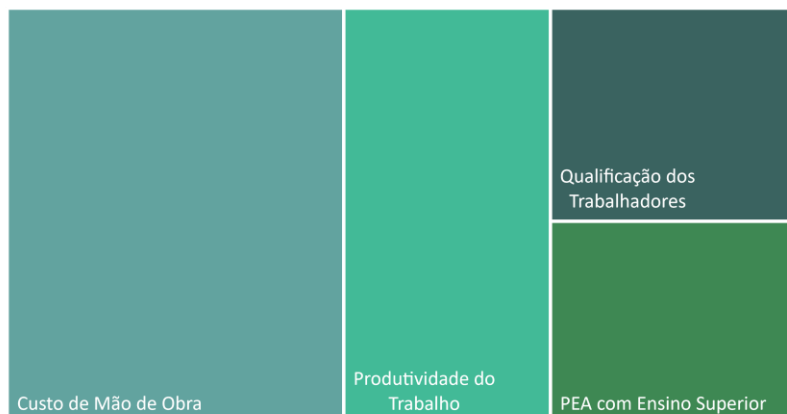
## Ranking – Capital humano



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	IBGE	2019
PEA com Ensino Superior	Pessoas de 14 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo/população economicamente ativa (acima de 14 anos).	IBGE	2019
Produtividade do Trabalho	PIB pelo total de pessoas ocupadas no período.	IBGE e Tendências	2019
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudos da população economicamente ativa (acima de 14 anos de idade).	IBGE	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Capital Humano

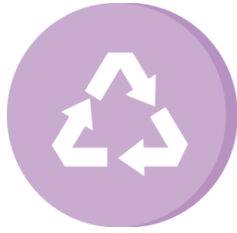


## Desempenhos das UFs em cada indicador

Capital Humano					
UF	Pilar Nota: 0-100	Custo de Mão de Obra	PEA com Ensino Superior	Produtividade do Trabalho	Qualificação dos Trabalhadores
DF	100,0	R\$ 3.995	34,3%	R\$ 181,6	12,2
RJ	70,4	R\$ 2.737	25,7%	R\$ 97,2	11,7
AM	61,0	R\$ 1.716	17,8%	R\$ 66,2	10,6
SP	49,2	R\$ 2.924	24,3%	R\$ 104,3	11,6
SC	45,6	R\$ 2.504	22,2%	R\$ 87,3	11,1
TO	44,4	R\$ 1.864	20,1%	R\$ 60,3	10,4
PE	38,2	R\$ 1.725	17,6%	R\$ 56,2	10,3
RR	36,5	R\$ 2.276	20,7%	R\$ 64,8	11,2
PR	34,1	R\$ 2.532	21,9%	R\$ 84,6	11,0
MS	33,1	R\$ 2.325	21,4%	R\$ 81,0	10,6
RN	32,9	R\$ 1.774	18,9%	R\$ 51,7	10,3
AP	32,3	R\$ 1.911	19,2%	R\$ 50,5	10,7
AC	30,6	R\$ 1.857	20,8%	R\$ 51,7	10,2
ES	30,5	R\$ 2.159	20,8%	R\$ 64,1	10,7
MT	25,5	R\$ 2.290	18,7%	R\$ 85,8	10,5
MG	21,7	R\$ 1.984	17,5%	R\$ 61,0	10,5
RS	21,6	R\$ 2.567	20,7%	R\$ 83,4	11,0
GO	20,6	R\$ 2.121	18,5%	R\$ 62,6	10,6
BA	20,4	R\$ 1.548	14,7%	R\$ 50,6	9,9
MA	19,2	R\$ 1.358	13,7%	R\$ 43,5	9,7
AL	17,9	R\$ 1.562	15,5%	R\$ 55,3	9,6
CE	14,7	R\$ 1.613	16,1%	R\$ 44,6	9,9
PB	10,7	R\$ 1.657	18,0%	R\$ 45,2	9,7
PI	7,0	R\$ 1.436	16,5%	R\$ 38,2	9,4
SE	0,9	R\$ 1.606	15,0%	R\$ 48,1	9,6
PA	0,3	R\$ 1.559	13,6%	R\$ 49,8	9,5
RO	0,0	R\$ 1.987	16,3%	R\$ 61,3	10,0

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019

Capital Humano										
UF	Ranking do Pilar		Custo de Mão de Obra		PEA com Ensino Superior		Produtividade do Trabalho		Qualificação dos Trabalhadores	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		27		1		1		1	
RJ	2		25		2		3		2	
AM	3	3 ▲	9	1 ▲	17	2 ▲	9	1 ▲	12	2 ▲
SP	4		26		3		2		3	
SC	5	2 ▲	22	1 ▲	4	2 ▲	4	2 ▲	5	
TO	6	5 ▲	13		11	1 ▲	15	-1 ▼	15	-4 ▼
PE	7	6 ▲	10	1 ▲	18		16	1 ▲	16	
RR	8	-3 ▼	19		10	-6 ▼	10	3 ▲	4	
PR	9	-1 ▼	23	-1 ▼	5	2 ▲	6	1 ▲	6	1 ▲
MS	10	7 ▲	21	-1 ▼	6	2 ▲	8		11	1 ▲
RN	11	-2 ▼	11	-2 ▼	13		19	2 ▲	17	
AP	12	-9 ▼	14	2 ▲	12	-7 ▼	21	-3 ▼	9	-3 ▼
AC	13	3 ▲	12		8	3 ▲	18	4 ▲	18	
ES	14		18	-1 ▼	7	8 ▲	11	-2 ▼	8	2 ▲
MT	15	-3 ▼	20	1 ▲	14	-5 ▼	5	-1 ▼	13	
MG	16	3 ▲	15	-1 ▼	19	-2 ▼	14	-2 ▼	14	1 ▲
RS	17	-2 ▼	24		9	1 ▲	7	-2 ▼	7	1 ▲
GO	18		17	1 ▲	15	-1 ▼	12	-1 ▼	10	-1 ▼
BA	19	5 ▲	3	3 ▲	25	1 ▲	20	-1 ▼	21	2 ▲
MA	20	2 ▲	1		26	1 ▲	26	-2 ▼	22	2 ▲
AL	21	-11 ▼	5	-2 ▼	23	-7 ▼	17	-1 ▼	24	-4 ▼
CE	22	-1 ▼	7	-3 ▼	22	2 ▲	25		20	-1 ▼
PB	23	3 ▲	8		16	5 ▲	24	2 ▲	23	4 ▲
PI	24	-1 ▼	2		20	3 ▲	27		27	-1 ▼
SE	25	-5 ▼	6	1 ▲	24	-4 ▼	23	-3 ▼	25	-4 ▼
PA	26	-1 ▼	4	1 ▲	27	-2 ▼	22	1 ▲	26	-1 ▼
RO	27		16	-1 ▼	21	1 ▲	13	2 ▲	19	3 ▲



# SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico.

Para medirmos a sustentabilidade ambiental dos Estados, foram utilizados cinco indicadores:

1. Emissões de CO<sub>2</sub>: áreas verdes e de conservação são fundamentais para a preservação do equilíbrio de diversos ecossistemas. Ações humanas orientadas para objetivos econômicos podem, em muitos casos, gerar prejuízos ambientais irreversíveis. Desmatamentos, inundação de áreas para formação de represas e queimadas são exemplos de ações que diminuem as áreas de conservação e ampliam a emissão de gás carbônico, o que aumenta o efeito estufa e desequilibra o meio ambiente.
2. Serviços urbanos: indicador medido pela oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana. Em muitos casos, a capacidade de os governos ofertarem soluções e serviços eficazes depende de cooperação e coordenação intergovernamental. Ainda que a limpeza urbana seja uma competência fundamentalmente municipal, os problemas em muitos casos transcendem os limites de um Município, surgindo assim problemas intermunicipais e regionais. Nesses casos, os governos estaduais têm papel fundamental na coordenação de soluções conjuntas com diversos Municípios. Entendemos que os governos estaduais devem ampliar suas responsabilidades sobre questões intermunicipais e regionais como essas.
3. Destinação do lixo: indicador medido pela destinação adequada para tipos de resíduos sólidos e qualidade das unidades de destino em solo. Da mesma forma que no item anterior, entendemos que a solução para o tratamento do lixo e dos resíduos sólidos passa por uma atuação conjunta dos governos estadual e municipal.
4. Tratamento de esgoto: indicador medido pela parcela de água tratada sobre o total de água consumida no Estado. O tratamento do esgoto não é só uma questão ambiental, mas também de saúde pública, principalmente em aglomerações, centros urbanos e regiões metropolitanas, em que o adensamento populacional impõe pressão sobre a disponibilidade de água tratada de qualidade. Parte significativa do tratamento de água no País é feita por empresas estatais estaduais. Quando feita por empresas locais (privadas ou públicas), ainda assim o governo estadual tem grande

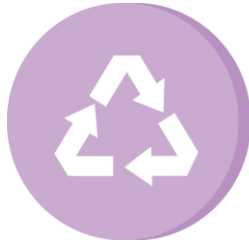


responsabilidade sobre a oferta da água, através de concessões, regulações e outorgas.

5. Perda de Água: o indicador que mede as perdas na distribuição de água é importante por refletir o investimento em Saneamento Básico e a preocupação em combater o desperdício de recursos naturais. Processos de abastecimento de água por meio de redes de distribuição sofrem perdas, através de vazamentos, roubos e ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas no consumo, gerando impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente — além de comprometerem o faturamento das empresas e a própria expansão das redes.

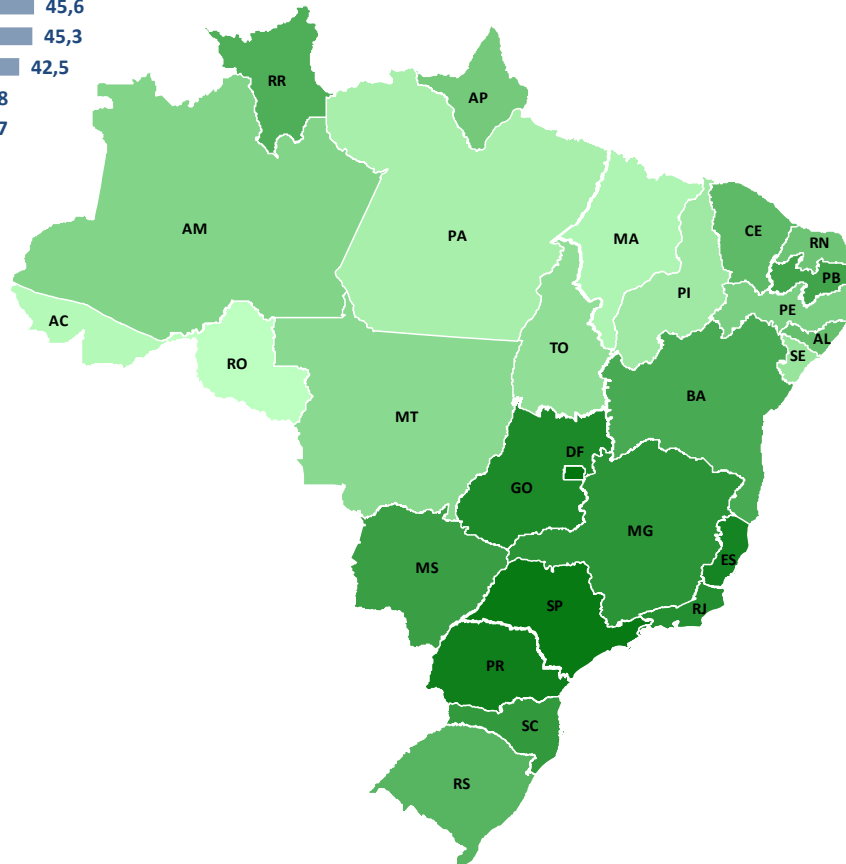
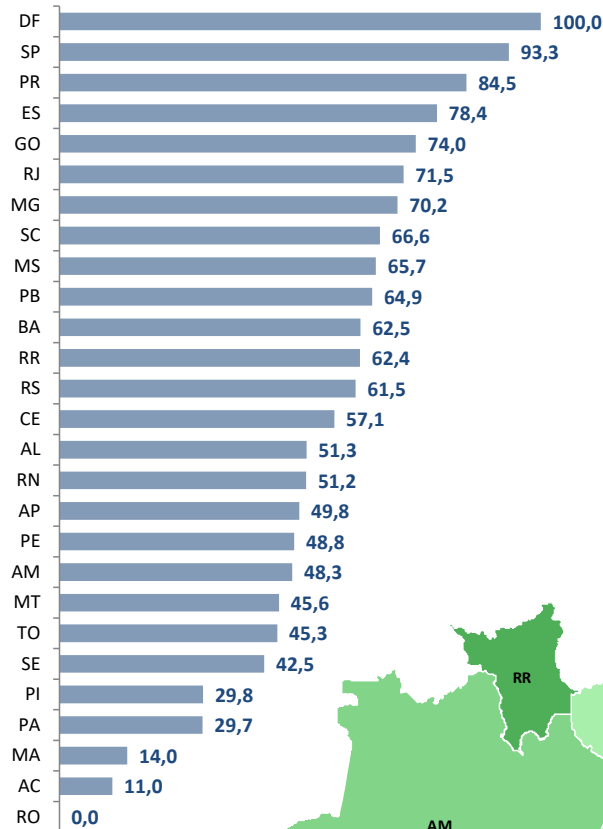
O **Distrito Federal** permanece sendo a UF mais bem colocada neste pilar, enquanto **São Paulo** e **Paraná** seguem como o segundo e terceiro colocados, respectivamente. O Estado do **Espírito Santo** passou a ocupar a quarta colocação do pilar, após avanço de 2 posições, com melhorias relativas nos indicadores de Emissões de CO<sub>2</sub>, Serviços Urbanos e Tratamento de Esgoto.

O Estado que conquistou o maior ganho de posição no pilar de *Sustentabilidade Ambiental* foi o **Alagoas** (que saltou da 20<sup>a</sup> para a 15<sup>a</sup> posição), em virtude da melhora relativa no indicador de Perda de Água.



# SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

## Ranking – Sustentabilidade ambiental



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO <sub>2</sub>	CO <sub>2</sub> emitido e derivado de remoção de unidades de conservação pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2018
Serviços Urbanos	Oferta de serviços municipais para coleta de materiais especiais e limpeza urbana (Nota: 0-2 a partir da agregação dos dados municipais).	SNIS	2018
Destinação do Lixo	Destinação adequada para o tipo de resíduo sólido e qualidade das unidades de destino em solo.	SNIS	2018
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.	SNIS e IBGE	2018
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2018

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Sustentabilidade Ambiental



### Desempenhos das UFs em cada indicador

Sustentabilidade Ambiental						
UF	Pilar Nota: 0-100	Emissões de CO <sub>2</sub>	Serviços Urbanos	Destinação do Lixo	Tratamento de Esgoto	Perda de Água
DF	100,0	18,5	2,0	0,2	81,4%	34,5%
SP	93,3	36,7	1,3	0,6	61,9%	34,1%
PR	84,5	50,2	1,1	0,3	66,3%	35,2%
ES	78,4	181,9	1,1	0,7	39,7%	39,6%
GO	74,0	144,2	0,9	0,4	43,5%	30,2%
RJ	71,5	69,5	0,9	0,6	28,0%	32,8%
MG	70,2	114,1	0,8	0,5	34,6%	36,4%
SC	66,6	65,6	0,6	0,6	23,4%	34,6%
MS	65,7	248,2	1,2	0,2	38,5%	33,5%
PB	64,9	142,1	0,8	0,4	35,8%	37,7%
BA	62,5	142,1	0,6	0,3	44,3%	37,5%
RR	62,4	-498,1	1,1	0,3	60,1%	73,4%
RS	61,5	84,0	0,7	0,6	23,6%	40,6%
CE	57,1	129,9	0,9	0,4	30,9%	44,0%
AL	51,3	44,9	0,7	0,3	12,8%	33,9%
RN	51,2	97,0	1,0	0,3	27,5%	49,5%
AP	49,8	-770,5	1,2	0,4	8,8%	68,1%
PE	48,8	69,2	0,7	0,4	24,3%	50,7%
AM	48,3	-408,8	1,0	0,5	21,8%	70,6%
MT	45,6	876,7	0,8	0,5	29,3%	45,9%
TO	45,3	939,8	0,5	0,4	27,2%	34,9%
SE	42,5	119,1	1,0	0,1	27,5%	48,7%
PI	29,8	386,6	0,5	0,3	11,7%	51,2%
PA	29,7	581,5	0,7	0,2	4,0%	40,5%
MA	14,0	539,2	0,4	0,2	9,5%	61,0%
AC	11,0	1466,8	0,9	0,4	10,3%	61,2%
RO	0,0	1766,5	0,5	0,3	4,2%	58,2%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 - I

Sustentabilidade Ambiental								
UF	Ranking do Pilar		Emissões de CO <sub>2</sub>		Serviços Urbanos		Destinação do Lixo	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		4		1		24	-14 ▼
SP	2		5		2		4	-2 ▼
PR	3		7	1 ▲	7	-2 ▼	16	-1 ▼
ES	4	2 ▲	19	1 ▲	5	5 ▲	1	
GO	5	-1 ▼	18	-4 ▼	14	-2 ▼	13	-2 ▼
RJ	6	2 ▲	10	-3 ▼	11	11 ▲	5	-2 ▼
MG	7		13	4 ▲	15	-9 ▼	6	-2 ▼
SC	8	2 ▲	8	4 ▲	22	-11 ▼	2	3 ▲
MS	9	-4 ▼	20	1 ▲	3	1 ▲	23	-16 ▼
PB	10	3 ▲	17	-1 ▼	16		10	8 ▲
BA	11		16	3 ▲	23	-5 ▼	19	3 ▲
RR	12	-3 ▼	2	-1 ▼	6	21 ▲	21	-7 ▼
RS	13	-1 ▼	11	4 ▲	19	-5 ▼	3	6 ▲
CE	14		15	-4 ▼	12	-4 ▼	14	7 ▲
AL	15	5 ▲	6		18	-3 ▼	20	
RN	16	1 ▲	12	-2 ▼	10	-3 ▼	17	2 ▲
AP	17	-1 ▼	1	1 ▲	4	-1 ▼	9	3 ▲
PE	18	-3 ▼	9		20	-3 ▼	12	-6 ▼
AM	19	-1 ▼	3		8	18 ▲	7	6 ▲
MT	20	2 ▲	24	2 ▲	17	4 ▲	8	9 ▲
TO	21	-2 ▼	25		25	-2 ▼	11	5 ▲
SE	22	-1 ▼	14	-1 ▼	9	4 ▲	27	
PI	23	1 ▲	21	-3 ▼	26	-6 ▼	22	2 ▲
PA	24	1 ▲	23		21	-2 ▼	25	
MA	25	1 ▲	22		27	-3 ▼	26	
AC	26	-3 ▼	26	-2 ▼	13	-4 ▼	15	-7 ▼
RO	27		27		24	1 ▲	18	5 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 - II

Sustentabilidade Ambiental						
UF	Ranking do Pilar		Tratamento de Esgoto		Perda de Água	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
DF	1		1		6	-2 ▼
SP	2		3	1 ▲	5	2 ▲
PR	3		2		9	-3 ▼
ES	4	2 ▲	7	1 ▲	13	
GO	5	-1 ▼	6		1	
RJ	6	2 ▲	13	-1 ▼	2	
MG	7		10	-1 ▼	10	-2 ▼
SC	8	2 ▲	19		7	2 ▲
MS	9	-4 ▼	8	-1 ▼	3	
PB	10	3 ▲	9	4 ▲	12	-1 ▼
BA	11		5		11	-1 ▼
RR	12	-3 ▼	4	-1 ▼	27	
RS	13	-1 ▼	18	2 ▲	15	-3 ▼
CE	14		11		16	
AL	15	5 ▲	21		4	11 ▲
RN	16	1 ▲	15	2 ▲	19	1 ▲
AP	17	-1 ▼	25	-1 ▼	25	
PE	18	-3 ▼	17	1 ▲	20	1 ▲
AM	19	-1 ▼	20	-10 ▼	26	
MT	20	2 ▲	12	2 ▲	17	
TO	21	-2 ▼	16		8	-3 ▼
SE	22	-1 ▼	14	1 ▲	18	
PI	23	1 ▲	22	1 ▲	21	-2 ▼
PA	24	1 ▲	27		14	
MA	25	1 ▲	24	1 ▲	23	
AC	26	-3 ▼	23	-1 ▼	24	
RO	27		26		22	



## POTENCIAL DE MERCADO

Neste pilar, foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos 4 anos e o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação.

Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão' (ver anexo 2), evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB — SP possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (RJ) — adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador.

Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,6%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral. Evidência disso é que a menor economia estadual do País, **Roraima**, que está na última colocação no indicador de Tamanho de Mercado, ocupa a primeira posição no pilar.

Completam as primeiras posições, no pilar, os Estados de SP e MT. Enquanto **São Paulo** beneficia-se do primeiro lugar no indicador de Tamanho de mercado, o Estado do **Mato Grosso** — que contou com avanço de 4 posições no pilar — apresenta o melhor resultado no indicador de Taxa de Crescimento.

O Estado que mais ganhou posição no ranking foi **Rondônia**, ao subir da 18ª para 6ª colocação, graças à melhora relativa no indicador de Taxa de Crescimento. Por outro lado, o Estado que mais perdeu competitividade no pilar foi o **Espírito Santo** (que passou da 12ª para a 23ª posição), após piora relativa no indicador de Taxa de Crescimento.

Vale destacar que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos (2016 a 2019), sendo as taxas de 2016 e 2017 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Dada a grande defasagem na divulgação dos dados, a Tendências Consultoria estimou as taxas para 2018 e 2019,

considerando os principais indicadores estaduais de alta frequência e a especialização econômica de cada UF. As estimativas são consistentes com o desempenho do Brasil, tendo em vista que o IBGE divulga os dados nacionais com menor defasagem.

No período em questão, os Estados com os melhores resultados foram: (i) **Mato Grosso**, impulsionado pelos bons desempenhos da agropecuária e indústria de biocombustíveis; (ii) **Roraima**, por conta do forte aumento populacional da imigração venezuelana, o qual propiciou incremento na demanda por bens e serviços do Estado (ainda que tenha pressionado o sistema de saúde e segurança pública); e (iii) **Santa Catarina**, impulsionado pela indústria de produtos alimentícios e pelos fortes desempenhos das vendas no comércio varejista.

Na ponta oposta, os Estados com os piores resultados foram **Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte**, cujos modestos desempenhos da indústria e comércio lhes garantiram as últimas colocações no indicador.

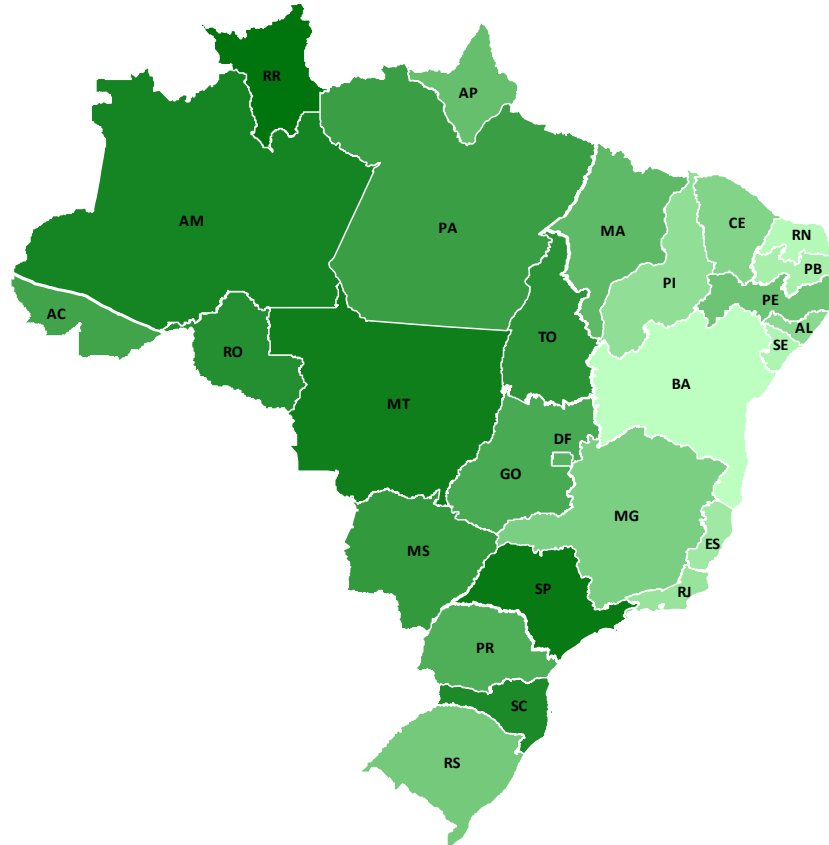
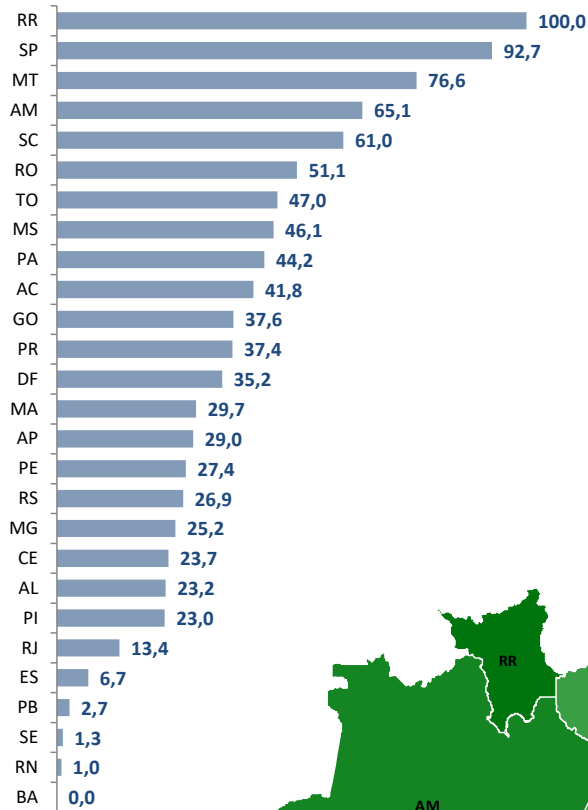
Com relação às maiores mudanças na edição deste ano, destaca-se que **Distrito Federal, Minas Gerais e Espírito Santo** apresentaram as maiores quedas de posições. No DF, além da desconsideração do dado de 2015 (favorável à UF), as estimativas do PIB para 2018 e 2019 foram bem modestas, tendo em vista o fraco desempenho esperado para o setor de serviços (responsável por 97% do valor adicionado bruto). No caso de MG e ES, os dois Estados sofreram economicamente com os desdobramentos do rompimento da barragem em Brumadinho, concomitante à fraca evolução da agropecuária.





# POTENCIAL DE MERCADO

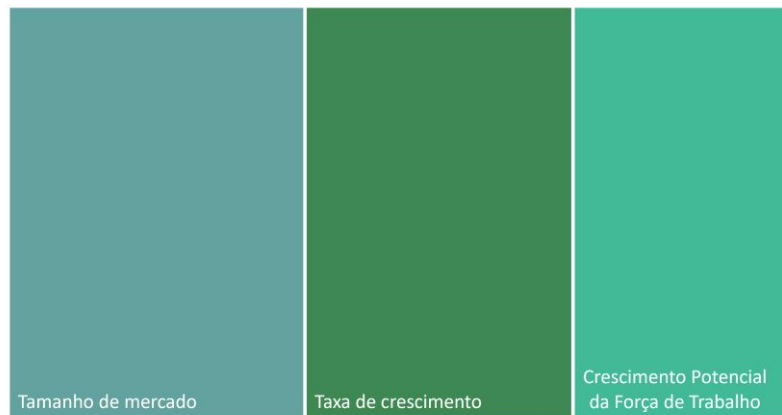
## Ranking – Potencial de mercado



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB) em R\$ bilhões.	Tendências	2019
Taxa de Crescimento	Média Móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB.	IBGE e Tendências	2019
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Potencial de Mercado



### Desempenhos das UFs em cada indicador

Potencial de Mercado				
UF	Pilar Nota: 0-100	Tamanho de mercado	Taxa de crescimento	Crescimento Potencial da Força de Trabalho
RR	100,0	R\$ 13,9	2,4%	2,7%
SP	92,7	R\$ 2.349,3	0,1%	0,3%
MT	76,6	R\$ 144,4	2,9%	0,8%
AM	65,1	R\$ 107,4	1,4%	1,7%
SC	61,0	R\$ 316,1	2,0%	0,6%
RO	51,1	R\$ 49,2	1,6%	0,8%
TO	47,0	R\$ 38,6	1,1%	1,1%
MS	46,1	R\$ 106,9	1,4%	0,7%
PA	44,2	R\$ 171,7	0,5%	1,2%
AC	41,8	R\$ 15,7	0,0%	1,8%
GO	37,6	R\$ 211,2	0,3%	1,0%
PR	37,4	R\$ 468,9	0,7%	0,2%
DF	35,2	R\$ 262,6	0,0%	1,0%
MA	29,7	R\$ 97,7	0,3%	0,8%
AP	29,0	R\$ 16,4	-1,1%	2,1%
PE	27,4	R\$ 198,8	0,3%	0,5%
RS	26,9	R\$ 469,6	0,7%	-0,3%
MG	25,2	R\$ 617,1	-0,2%	0,1%
CE	23,7	R\$ 164,5	0,2%	0,5%
AL	23,2	R\$ 56,5	0,3%	0,5%
PI	23,0	R\$ 49,4	0,7%	0,2%
RJ	13,4	R\$ 735,5	-1,0%	0,0%
ES	6,7	R\$ 123,2	-0,9%	0,6%
PB	2,7	R\$ 67,1	-0,8%	0,4%
SE	1,3	R\$ 44,3	-1,3%	0,8%
RN	1,0	R\$ 68,2	-1,2%	0,7%
BA	0,0	R\$ 292,9	-1,2%	0,2%

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019

Potencial de Mercado									
UF	Ranking do Pilar		Tamanho de Mercado		Taxa de Crescimento		Crescimento Potencial da Força de Trabalho		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
RR	1		27		2	-1 ▼	1		
SP	2		1		17	-1 ▼	21		
MT	3	4 ▲	13		1	4 ▲	10		
AM	4	5 ▲	15	1 ▲	6	11 ▲	4		
SC	5	3 ▲	6		3	3 ▲	16		
RO	6	12 ▲	22		4	9 ▲	9		
TO	7	-2 ▼	24		7	-4 ▼	6		
MS	8	-4 ▼	16	-1 ▼	5	-3 ▼	13	1 ▲	
PA	9	-6 ▼	11		11	-7 ▼	5		
AC	10		26		19	-1 ▼	3		
GO	11	5 ▲	9		13	6 ▲	8		
PR	12	-1 ▼	5		8	3 ▲	24		
DF	13	-7 ▼	8		18	-10 ▼	7		
MA	14	3 ▲	17		14	-2 ▼	11		
AP	15	6 ▲	25		24	3 ▲	2		
PE	16	6 ▲	10		15	7 ▲	17		
RS	17	-2 ▼	4		10		27		
MG	18	-4 ▼	3		20	-6 ▼	25		
CE	19	1 ▲	12		16	-1 ▼	19		
AL	20	7 ▲	20		12	13 ▲	18		
PI	21	-8 ▼	21		9	-2 ▼	23		
RJ	22	-3 ▼	2		23		26		
ES	23	-11 ▼	14		22	-13 ▼	15		
PB	24		19		21	-1 ▼	20		
SE	25	1 ▲	23		27	-1 ▼	12		
RN	26	-3 ▼	18		25	-4 ▼	14	-1 ▼	
BA	27	-2 ▼	7		26	-2 ▼	22		



# INOVAÇÃO

Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação contempla cinco indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação:

1. Investimentos em P&D: indicador medido pelo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em proporção do PIB. É uma síntese do quanto a renda produzida em determinado Estado (seja ele rico ou pobre) é destinada à pesquisa científica. A divisão pelo PIB é importante para evitar comparações injustas, uma vez que é natural que Estados mais ricos invistam mais do que os mais pobres.
2. Patentes: indicador medido pelo número de registros de patentes de invenção, modelos de utilidade e certificados de adição como proporção do PIB (em bilhões de reais). Medir a inovação a partir do número de patentes baseia-se na premissa de que os retornos econômicos e sociais de uma inovação somente produzirão efeitos quando efetivamente aplicadas e introduzidas nos processos produtivos. O registro de patentes é etapa fundamental desse processo, pois garante retornos mínimos aos investimentos feitos em P&D pelos proprietários da ideia. Mais uma vez, dada a forte associação entre inovação e a presença do setor privado — o que, por sua vez, está associada à renda —, optamos por dividir o número de patentes pelo PIB de forma a

capturar o quanto se registra de patentes para cada unidade de renda (medida em R\$) gerada no Estado.

3. Bolsa de Mestrado e Doutorado: o indicador mede a proporção de estudantes de Mestrado e Doutorado beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou de FAPs dos Estados — evidenciando o incentivo à pesquisa acadêmica e produção científica de universidades, departamentos, laboratórios e institutos de todas as áreas do conhecimento.

4. Empreendimentos Inovadores: o indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital.

Além disso, incluímos um novo indicador:

5. Pesquisa Científica: o indicador refere-se à nota em *pesquisa* do Ranking Universitário Folha (RUF), do jornal Folha de S.Paulo, conforme dados da *Web of Science* (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), Capes, CNPq e agências federais de fomento (2017), e SciELO (de 2012 a 2016). Considerar a qualidade das universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de indicadores de publicações, citações e teses, mostra-se um importante parâmetro à competitividade das Unidades da Federação.

As UFs mais bem colocadas neste pilar permanecem sendo SP, RS e SC, nessa ordem. **São Paulo** segue em 1º lugar no indicador de Investimentos Públicos em P&D; e o **Rio Grande do Sul** segue em 1º no de Patentes e 2º no de Empreendimentos Inovadores. Analogamente, **Santa Catarina** ocupa a 1ª colocação no indicador de Empreendimentos Inovadores e a 2ª posição no de Patentes.

Os destaques do pilar, nesta edição, foram os Estados do ES e BA. O **Espírito Santo** avançou 11 posições (da 24ª para 13ª colocação), devido à boa posição no novo indicador de Pesquisa Científica (5ª posição) e ao avanço relativo nos indicadores de Investimentos Públicos em P&D e Bolsa de Mestrado e Doutorado. Já a **Bahia** avançou 10 posições (da penúltima para 16ª colocação), graças à melhoria relativa no indicador de Bolsa de Mestrado e Doutorado.

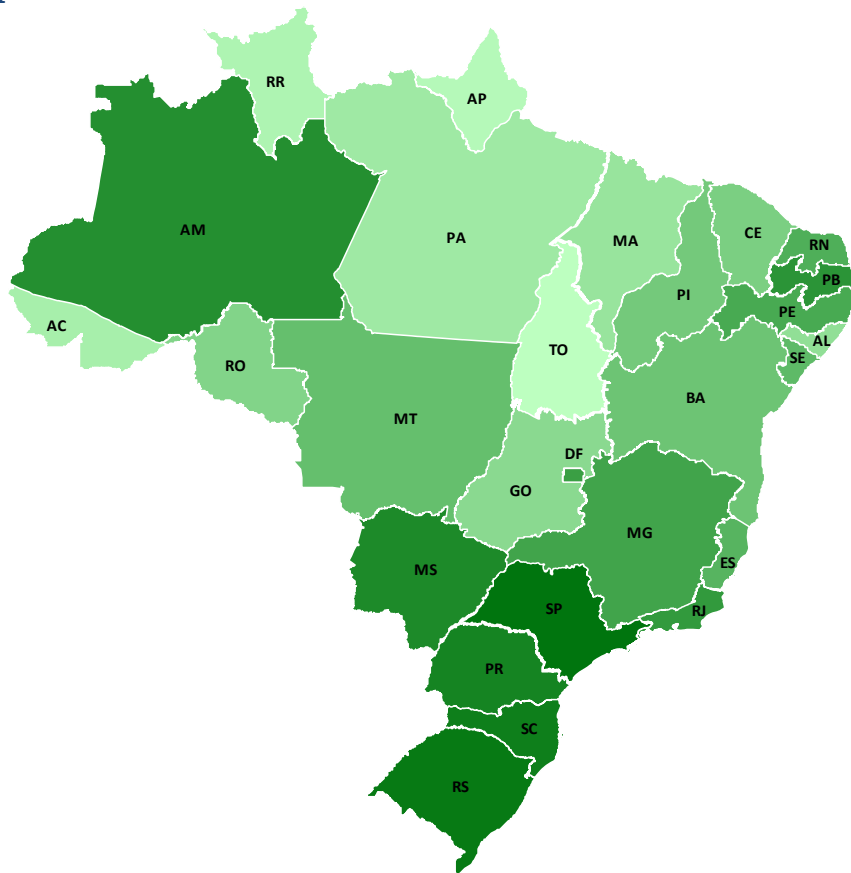
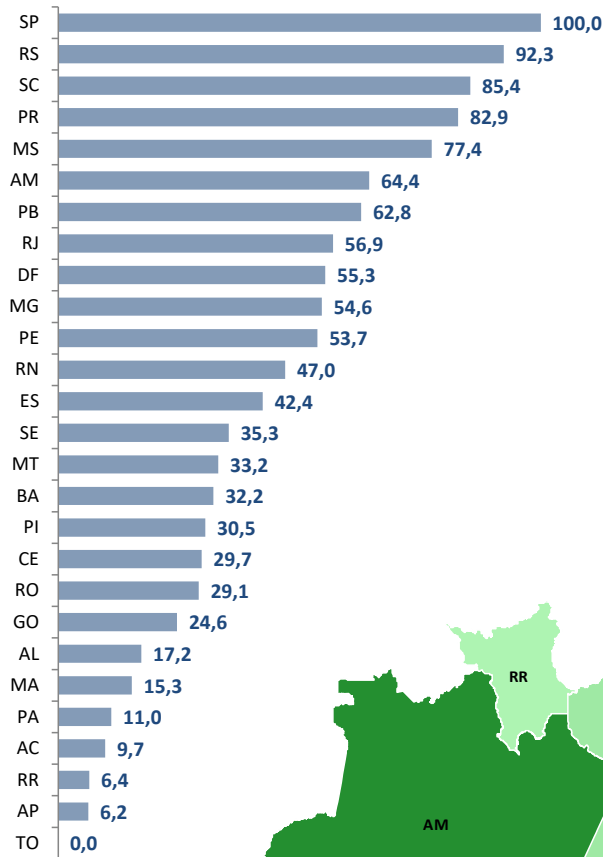
Nesta edição, houve alteração metodológica no numerador do indicador de Bolsa de Mestrado e Doutorado, já que, até a última edição, eram considerados, na proporção de discentes de pós-graduação beneficiados por bolsa de mestrado e doutorado, apenas as fornecidas pelo CNPq e CAPES. A partir do Ranking 2020, foram incluídas as bolsas das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), conforme

levantamento fornecido pelo CONFAP (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa).



# INOVAÇÃO

## Ranking – Inovação





Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2017
Patentes	Total de concessões de patentes, englobando os tipos: "Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição" em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2018
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2018
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2020
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2019

## Distribuição dos Indicadores no Pilar

### Inovação



## Desempenhos das UFs em cada indicador

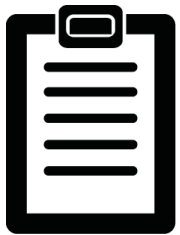
Inovação						
UF	Pilar Nota: 0-100	Investimentos Públicos em P&D	Patentes	Bolsa de Mestrado e Doutorado	Empreendiment os Inovadores	Pesquisa Científica
SP	100,0	0,51%	0,44	37,0%	1,2	19,8
RS	92,3	0,03%	0,64	35,8%	3,3	23,5
SC	85,4	0,10%	0,60	34,3%	3,5	17,4
PR	82,9	0,24%	0,39	30,9%	2,7	22,1
MS	77,4	0,07%	0,05	62,3%	3,3	20,4
AM	64,4	0,08%	0,09	48,6%	3,0	20,0
PB	62,8	0,21%	0,06	40,4%	0,8	29,3
RJ	56,9	0,14%	0,31	33,9%	1,9	19,1
DF	55,3	0,02%	0,14	27,9%	1,7	33,6
MG	54,6	0,11%	0,26	34,6%	1,6	21,9
PE	53,7	0,08%	0,06	39,6%	1,6	27,1
RN	47,0	0,19%	0,06	27,9%	2,0	22,4
ES	42,4	0,07%	0,13	30,8%	1,0	26,7
SE	35,3	0,04%	0,05	33,4%	0,9	27,2
MT	33,2	0,07%	0,03	34,7%	1,7	20,2
BA	32,2	0,15%	0,09	37,2%	0,5	18,9
PI	30,5	0,04%	0,02	32,2%	2,1	19,7
CE	29,7	0,11%	0,10	33,1%	0,8	19,7
RO	29,1	0,00%	0,02	28,9%	2,8	19,1
GO	24,6	0,08%	0,05	39,0%	0,9	16,7
AL	17,2	0,03%	0,04	41,7%	1,2	13,1
MA	15,3	0,07%	0,02	38,9%	0,3	16,5
PA	11,0	0,03%	0,02	30,5%	0,7	18,1
AC	9,7	0,01%	0,07	27,9%	0,0	21,9
RR	6,4	0,14%	0,00	22,2%	1,9	10,1
AP	6,2	0,02%	0,00	26,1%	2,4	11,4
TO	0,0	0,01%	0,03	17,2%	2,6	11,5

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – I

Inovação								
UF	Ranking do Pilar		Investimentos Públicos em P&D		Patentes		Bolsa de Mestrado e Doutorado	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		3	1 ▲	9	-3 ▼
RS	2		22	-2 ▼	1		10	-5 ▼
SC	3		10	1 ▲	2		13	-6 ▼
PR	4		2		4	-1 ▼	18	-9 ▼
MS	5	3 ▲	17	-3 ▼	17	-3 ▼	1	16 ▲
AM	6	-1 ▼	12	-4 ▼	10		2	6 ▲
PB	7		3		13	5 ▲	4	-3 ▼
RJ	8	-2 ▼	6	-2 ▼	5	1 ▲	14	-1 ▼
DF	9	5 ▲	23	4 ▲	7	4 ▲	23	-5 ▼
MG	10	1 ▲	9	7 ▲	6	-1 ▼	12	
PE	11	2 ▲	11	-1 ▼	15		5	9 ▲
RN	12		4	2 ▲	14	5 ▲	22	-6 ▼
ES	13	11 ▲	14	4 ▲	8	-1 ▼	19	6 ▲
SE	14	4 ▲	19	7 ▲	18	-10 ▼	15	-4 ▼
MT	15	-6 ▼	16	1 ▲	20	1 ▲	11	-9 ▼
BA	16	10 ▲	5		11	1 ▲	8	18 ▲
PI	17		18	-11 ▼	25	-3 ▼	17	5 ▲
CE	18	1 ▲	8	4 ▲	9		16	5 ▲
RO	19	-3 ▼	27	-3 ▼	23	-1 ▼	21	-2 ▼
GO	20	3 ▲	13	2 ▲	16	-3 ▼	6	14 ▲
AL	21	-11 ▼	21		19	-2 ▼	3	
MA	22	5 ▲	15	-2 ▼	24	-4 ▼	7	17 ▲
PA	23	-2 ▼	20	-1 ▼	22	-6 ▼	20	-10 ▼
AC	24	-2 ▼	25	-2 ▼	12	10 ▲	24	-20 ▼
RR	25	-5 ▼	7	2 ▲	26	-4 ▼	26	-3 ▼
AP	26	-11 ▼	24	-2 ▼	26	-4 ▼	25	-10 ▼
TO	27	-2 ▼	26	-1 ▼	21	1 ▲	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2019 – II

Inovação						
UF	Ranking do Pilar		Empreendimentos Inovadores		Pesquisa Científica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		17	1 ▲	14	
RS	2		2		6	
SC	3		1		21	
PR	4		6	-1 ▼	8	
MS	5	3 ▲	3		11	
AM	6	-1 ▼	4	2 ▲	13	
PB	7		23		2	
RJ	8	-2 ▼	11	2 ▲	18	
DF	9	5 ▲	14	-5 ▼	1	
MG	10	1 ▲	15	2 ▲	9	
PE	11	2 ▲	16		4	
RN	12		10	5 ▲	7	
ES	13	11 ▲	19		5	
SE	14	4 ▲	20	1 ▲	3	
MT	15	-6 ▼	13	1 ▲	12	
BA	16	10 ▲	25		19	
PI	17		9	1 ▲	15	
CE	18	1 ▲	22	-2 ▼	16	
RO	19	-3 ▼	5	-1 ▼	17	
GO	20	3 ▲	21	1 ▲	22	
AL	21	-11 ▼	18	-7 ▼	24	
MA	22	5 ▲	26		23	
PA	23	-2 ▼	24		20	
AC	24	-2 ▼	27		10	
RR	25	-5 ▼	12		27	
AP	26	-11 ▼	8		26	
TO	27	-2 ▼	7		25	

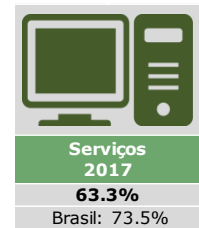
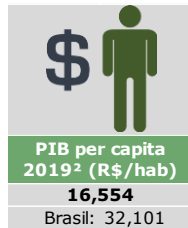
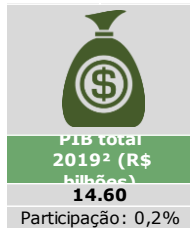
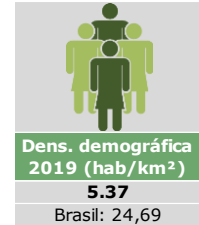
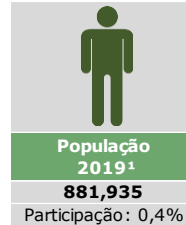
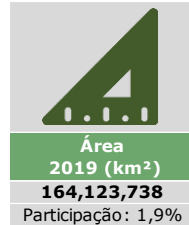


# PERFIL DOS ESTADOS



**Acre**

**Posição no Ranking Geral: 27**



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental

▲ Serviços Urbanos - Pos.: 13  
▼ Emissões de CO2 - Pos.: 26

### Sustentabilidade Social

▲ Desig. de Renda - Pos.: 12  
▼ Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 25

### Capital Humano

▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 8  
▼ Produtiv. do Trab. - Pos.: 18

### Segurança Pública

▲ Mortes a Esclarecer - Pos.: 3  
▼ Segurança Pessoal - Pos.: 24

### Educação

▲ IDEB - Pos.: 10  
▼ Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 26

### Solidez Fiscal

▲ Índice de Liquidez - Pos.: 2  
▼ Dependência Fiscal - Pos.: 27

### Eficiência da Máquina Pública

▲ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 6  
▼ Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 26

### Potencial de Mercado

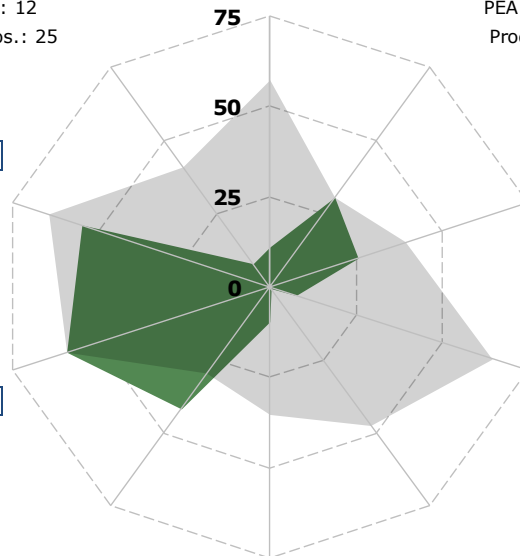
▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 3  
▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 26

### Infraestrutura

▲ Custo Saneamento - Pos.: 3  
▼ Custo Combustíveis - Pos.: 27

### Inovação

▲ Pesquisa Científica - Pos.: 10  
▼ Empreend. Inova. - Pos.: 27



■ AC ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

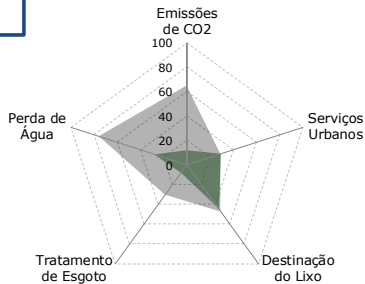


Acre

Posição no Ranking Geral: 27

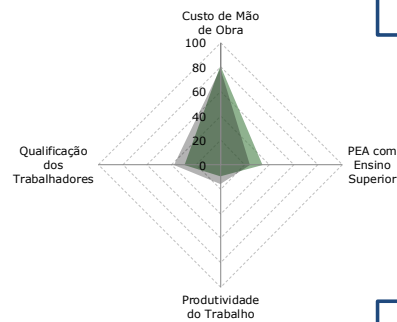
Sustentabilidade Ambiental

Posição:  
26



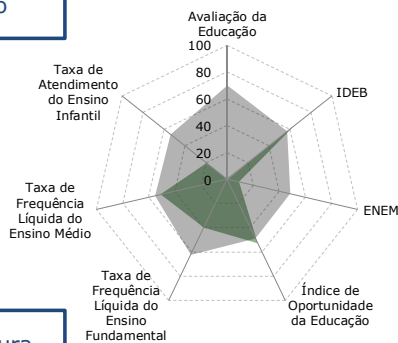
Capital Humano

Posição:  
13



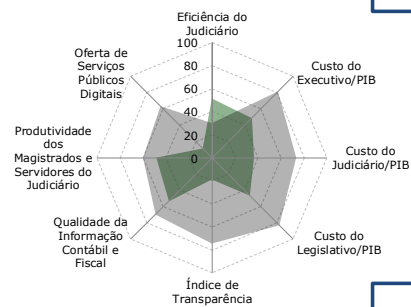
Educação

Posição:  
20



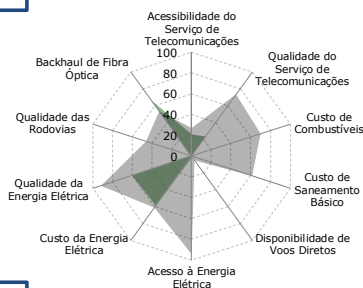
Eficiência da Máquina Pública

Posição:  
24



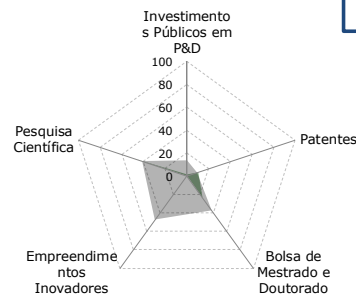
Infraestrutura

Posição:  
26



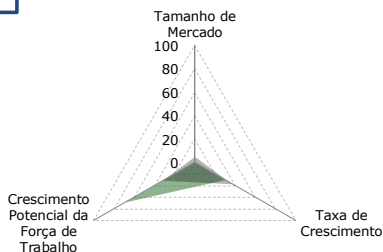
Inovação

Posição:  
24



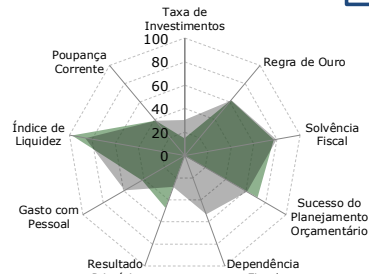
Potencial de Mercado

Posição:  
10



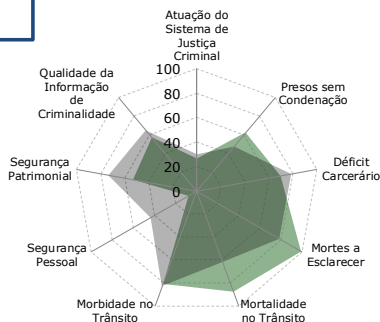
Solidez Fiscal

Posição:  
14



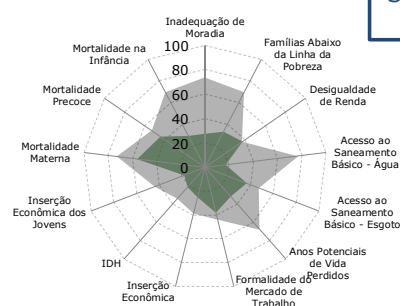
Segurança Pública

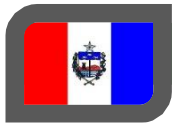
Posição:  
19



Sustentabilidade Social

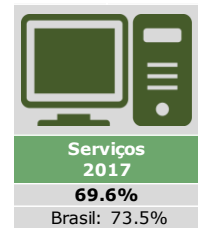
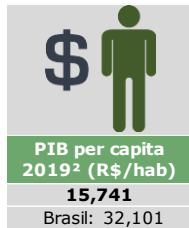
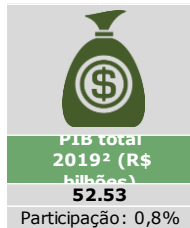
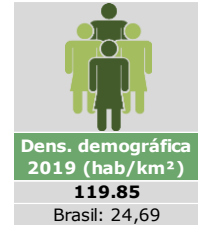
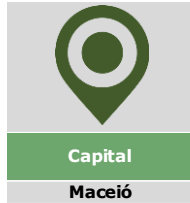
Posição:  
23





**Alagoas**

**Posição no Ranking Geral: 15**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Perda de Água - Pos.: 4
- ▼ Tratam. de Esgoto - Pos.: 21

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Desig. de Renda - Pos.: 5
- ▼ IDH - Pos.: 27

**Capital Humano**

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 5
- ▼ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 24

**Segurança Pública**

- ▲ Quali. Info. Crimin. - Pos.: 1
- ▼ Déficit Carcerário - Pos.: 23

**Educação**

- ▲ Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 13
- ▼ Tx Freq. LÍq. do EM - Pos.: 23

**Solidez Fiscal**

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 2
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 21

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 1
- ▼ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 20

**Potencial de Mercado**

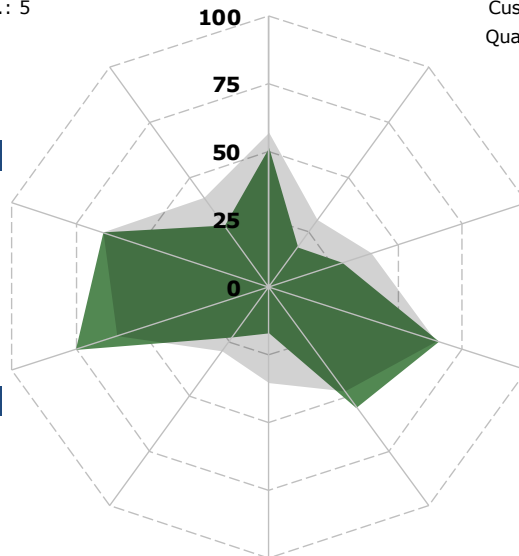
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 12
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 20

**Infraestrutura**

- ▲ Quali. Rodovias - Pos.: 1
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 26

**Inovação**

- ▲ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 3
- ▼ Pesquisa Científica - Pos.: 24



■ AL ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



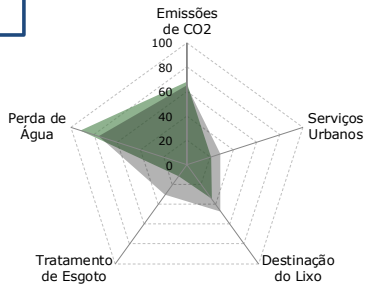


**Alagoas**

**Posição no Ranking Geral: 15**

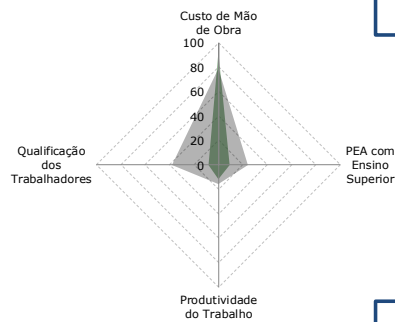
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
15**



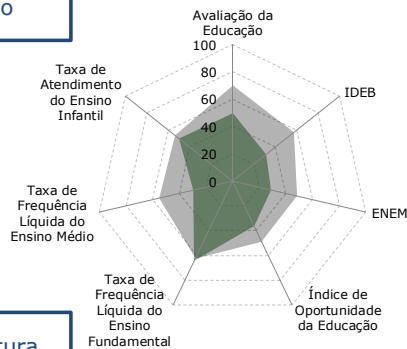
**Capital Humano**

**Posição  
21**



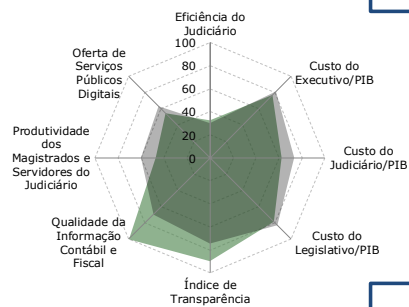
**Educação**

**Posição  
19**



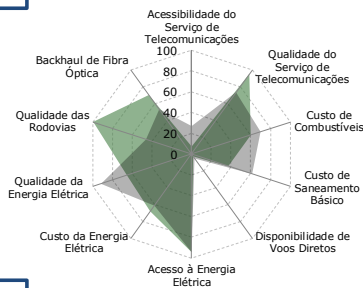
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
13**



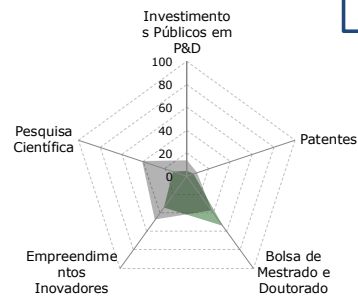
**Infraestrutura**

**Posição  
8**



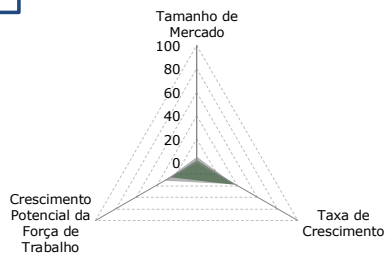
**Inovação**

**Posição  
21**



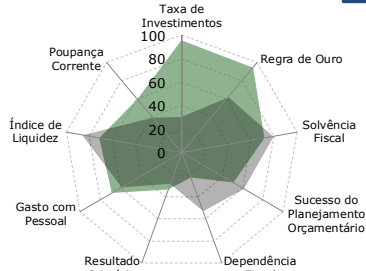
**Potencial de Mercado**

**Posição  
20**



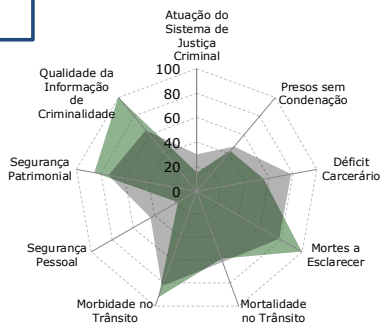
**Solidez Fiscal**

**Posição  
6**



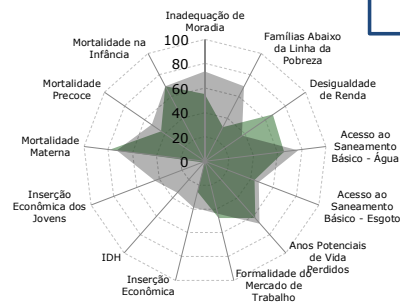
**Segurança Pública**

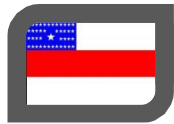
**Posição  
14**



**Sustentabilidade Social**

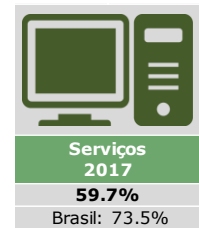
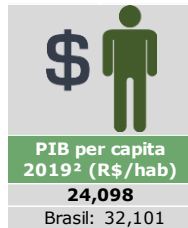
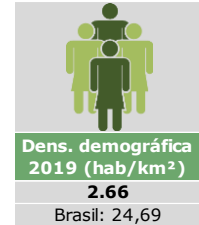
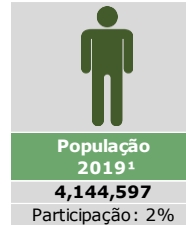
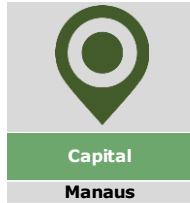
**Posição  
19**





## Amazonas

Posição no Ranking Geral: 14



### Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

#### Sustentabilidade Ambiental

Emissões de CO2 - Pos.: 3  
Perda de Água - Pos.: 26

#### Sustentabilidade Social

Mortalidade Precoce - Pos.: 14  
Mortalidade Materna - Pos.: 27

#### Capital Humano

Custo Mão de Obra - Pos.: 9  
PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 17

#### Segurança Pública

Mortes a Esclarecer - Pos.: 1  
Déficit Carcerário - Pos.: 26

#### Educação

IDEB - Pos.: 17  
ENEM - Pos.: 27

#### Solidez Fiscal

Gasto com Pessoal - Pos.: 4  
Regra de Ouro - Pos.: 22

#### Eficiência da Máquina Pública

Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 6  
Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 25

#### Potencial de Mercado

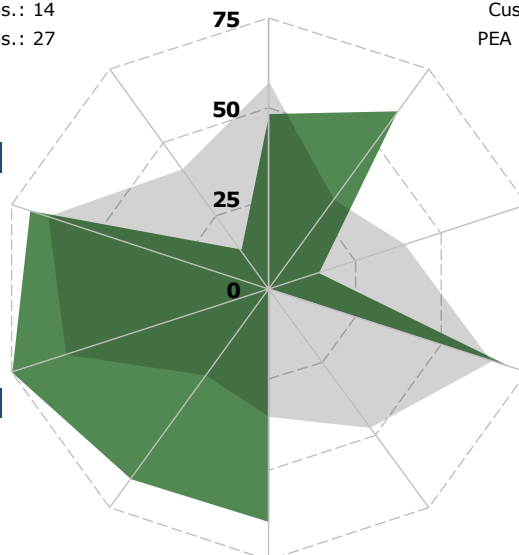
Cresc. Força Trab. - Pos.: 4  
Tamanho de Mercado - Pos.: 15

#### Infraestrutura

Custo Combustíveis - Pos.: 6  
Quali. Rodovias - Pos.: 27

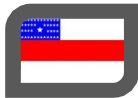
#### Inovação

Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 2  
Pesquisa Científica - Pos.: 13



■ AM

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

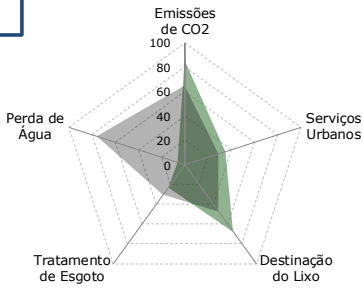


**Amazonas**

**Posição no Ranking Geral: 14**

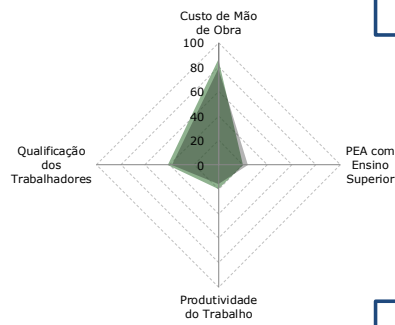
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
19**



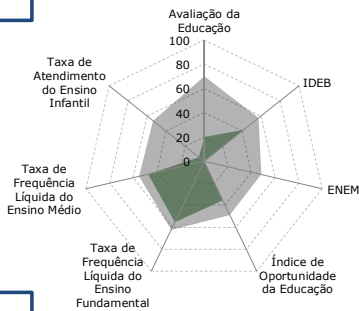
**Capital Humano**

**Posição  
3**



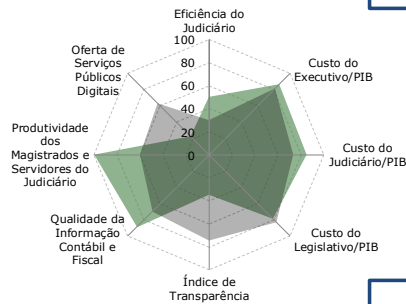
**Educação**

**Posição  
24**



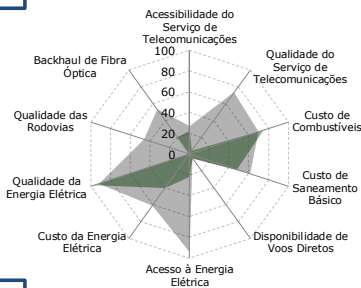
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
8**



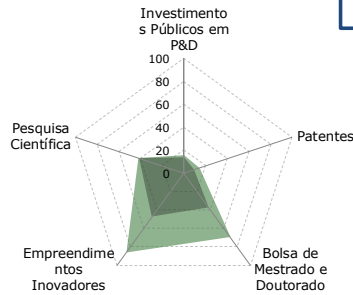
**Infraestrutura**

**Posição  
27**



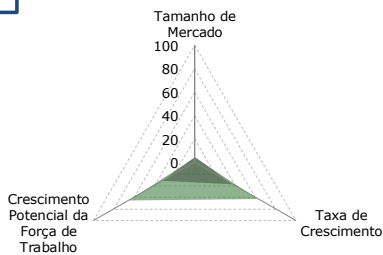
**Inovação**

**Posição  
6**



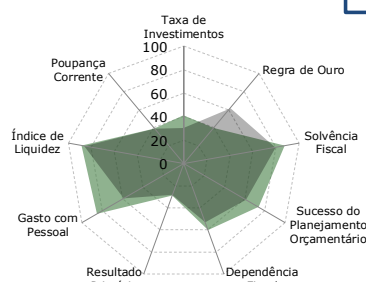
**Potencial de Mercado**

**Posição  
4**



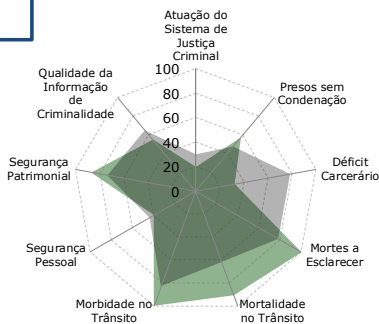
**Solidez Fiscal**

**Posição  
7**



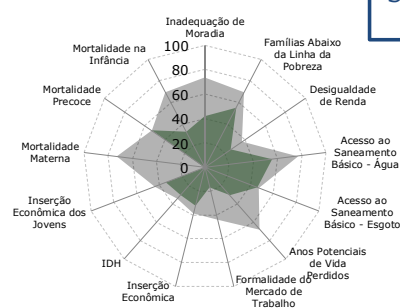
**Segurança Pública**

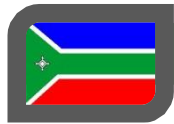
**Posição  
12**



**Sustentabilidade Social**

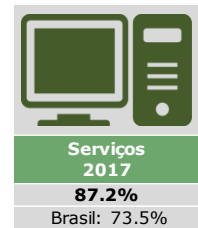
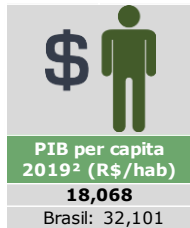
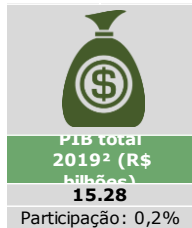
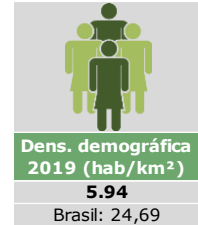
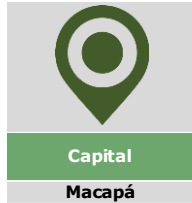
**Posição  
22**





**Amapá**

**Posição no Ranking Geral: 21**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Emissões de CO2 - Pos.: 1
- Tratam. de Esgoto - Pos.: 25

**Sustentabilidade Social**

- Desig. de Renda - Pos.: 10
- Inadequa. Moradia - Pos.: 27

**Capital Humano**

- Quali. dos Trabalh. - Pos.: 9
- Produtiv. do Trab. - Pos.: 21

**Segurança Pública**

- Mort. no Trânsito - Pos.: 1
- Quali. Info. Crimin. - Pos.: 22

**Educação**

- Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 14
- IDEB - Pos.: 27

**Solidez Fiscal**

- Solvência Fiscal - Pos.: 1
- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 27

**Eficiência da Máquina Pública**

- Eficiênc. Judiciário - Pos.: 3
- Índice de Transp. - Pos.: 27

**Potencial de Mercado**

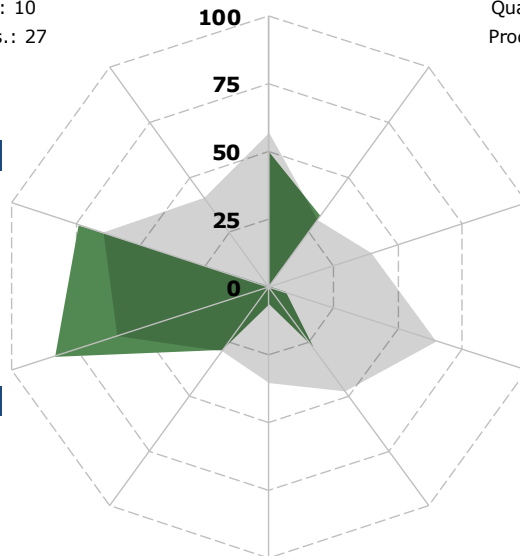
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 2
- Tamanho de Mercado - Pos.: 25

**Infraestrutura**

- Custo Saneamento - Pos.: 1
- Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 25

**Inovação**

- Empreend. Inova. - Pos.: 8
- Patentes - Pos.: 26



■ AP ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

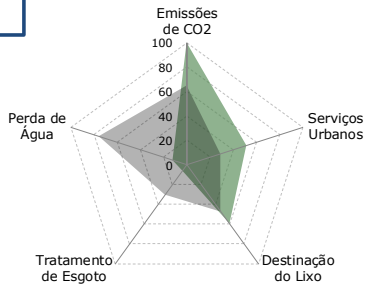


**Amapá**

**Posição no Ranking Geral: 21**

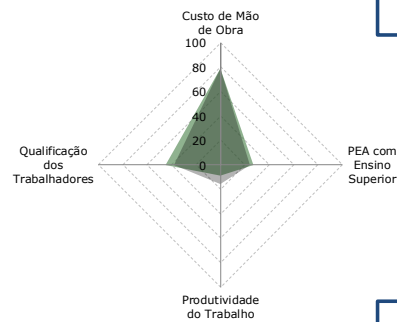
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
17**



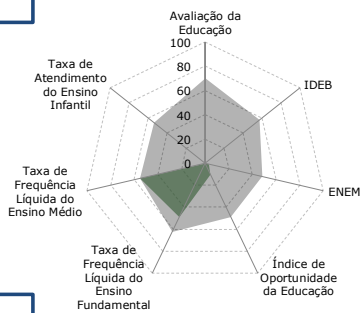
**Capital Humano**

**Posição  
12**



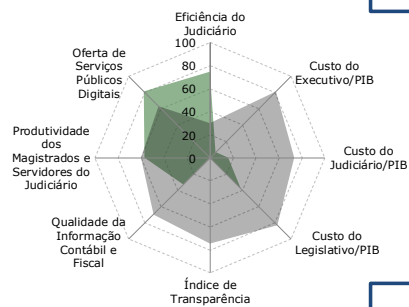
**Educação**

**Posição  
27**



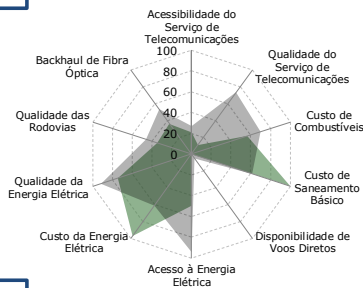
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
25**



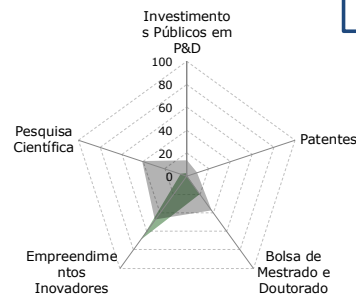
**Infraestrutura**

**Posição  
22**



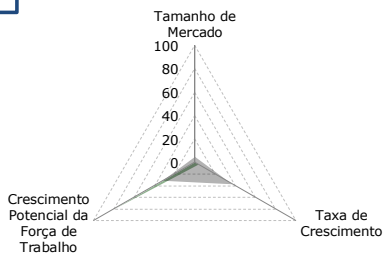
**Inovação**

**Posição  
26**



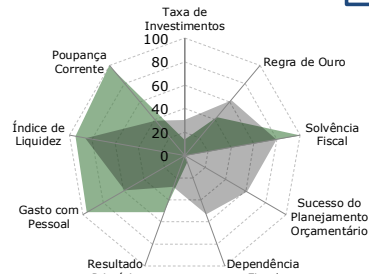
**Potencial de Mercado**

**Posição  
15**



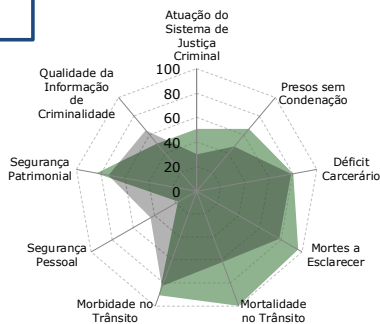
**Solidez Fiscal**

**Posição  
2**



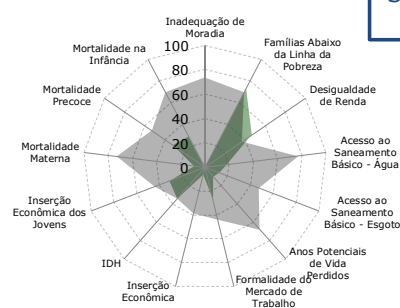
**Segurança Pública**

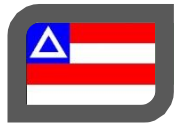
**Posição  
10**



**Sustentabilidade Social**

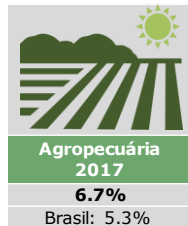
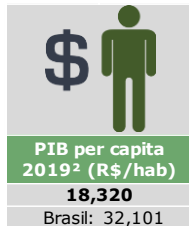
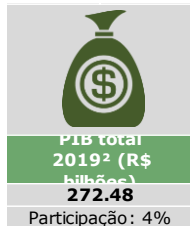
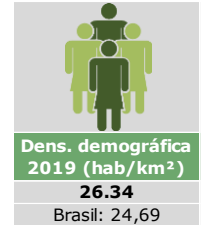
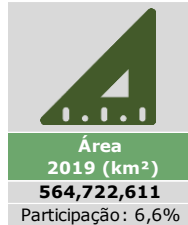
**Posição  
27**





**Bahia**

**Posição no Ranking Geral: 18**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Tratam. de Esgoto - Pos.: 5
- ▼ Serviços Urbanos - Pos.: 23

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 11
- ▼ Inserção Econômica - Pos.: 27

**Capital Humano**

- ▲ Custo Mão de Obra - Pos.: 3
- ▼ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 25

**Segurança Pública**

- ▲ Déficit Carcerário - Pos.: 2
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 27

**Educação**

- ▲ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 11
- ▼ IDEB - Pos.: 25

**Solidez Fiscal**

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 4
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 20

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
- ▼ Índice de Transp. - Pos.: 22

**Potencial de Mercado**

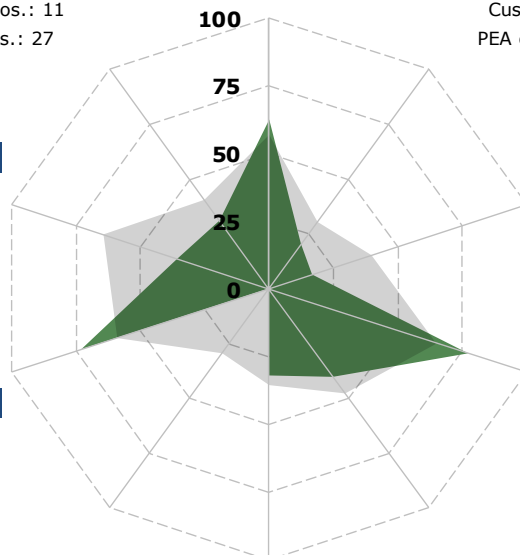
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 7
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 26

**Infraestrutura**

- ▲ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 6
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 21

**Inovação**

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 5
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 25



■ BA ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

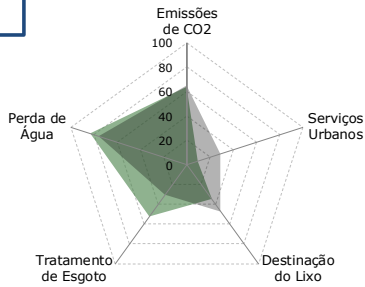


**Bahia**

**Posição no Ranking Geral: 18**

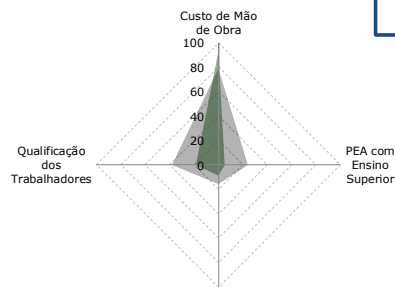
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
11**



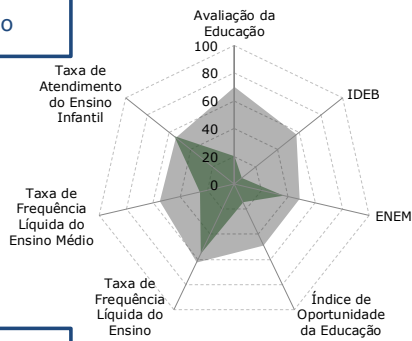
**Capital Humano**

**Posição  
19**



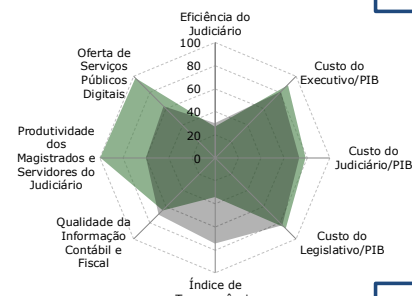
**Educação**

**Posição  
23**



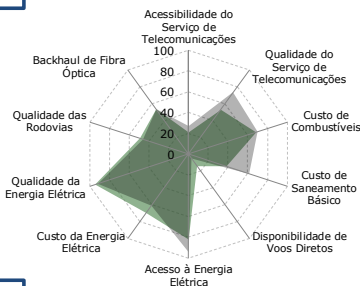
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
7**



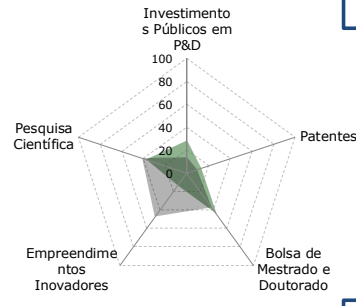
**Infraestrutura**

**Posição  
15**



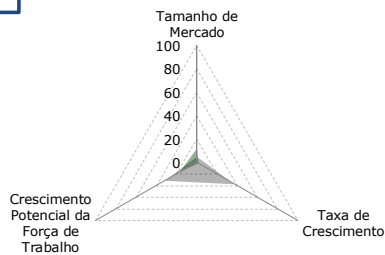
**Inovação**

**Posição  
16**



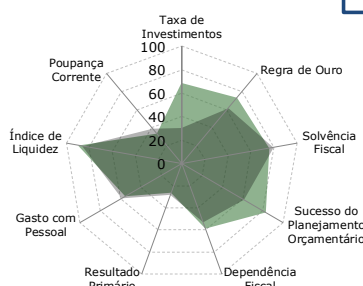
**Potencial de Mercado**

**Posição  
27**



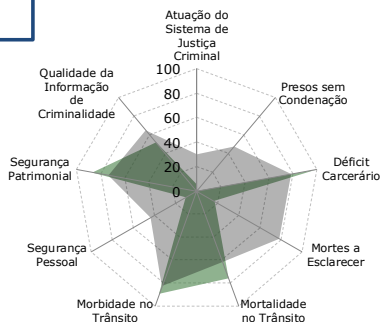
**Solidez Fiscal**

**Posição  
8**



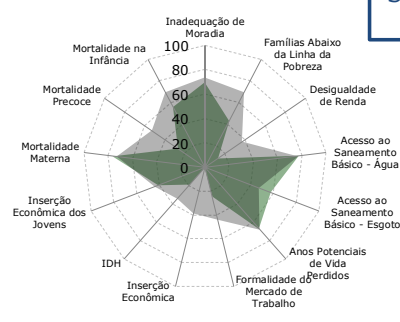
**Segurança Pública**

**Posição  
25**



**Sustentabilidade Social**

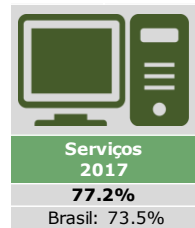
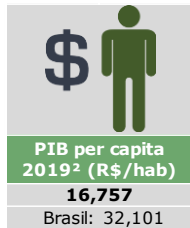
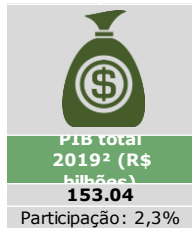
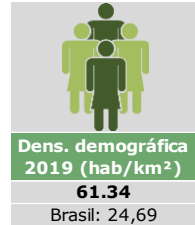
**Posição  
18**





**Ceará**

**Posição no Ranking Geral: 10**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Tratam. de Esgoto - Pos.: 11
- ▼ Perda de Água - Pos.: 16

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Inserção Econômica - Pos.: 10
- ▼ Mortalidade Precoce - Pos.: 26

**Capital Humano**

- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 7
- ▼ Produtiv. do Trab. - Pos.: 25

**Segurança Pública**

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 4
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 26

**Educação**

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 15

**Solidez Fiscal**

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 1
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 15

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Índice de Transp. - Pos.: 3
- ▼ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 22

**Potencial de Mercado**

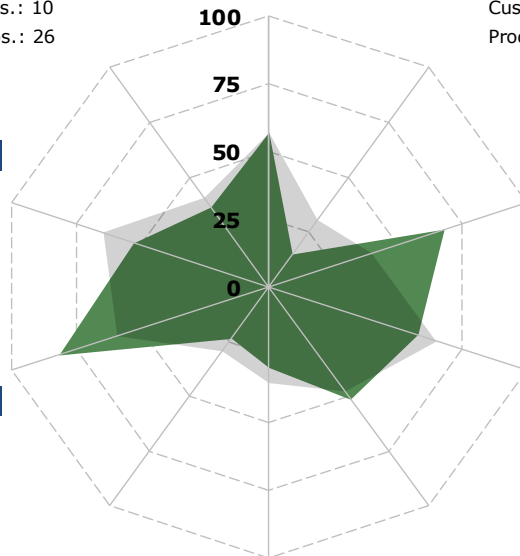
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 12
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 19

**Infraestrutura**

- ▲ Custo Energia Elétr. - Pos.: 5
- ▼ Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 23

**Inovação**

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 8
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 22



■ CE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



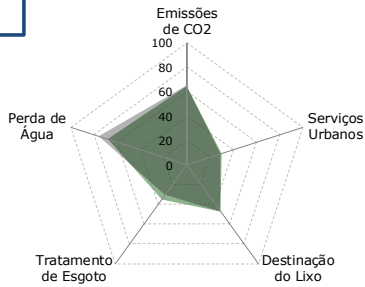


**Ceará**

**Posição no Ranking Geral: 10**

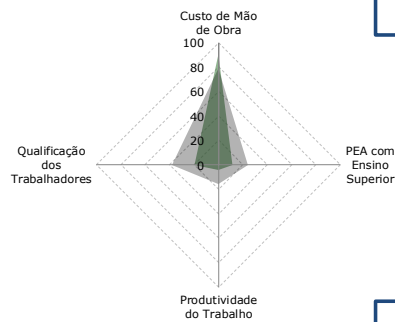
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
14**



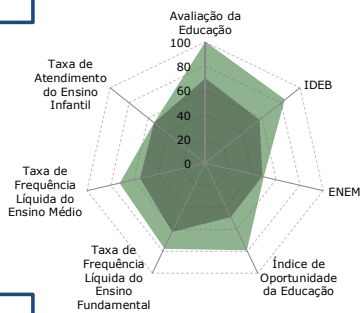
**Capital Humano**

**Posição  
22**



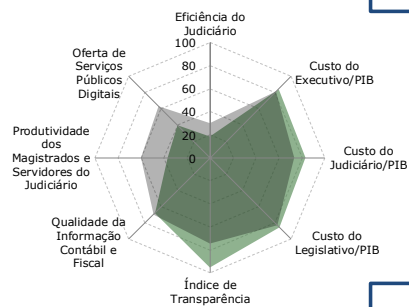
**Educação**

**Posição  
5**



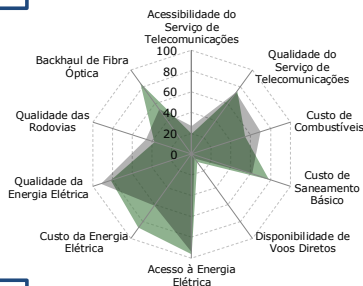
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
18**



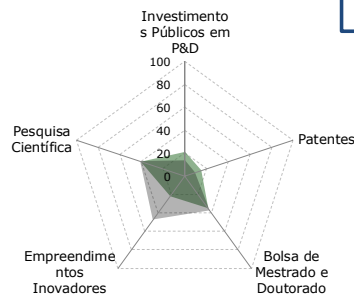
**Infraestrutura**

**Posição  
11**



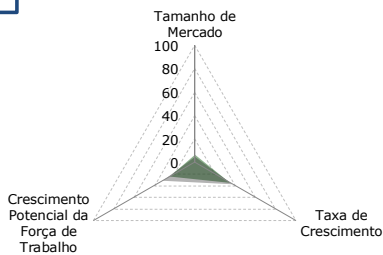
**Inovação**

**Posição  
18**



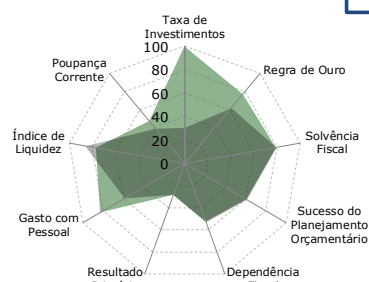
**Potencial de Mercado**

**Posição  
19**



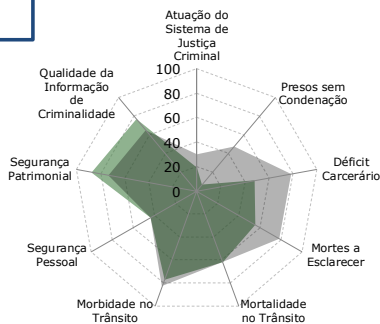
**Solidez Fiscal**

**Posição  
4**



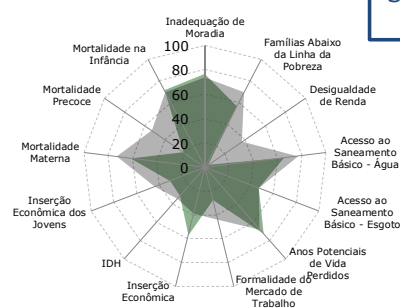
**Segurança Pública**

**Posição  
20**



**Sustentabilidade Social**

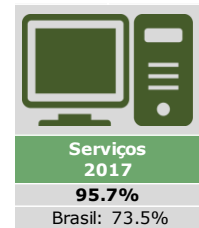
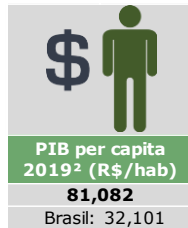
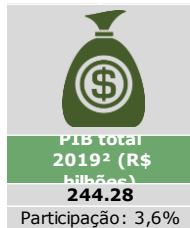
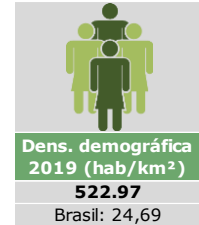
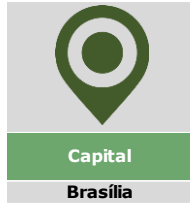
**Posição  
15**





**Distrito Federal**

**Posição no Ranking Geral: 3**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Serviços Urbanos - Pos.: 1
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 24

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Inadequa. Moradia - Pos.: 1
- ▼ Desig. de Renda - Pos.: 25

**Capital Humano**

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 1
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 27

**Segurança Pública**

- ▲ Presos s/ Condenação - Pos.: 2
- ▼ Segurança Patrim. - Pos.: 25

**Educação**

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 21

**Solidez Fiscal**

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 2
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 26

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Índice de Transp. - Pos.: 2
- ▼ Custo do Judic./PIB - Pos.: 27

**Potencial de Mercado**

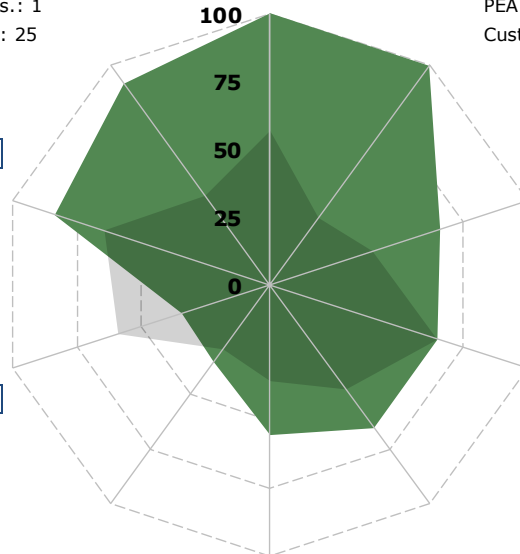
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 7
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 18

**Infraestrutura**

- ▲ Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 1
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 22

**Inovação**

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 1
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 23



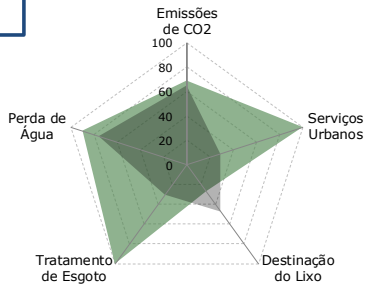
■ DF ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

**Distrito Federal** **Posição no Ranking Geral: 3**

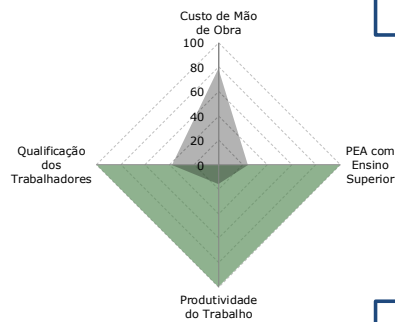
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**1**



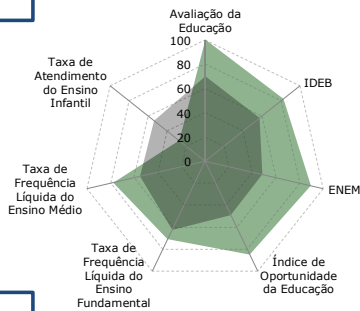
**Capital Humano**

**Posição**  
**1**



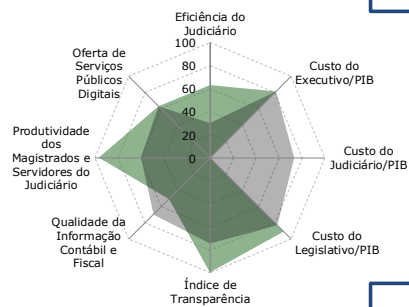
**Educação**

**Posição**  
**6**



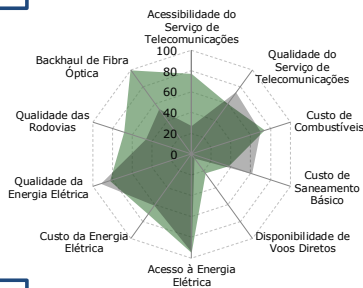
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**14**



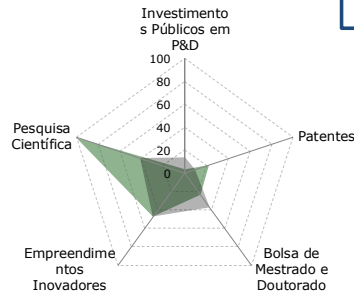
**Infraestrutura**

**Posição**  
**3**



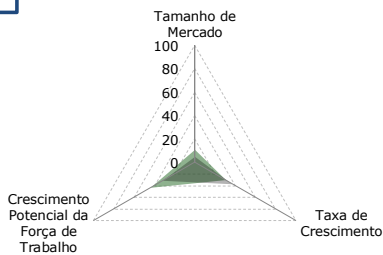
**Inovação**

**Posição**  
**9**



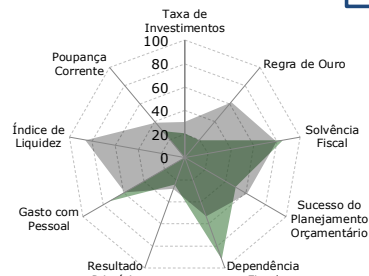
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**13**



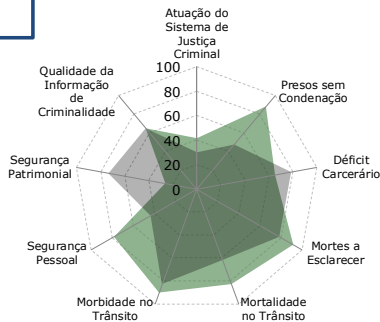
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**20**



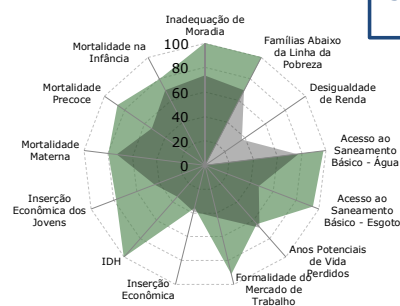
**Segurança Pública**

**Posição**  
**3**



**Sustentabilidade Social**

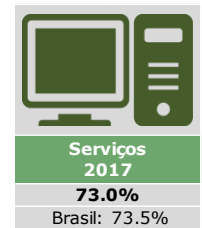
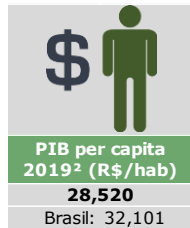
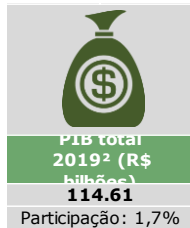
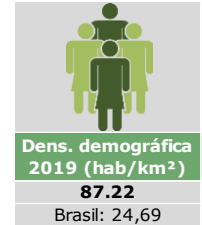
**Posição**  
**3**





**Espírito Santo**

**Posição no Ranking Geral: 5**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Destinação do Lixo - Pos.: 1
- Emissões de CO2 - Pos.: 19

**Sustentabilidade Social**

- Mortalidade Infância - Pos.: 4
- Inserç. Econ. Jovens - Pos.: 14

**Capital Humano**

- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 7
- Custo Mão de Obra - Pos.: 18

**Segurança Pública**

- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 7
- Mortes a Esclarecer - Pos.: 22

**Educação**

- Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 22

**Solidez Fiscal**

- Gasto com Pessoal - Pos.: 1
- Dependência Fiscal - Pos.: 14

**Eficiência da Máquina Pública**

- Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 1
- Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 11

**Potencial de Mercado**

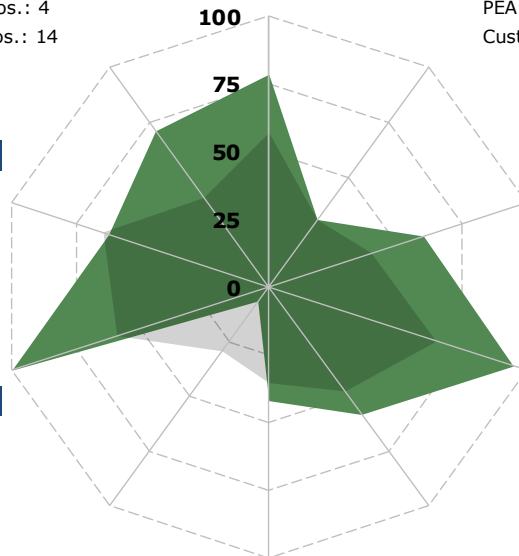
- Tamanho de Mercado - Pos.: 14
- Taxa de Crescimento - Pos.: 22

**Infraestrutura**

- Custo Saneamento - Pos.: 5
- Custo Energia Elétr. - Pos.: 16

**Inovação**

- Pesquisa Científica - Pos.: 5
- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 19



■ ES ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

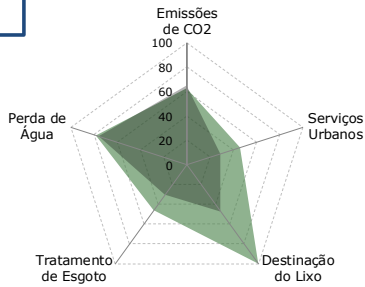


**Espírito Santo**

**Posição no Ranking Geral: 5**

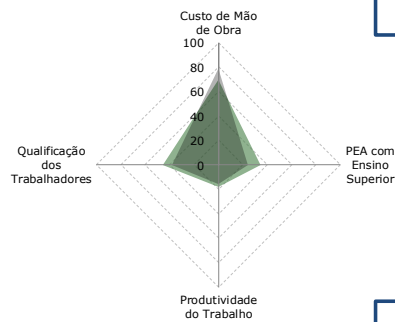
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**4**



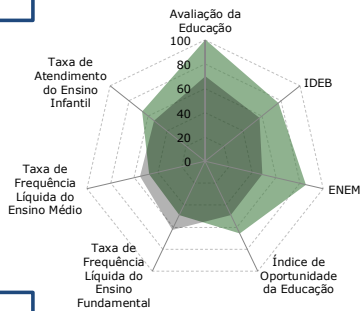
**Capital Humano**

**Posição**  
**14**



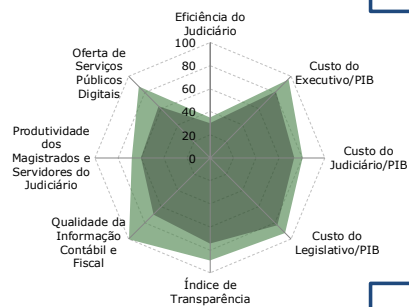
**Educação**

**Posição**  
**7**



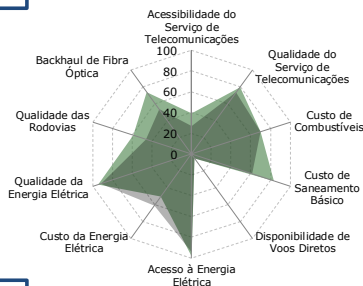
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**3**



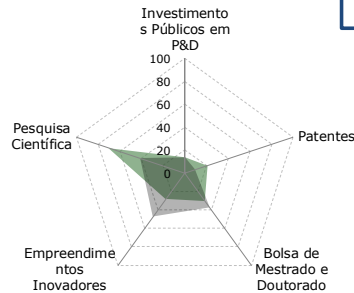
**Infraestrutura**

**Posição**  
**5**



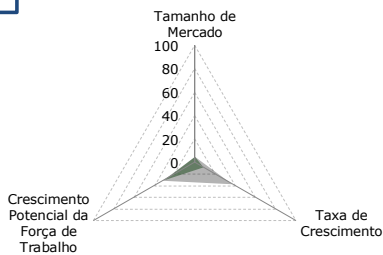
**Inovação**

**Posição**  
**13**



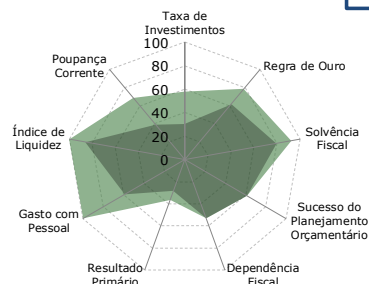
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**23**



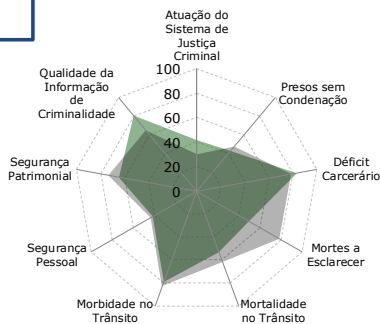
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**1**



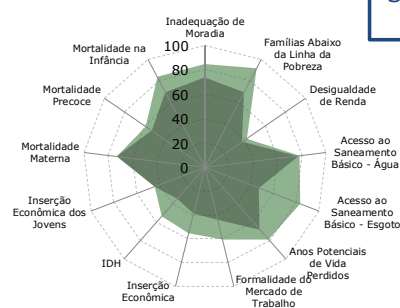
**Segurança Pública**

**Posição**  
**15**



**Sustentabilidade Social**

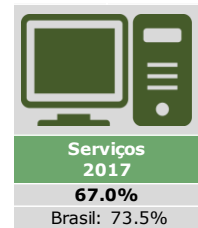
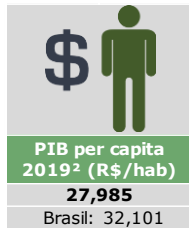
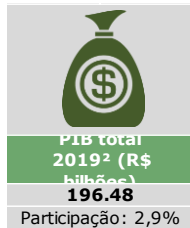
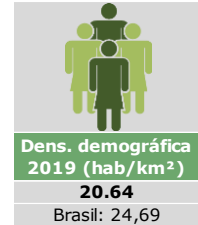
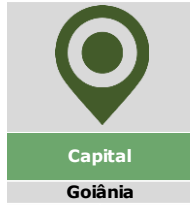
**Posição**  
**8**





**Goiás**

**Posição no Ranking Geral: 12**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Perda de Água - Pos.: 1
- Emissões de CO2 - Pos.: 18

**Sustentabilidade Social**

- Desig. de Renda - Pos.: 3
- Mortalidade Materna - Pos.: 17

**Capital Humano**

- Quali. dos Trabalh. - Pos.: 10
- Custo Mão de Obra - Pos.: 17

**Segurança Pública**

- Mortes a Esclarecer - Pos.: 11
- Mort. no Trânsito - Pos.: 24

**Educação**

- Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 20

**Solidez Fiscal**

- Resultado Primário - Pos.: 7
- Taxa de Investim. - Pos.: 25

**Eficiência da Máquina Pública**

- Índice de Transp. - Pos.: 8
- Custo do Exec./PIB - Pos.: 19

**Potencial de Mercado**

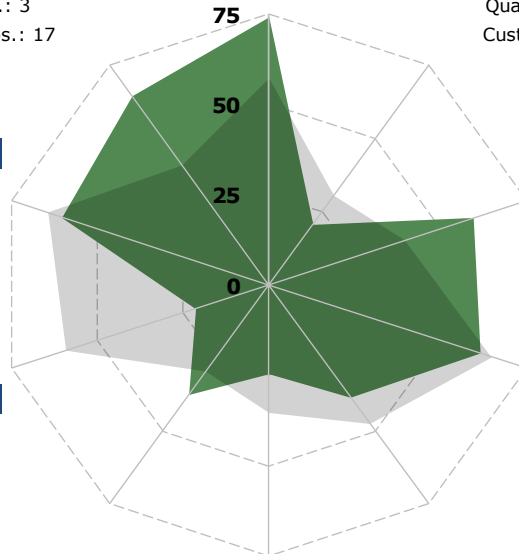
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 8
- Taxa de Crescimento - Pos.: 13

**Infraestrutura**

- Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 7
- Custo Saneamento - Pos.: 26

**Inovação**

- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 6
- Pesquisa Científica - Pos.: 22



■ GO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

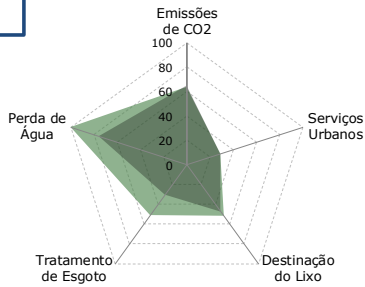


**Goias**

**Posição no Ranking Geral: 12**

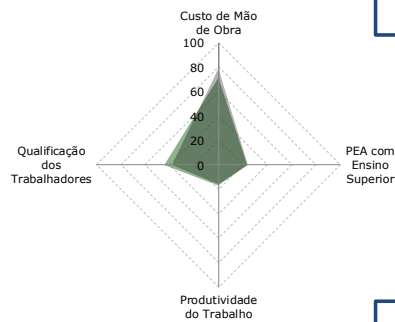
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**5**



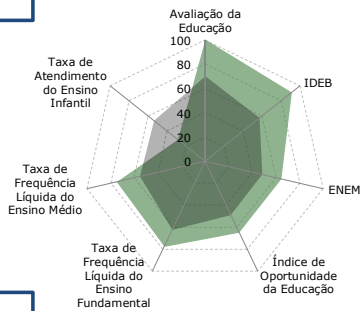
**Capital Humano**

**Posição**  
**18**



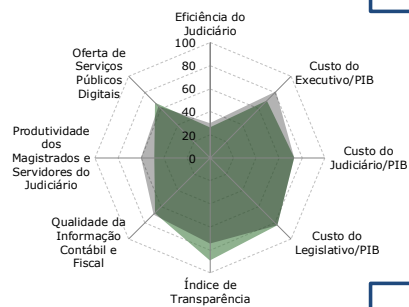
**Educação**

**Posição**  
**8**



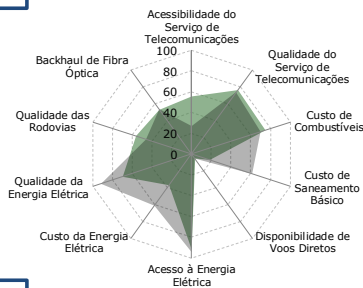
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**15**



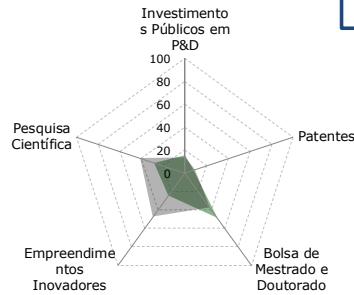
**Infraestrutura**

**Posição**  
**17**



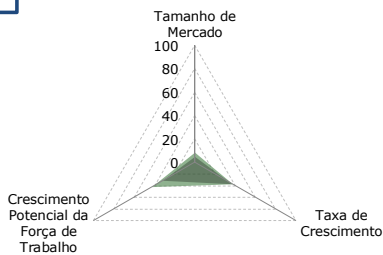
**Inovação**

**Posição**  
**20**



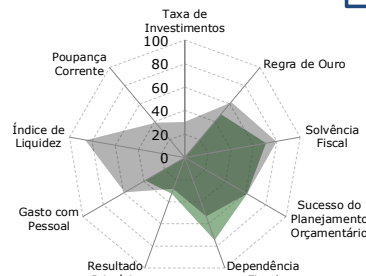
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**11**



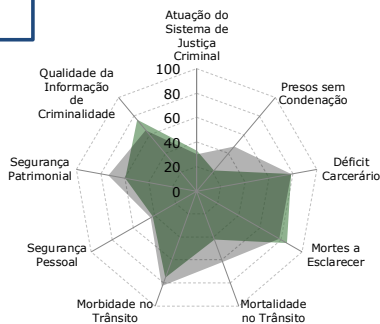
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**21**



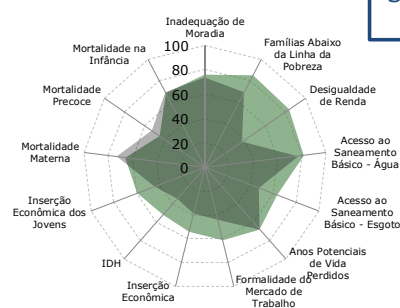
**Segurança Pública**

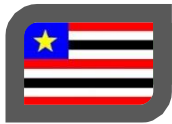
**Posição**  
**17**



**Sustentabilidade Social**

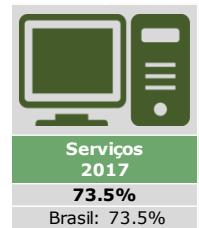
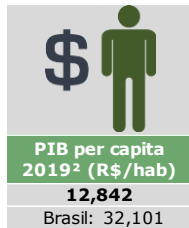
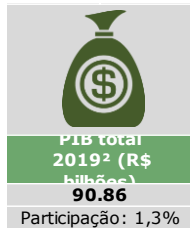
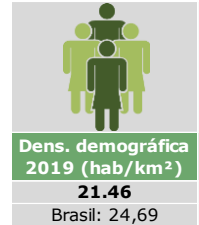
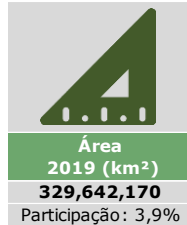
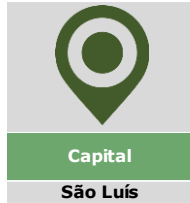
**Posição**  
**11**





**Maranhão**

**Posição no Ranking Geral: 23**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Emissões de CO2 - Pos.: 22
- Serviços Urbanos - Pos.: 27

**Sustentabilidade Social**

- Mortalidade Precoce - Pos.: 9
- Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 27

**Capital Humano**

- Custo Mão de Obra - Pos.: 1
- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 26

**Segurança Pública**

- Segurança Patrim. - Pos.: 2
- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 27

**Educação**

- Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 14
- IOEB - Pos.: 26

**Solidez Fiscal**

- Regra de Ouro - Pos.: 1
- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 26

**Eficiência da Máquina Pública**

- Custo do Judic./PIB - Pos.: 16
- Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 23

**Potencial de Mercado**

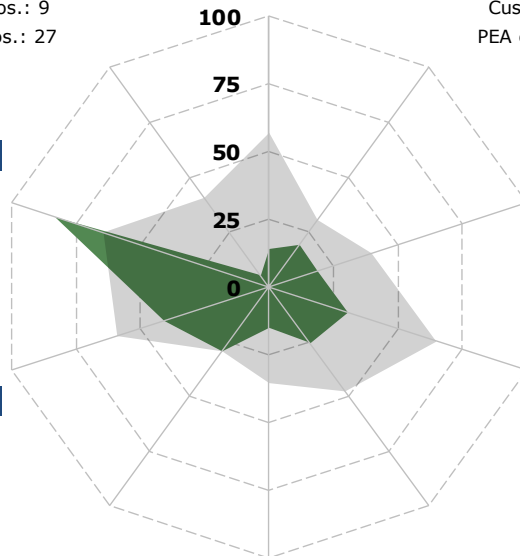
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 11
- Tamanho de Mercado - Pos.: 17

**Infraestrutura**

- Quali. Energia Elétr. - Pos.: 6
- Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 27

**Inovação**

- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 7
- Empreend. Inova. - Pos.: 26



■ MA

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



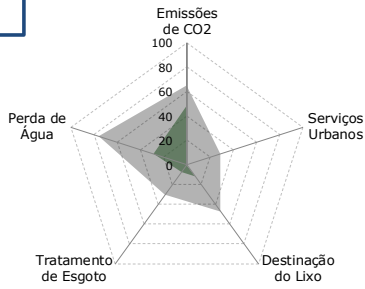


**Maranhão**

**Posição no Ranking Geral: 23**

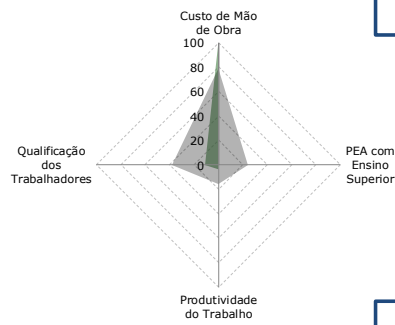
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
25**



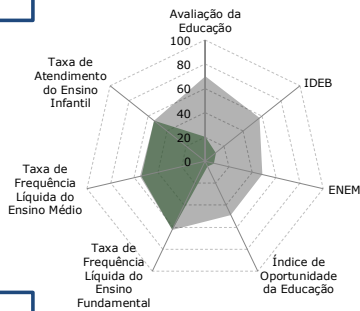
**Capital Humano**

**Posição  
20**



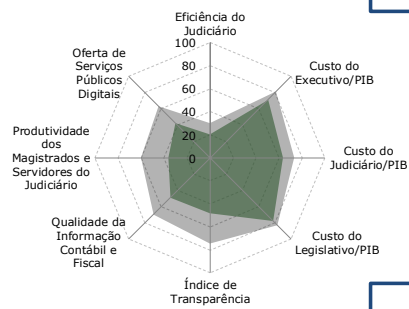
**Educação**

**Posição  
21**



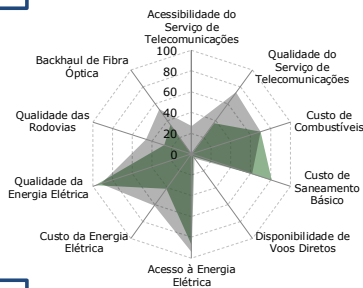
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
22**



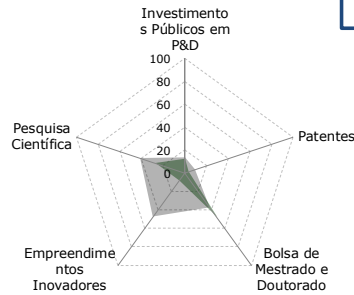
**Infraestrutura**

**Posição  
23**



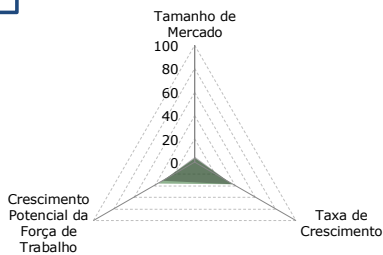
**Inovação**

**Posição  
22**



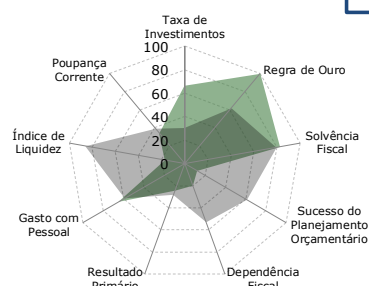
**Potencial de Mercado**

**Posição  
14**



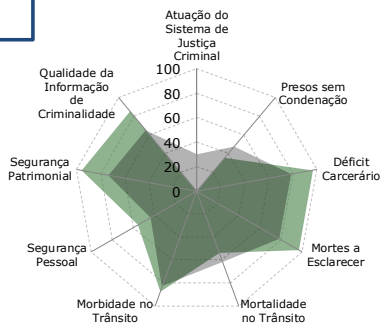
**Solidez Fiscal**

**Posição  
17**



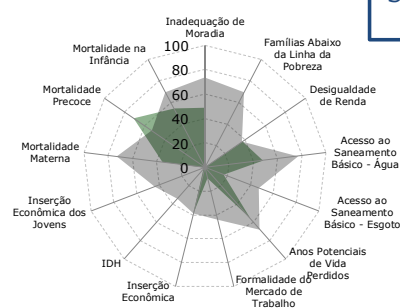
**Segurança Pública**

**Posição  
4**



**Sustentabilidade Social**

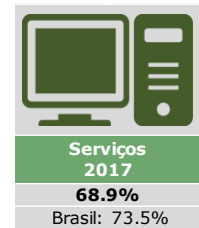
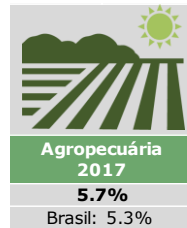
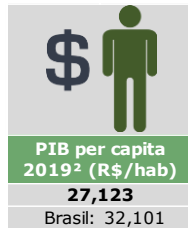
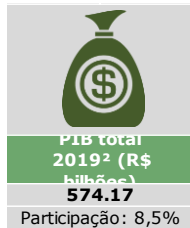
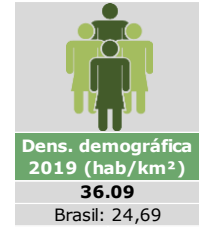
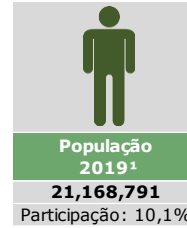
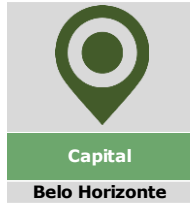
**Posição  
25**





## Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 7



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental



Destinação do Lixo - Pos.: 6  
Serviços Urbanos - Pos.: 15

### Sustentabilidade Social



Inadequa. Moradia - Pos.: 3  
Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 9

### Capital Humano

Produtiv. do Trab. - Pos.: 14  
PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 19

### Segurança Pública



Segurança Pessoal - Pos.: 3  
Presos s/ Condenação - Pos.: 21

### Educação

Avaliação da Educ. - Pos.: 1  
IDEB - Pos.: 7

### Solidez Fiscal



Regra de Ouro - Pos.: 5  
Solvência Fiscal - Pos.: 25

### Eficiência da Máquina Pública

Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 1  
Índice de Transp. - Pos.: 20

### Potencial de Mercado



Tamanho de Mercado - Pos.: 3  
Cresc. Força Trab. - Pos.: 25

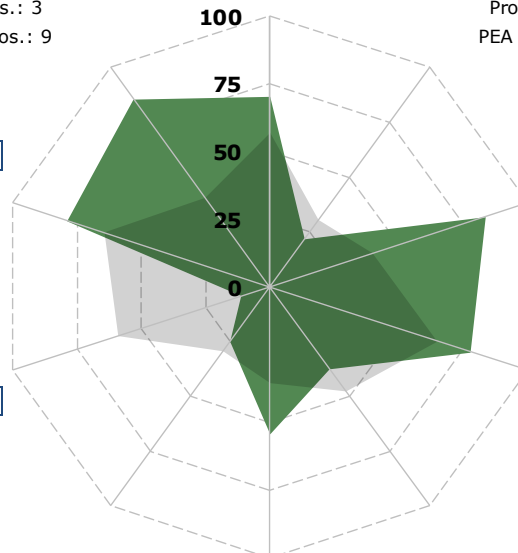
### Infraestrutura

Disponib. Voos Diret. - Pos.: 3  
Custo Energia Elétr. - Pos.: 25

### Inovação



Patentes - Pos.: 6  
Empreend. Inova. - Pos.: 15



■ MG

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

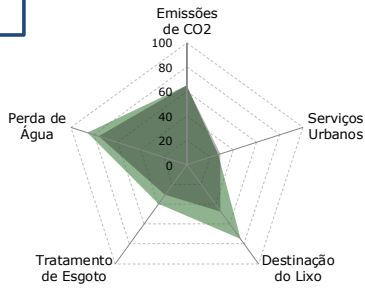


**Minas Gerais**

**Posição no Ranking Geral: 7**

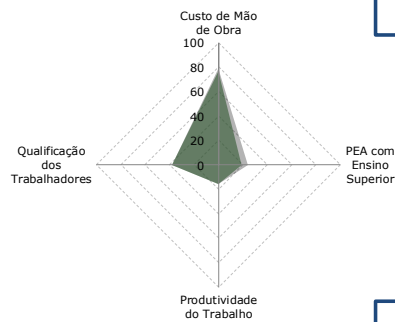
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
7**



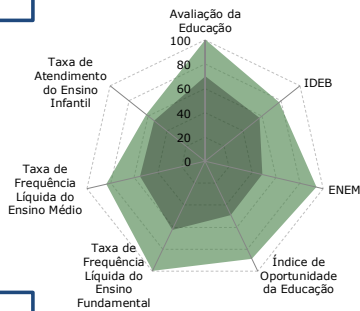
**Capital Humano**

**Posição  
16**



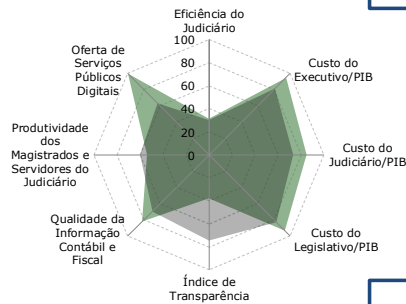
**Educação**

**Posição  
3**



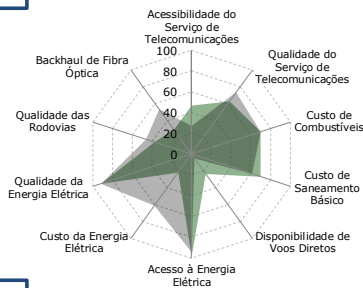
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
6**



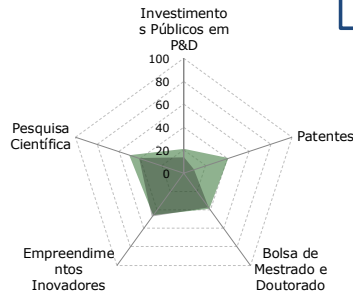
**Infraestrutura**

**Posição  
18**



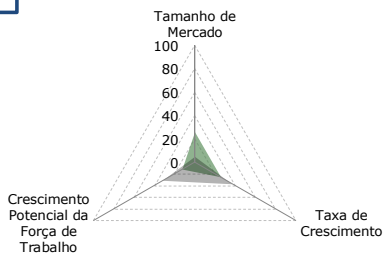
**Inovação**

**Posição  
10**



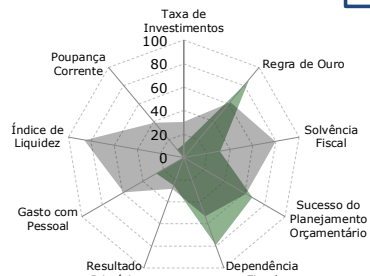
**Potencial de Mercado**

**Posição  
18**



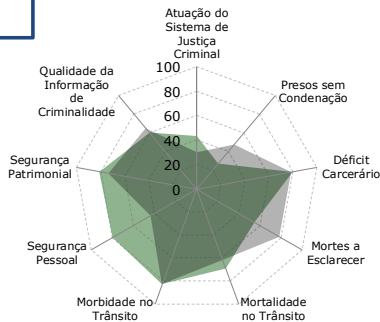
**Solidez Fiscal**

**Posição  
24**



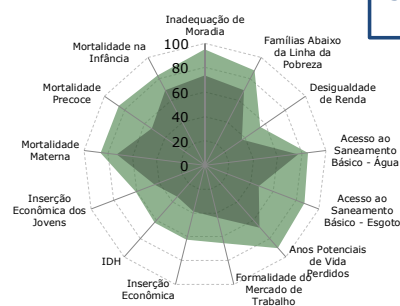
**Segurança Pública**

**Posição  
7**



**Sustentabilidade Social**

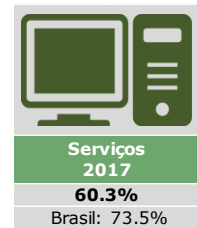
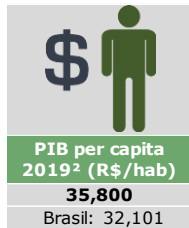
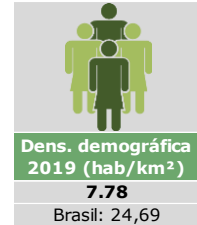
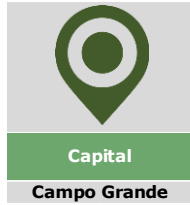
**Posição  
6**





**Mato Grosso do Sul**

**Posição no Ranking Geral: 6**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Serviços Urbanos - Pos.: 3
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 23

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Inserção Econômica - Pos.: 3
- ▼ Mortalidade Materna - Pos.: 21

**Capital Humano**

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 6
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 21

**Segurança Pública**

- ▲ Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 1
- ▼ Morbid. no Trânsito - Pos.: 25

**Educação**

- ▲ Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 7
- ▼ Avaliação da Educ. - Pos.: 17

**Solidez Fiscal**

- ▲ Taxa de Investim. - Pos.: 3
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 19

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Índice de Transp. - Pos.: 1
- ▼ Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 21

**Potencial de Mercado**

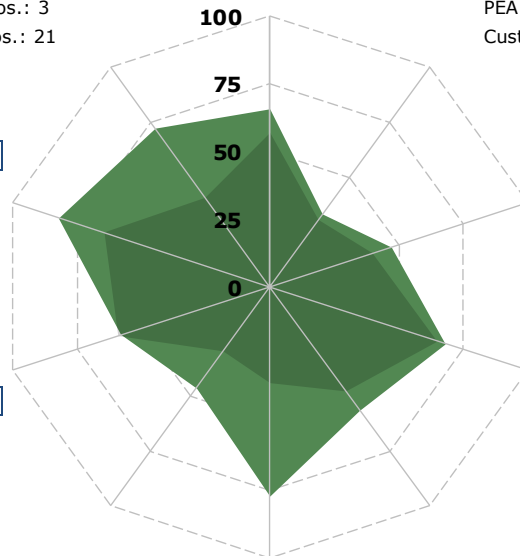
- ▲ Taxa de Crescimento - Pos.: 5
- ▼ Tamanho de Mercado - Pos.: 16

**Infraestrutura**

- ▲ Custo Combustíveis - Pos.: 5
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 24

**Inovação**

- ▲ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 1
- ▼ Invest. Públ. P&D - Pos.: 17



■ MS ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

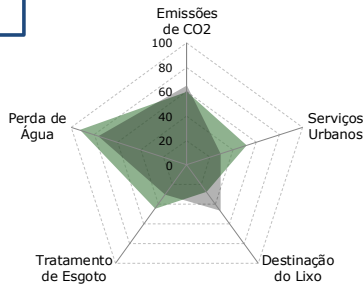


**Mato Grosso do Sul**

**Posição no Ranking Geral: 6**

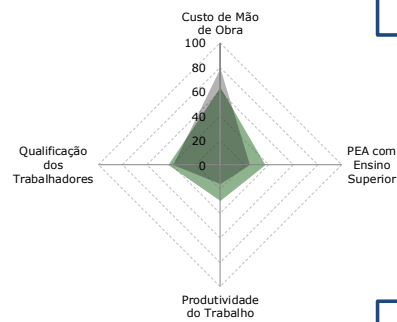
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**9**



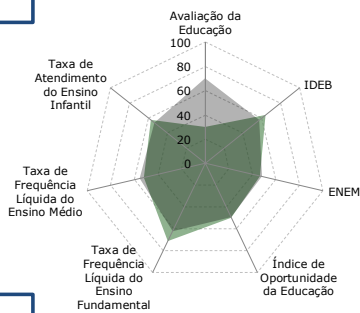
**Capital Humano**

**Posição**  
**10**



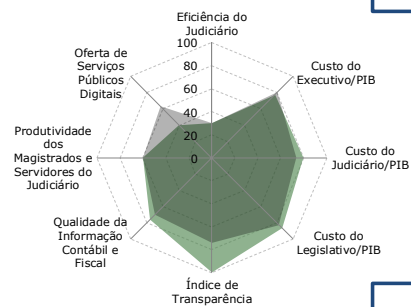
**Educação**

**Posição**  
**12**



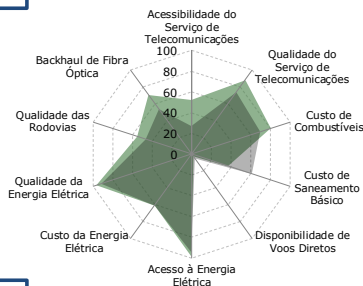
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**11**



**Infraestrutura**

**Posição**  
**6**



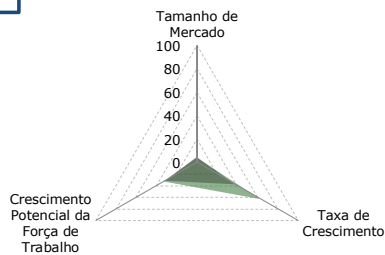
**Inovação**

**Posição**  
**5**



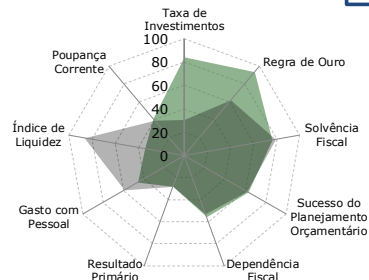
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**8**



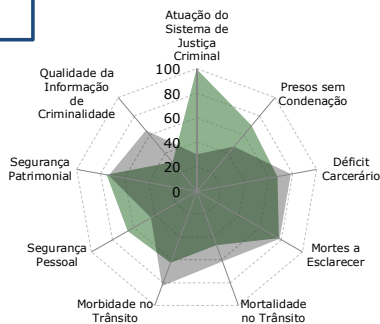
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**15**



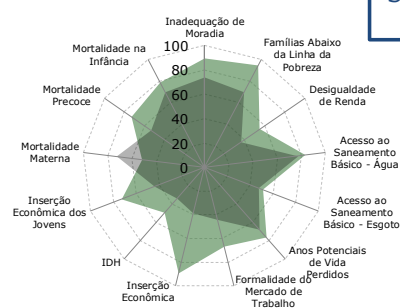
**Segurança Pública**

**Posição**  
**6**



**Sustentabilidade Social**

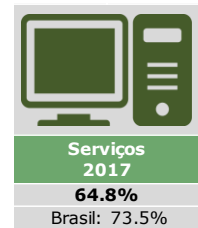
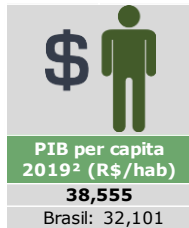
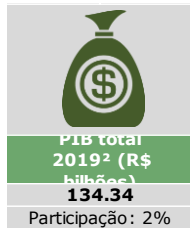
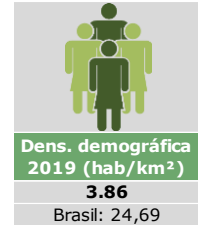
**Posição**  
**7**





**Mato Grosso**

**Posição no Ranking Geral: 9**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Destinação do Lixo - Pos.: 8
- Emissões de CO2 - Pos.: 24

**Sustentabilidade Social**

- Desig. de Renda - Pos.: 2
- Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 21

**Capital Humano**

- Produtiv. do Trab. - Pos.: 5
- Custo Mão de Obra - Pos.: 20

**Segurança Pública**

- Déficit Carcerário - Pos.: 6
- Mort. no Trânsito - Pos.: 27

**Educação**

- Tx Freq. LÍq. do EM - Pos.: 3
- Tx Freq. LÍq. do EF - Pos.: 25

**Solidez Fiscal**

- Solvência Fiscal - Pos.: 4
- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 21

**Eficiência da Máquina Pública**

- Eficiênc. Judiciário - Pos.: 9
- Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 24

**Potencial de Mercado**

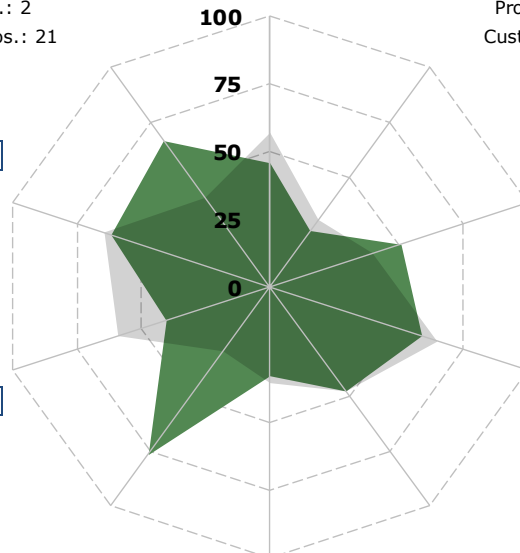
- Taxa de Crescimento - Pos.: 1
- Tamanho de Mercado - Pos.: 13

**Infraestrutura**

- Quali. Energia Elétr. - Pos.: 3
- Custo Energia Elétr. - Pos.: 23

**Inovação**

- Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 11
- Patentes - Pos.: 20



■ MT ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências .

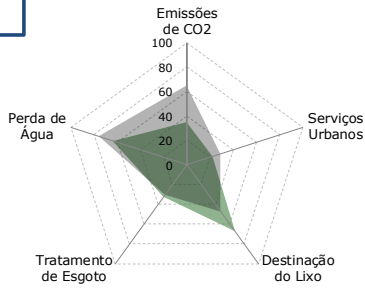


**Mato Grosso**

**Posição no Ranking Geral: 9**

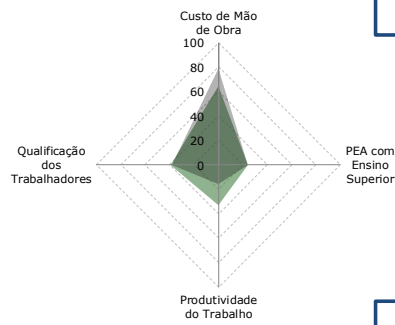
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**20**



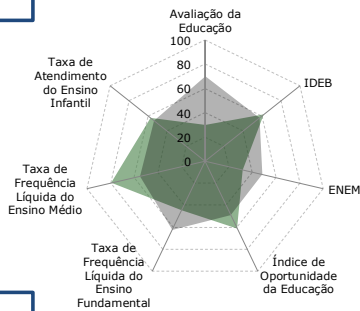
**Capital Humano**

**Posição**  
**15**



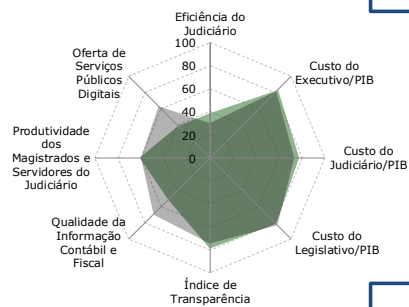
**Educação**

**Posição**  
**11**



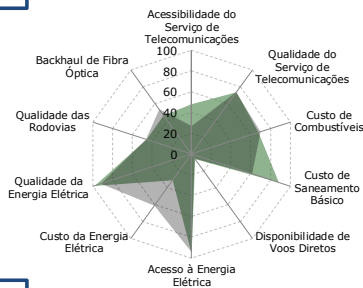
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**17**



**Infraestrutura**

**Posição**  
**13**



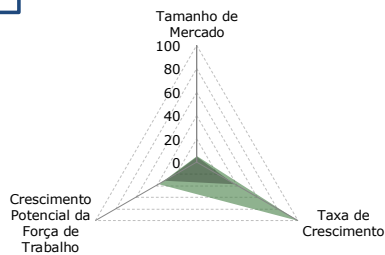
**Inovação**

**Posição**  
**15**



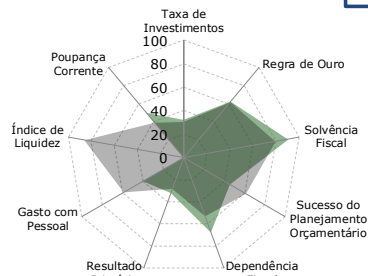
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**3**



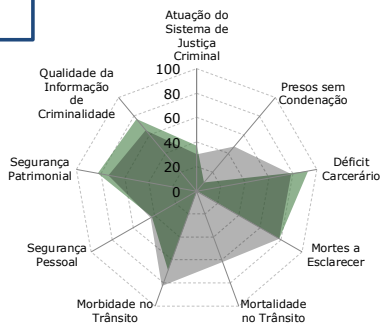
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**18**



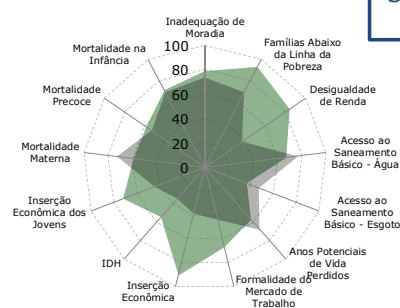
**Segurança Pública**

**Posição**  
**16**



**Sustentabilidade Social**

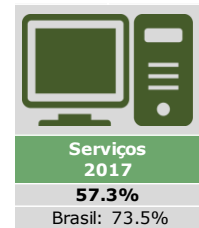
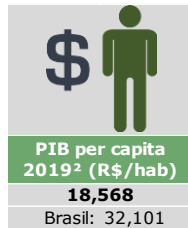
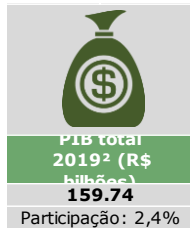
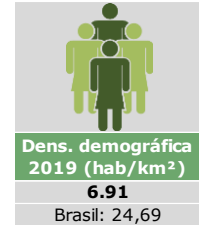
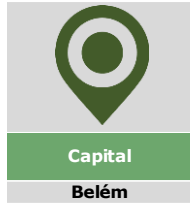
**Posição**  
**10**





**Pará**

**Posição no Ranking Geral: 24**



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental

- Perda de Água - Pos.: 14
- Tratam. de Esgoto - Pos.: 27

### Sustentabilidade Social

- Inserção Econômica - Pos.: 8
- Formal. Merc. Trab. - Pos.: 27

### Capital Humano

- Custo Mão de Obra - Pos.: 4
- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 27

### Segurança Pública

- Quali. Info. Crimin. - Pos.: 2
- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 24

### Educação

- Avaliação da Educ. - Pos.: 12
- IOEB - Pos.: 27

### Solidez Fiscal

- Solvência Fiscal - Pos.: 2
- Regra de Ouro - Pos.: 18

### Eficiência da Máquina Pública

- Custo do Exec./PIB - Pos.: 6
- Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 25

### Potencial de Mercado

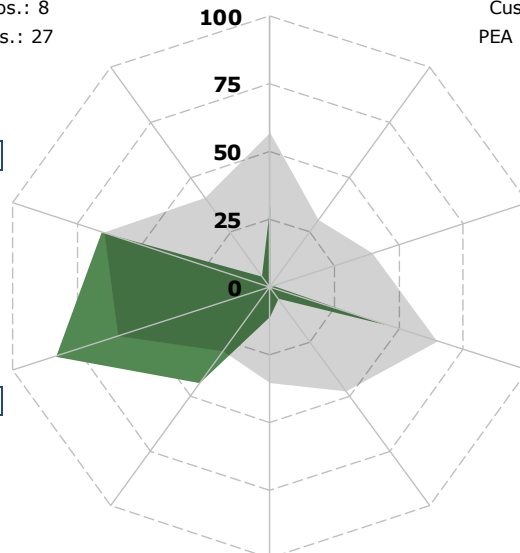
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 5
- Tamanho de Mercado - Pos.: 11

### Infraestrutura

- Custo Saneamento - Pos.: 2
- Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 27

### Inovação

- Invest. Públ. P&D - Pos.: 20
- Empreend. Inova. - Pos.: 24



■ PA ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



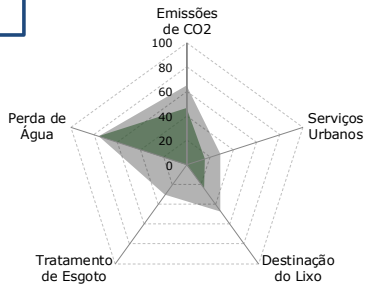


**Pará**

**Posição no Ranking Geral: 24**

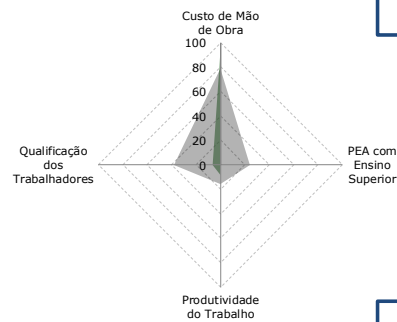
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
24**



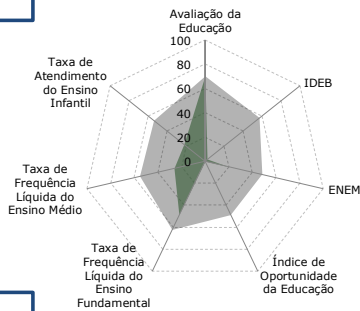
**Capital Humano**

**Posição  
26**



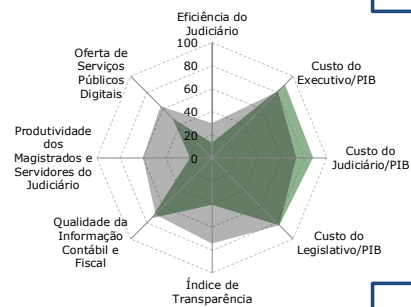
**Educação**

**Posição  
26**



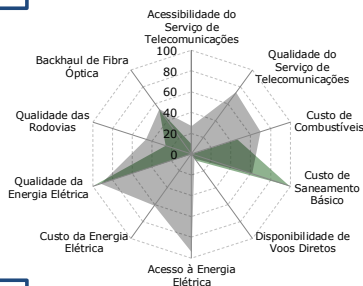
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
19**



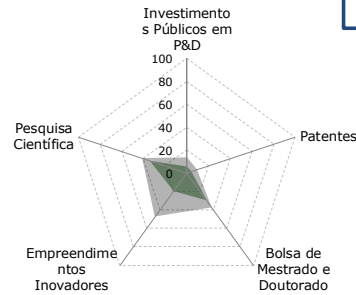
**Infraestrutura**

**Posição  
25**



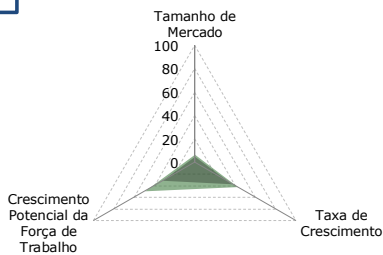
**Inovação**

**Posição  
23**



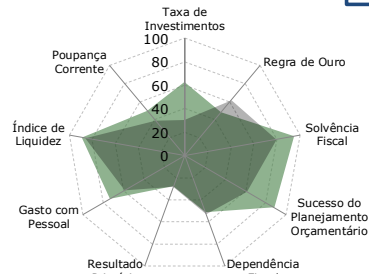
**Potencial de Mercado**

**Posição  
9**



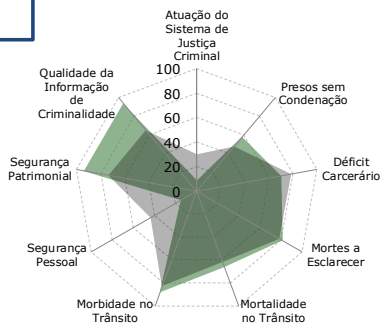
**Solidez Fiscal**

**Posição  
3**



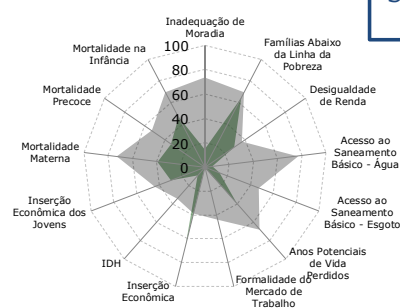
**Segurança Pública**

**Posição  
13**



**Sustentabilidade Social**

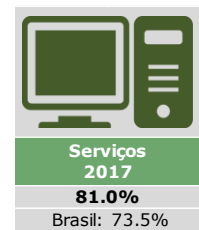
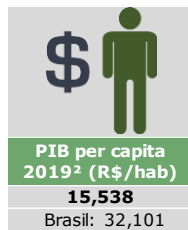
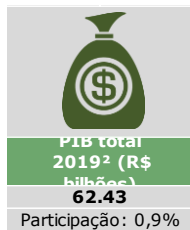
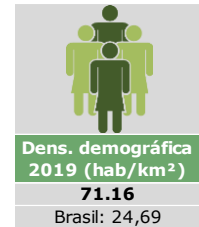
**Posição  
26**





**Paraíba**

**Posição no Ranking Geral: 13**



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental

Tratam. de Esgoto - Pos.: 9  
Emissões de CO2 - Pos.: 17

### Sustentabilidade Social

Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 7  
Desig. de Renda - Pos.: 23

### Capital Humano

Custo Mão de Obra - Pos.: 8  
Produtiv. do Trab. - Pos.: 24

### Segurança Pública

Segurança Patrim. - Pos.: 1  
Mort. no Trânsito - Pos.: 22

### Educação

Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 7  
Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 26

### Solidez Fiscal

Solvência Fiscal - Pos.: 5  
Dependência Fiscal - Pos.: 19

### Eficiência da Máquina Pública

Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 8  
Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 8

### Potencial de Mercado

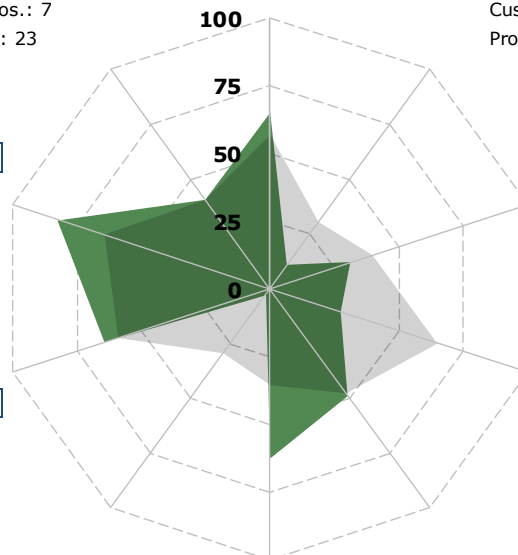
Tamanho de Mercado - Pos.: 19  
Taxa de Crescimento - Pos.: 21

### Infraestrutura

Quali. Energia Elétr. - Pos.: 1  
Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 24

### Inovação

Pesquisa Científica - Pos.: 2  
Empreend. Inova. - Pos.: 23



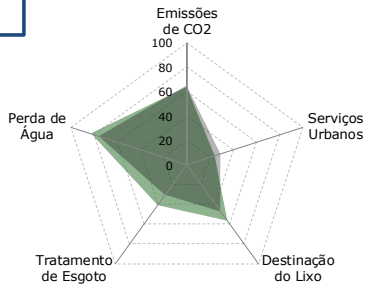
■ PB ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

**Paraíba** Posição no Ranking Geral: 13

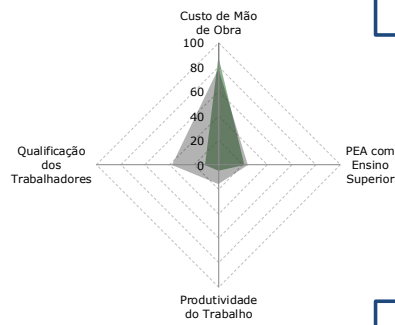
**Sustentabilidade Ambiental**

Posição:  
**10**



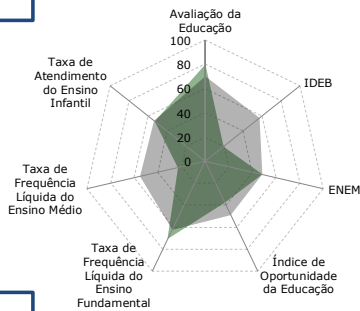
**Capital Humano**

Posição:  
**23**



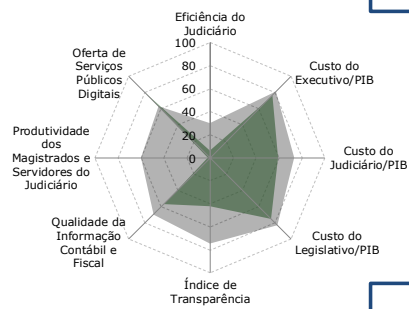
**Educação**

Posição:  
**18**



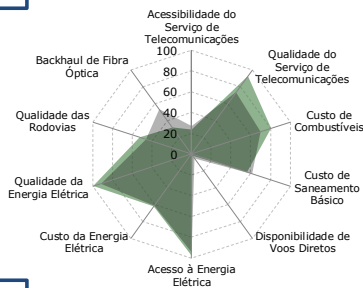
**Eficiência da Máquina Pública**

Posição:  
**23**



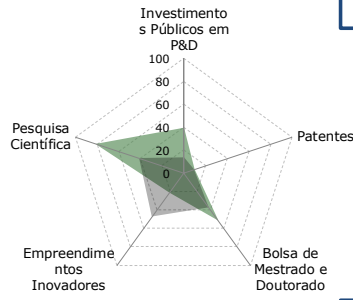
**Infraestrutura**

Posição:  
**12**



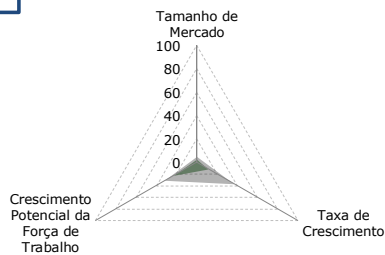
**Inovação**

Posição:  
**7**



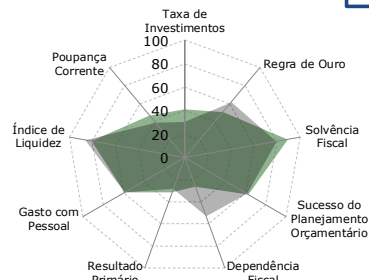
**Potencial de Mercado**

Posição:  
**24**



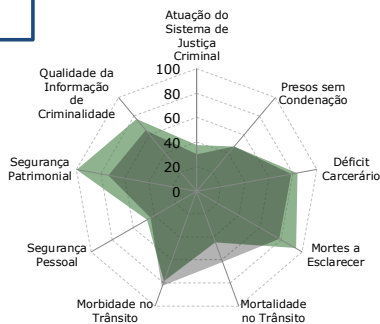
**Solidez Fiscal**

Posição:  
**13**



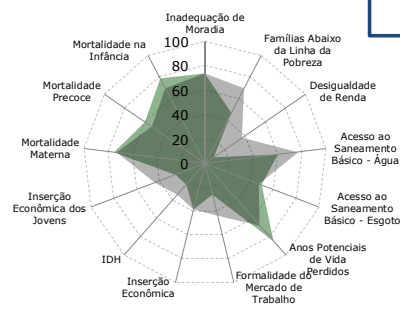
**Segurança Pública**

Posição:  
**5**



**Sustentabilidade Social**

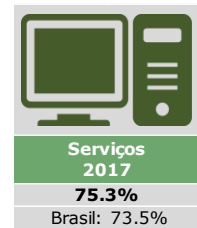
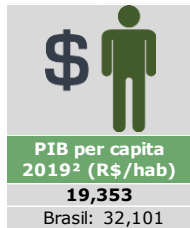
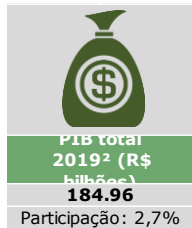
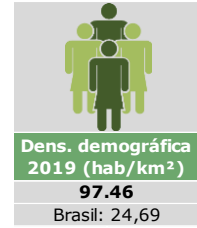
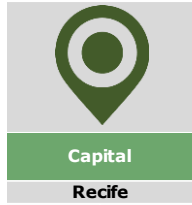
Posição:  
**14**





**Pernambuco**

**Posição no Ranking Geral: 17**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

Emissões de CO2 - Pos.: 9  
Serviços Urbanos - Pos.: 20

**Sustentabilidade Social**

Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 8  
Inserç. Econ. Jovens - Pos.: 24

**Capital Humano**

Custo Mão de Obra - Pos.: 10  
PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 18

**Segurança Pública**

Quali. Info. Crimin. - Pos.: 4  
Segurança Pessoal - Pos.: 26

**Educação**

Avaliação da Educ. - Pos.: 1  
IDEB - Pos.: 16

**Solidez Fiscal**

Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 2  
Taxa de Investim. - Pos.: 20

**Eficiência da Máquina Pública**

Índice de Transp. - Pos.: 4  
Eficiênc. Judiciário - Pos.: 24

**Potencial de Mercado**

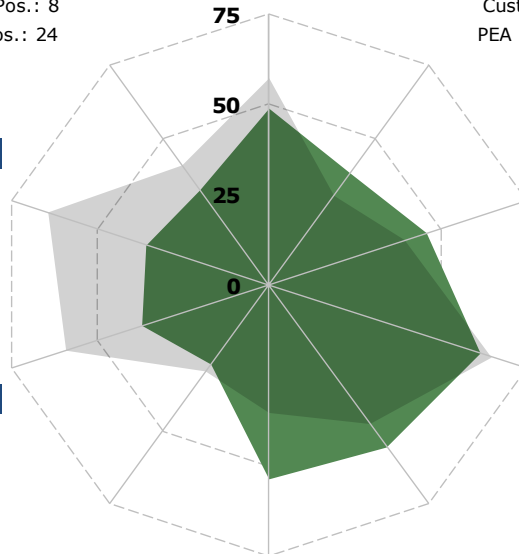
Tamanho de Mercado - Pos.: 10  
Cresc. Força Trab. - Pos.: 17

**Infraestrutura**

Custo Energia Elétr. - Pos.: 6  
Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 14

**Inovação**

Pesquisa Científica - Pos.: 4  
Empreend. Inova. - Pos.: 16



■ PE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

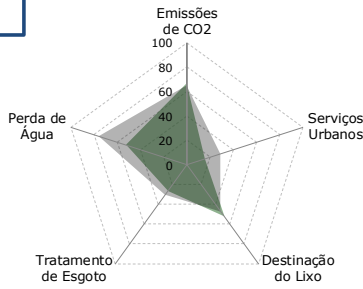


**Pernambuco**

**Posição no Ranking Geral: 17**

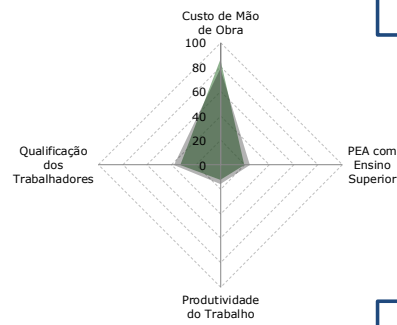
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
18**



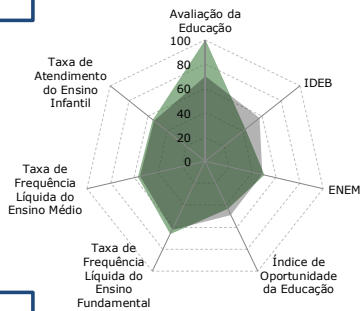
**Capital Humano**

**Posição  
7**



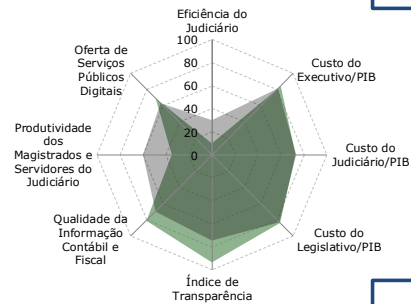
**Educação**

**Posição  
13**



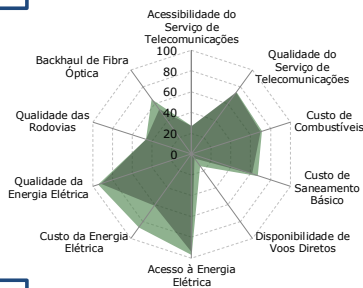
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
16**



**Infraestrutura**

**Posição  
7**



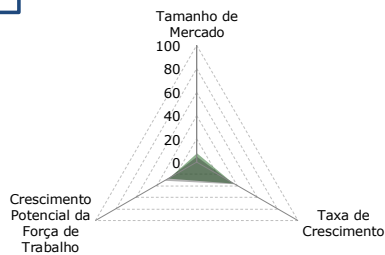
**Inovação**

**Posição  
11**



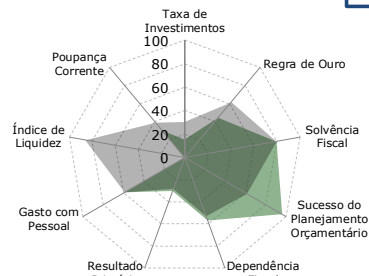
**Potencial de Mercado**

**Posição  
16**



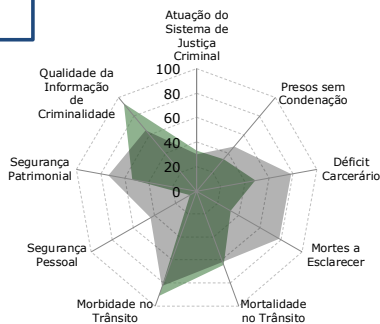
**Solidez Fiscal**

**Posição  
19**



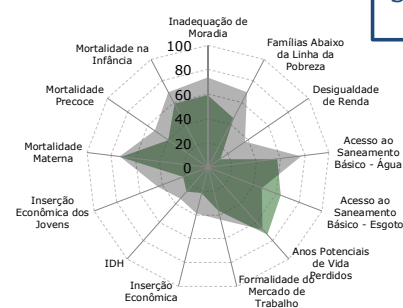
**Segurança Pública**

**Posição  
24**



**Sustentabilidade Social**

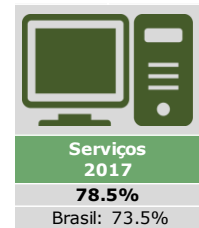
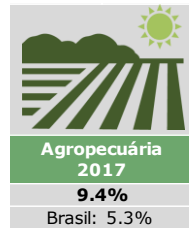
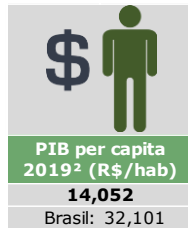
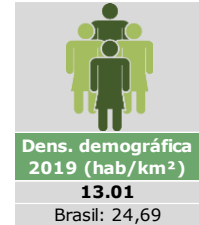
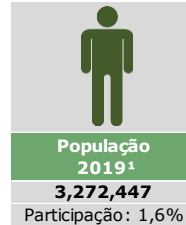
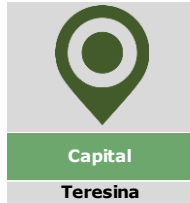
**Posição  
17**





**Piauí**

**Posição no Ranking Geral: 26**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Emissões de CO2 - Pos.: 21
- Serviços Urbanos - Pos.: 26

**Sustentabilidade Social**

- Inadequa. Moradia - Pos.: 7
- Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 27

**Capital Humano**

- Custo Mão de Obra - Pos.: 2
- Produtiv. do Trab. - Pos.: 27

**Segurança Pública**

- Quali. Info. Crimin. - Pos.: 2
- Morbid. no Trânsito - Pos.: 26

**Educação**

- Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 21

**Solidez Fiscal**

- Taxa de Investim. - Pos.: 7
- Resultado Primário - Pos.: 27

**Eficiência da Máquina Pública**

- Índice de Transp. - Pos.: 14
- Eficiênc. Judiciário - Pos.: 27

**Potencial de Mercado**

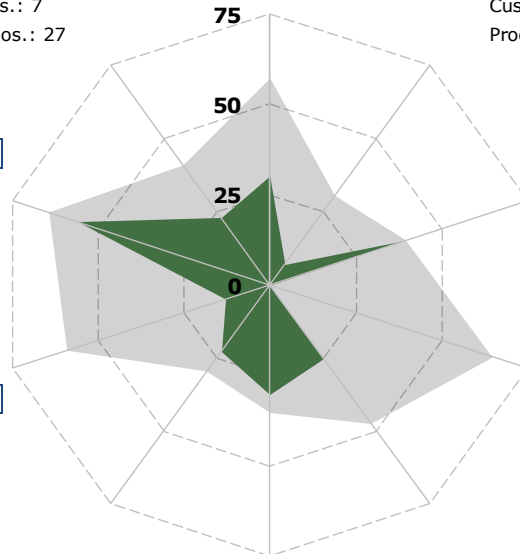
- Taxa de Crescimento - Pos.: 9
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 23

**Infraestrutura**

- Custo Saneamento - Pos.: 8
- Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 27

**Inovação**

- Empreend. Inova. - Pos.: 9
- Patentes - Pos.: 25



■ PI ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

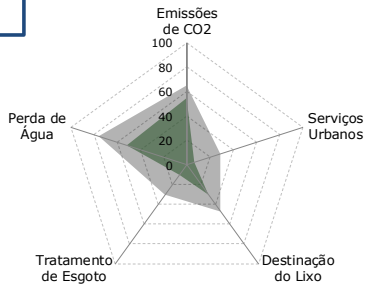


**Piauí**

**Posição no Ranking Geral: 26**

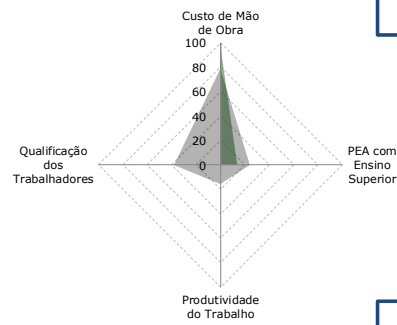
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
23**



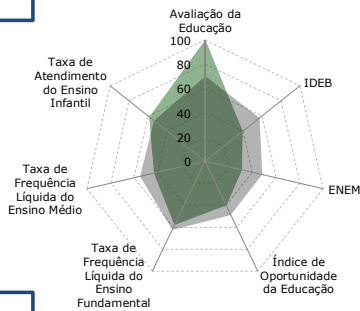
**Capital Humano**

**Posição  
24**



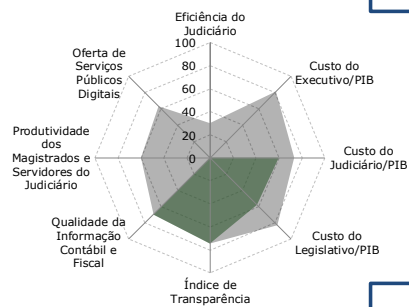
**Educação**

**Posição  
15**



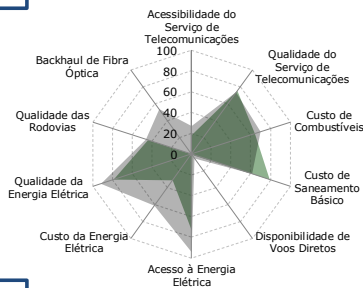
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
26**



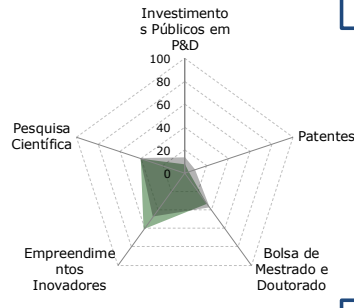
**Infraestrutura**

**Posição  
24**



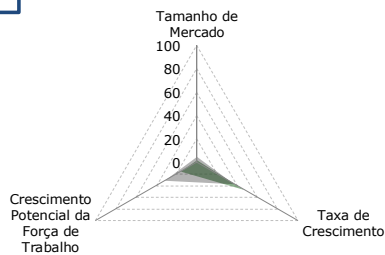
**Inovação**

**Posição  
17**



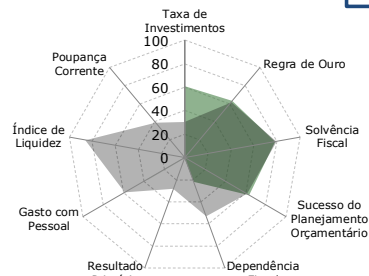
**Potencial de Mercado**

**Posição  
21**



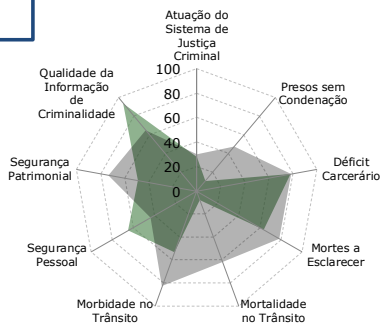
**Solidez Fiscal**

**Posição  
23**



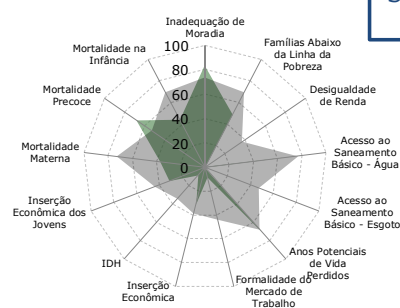
**Segurança Pública**

**Posição  
18**



**Sustentabilidade Social**

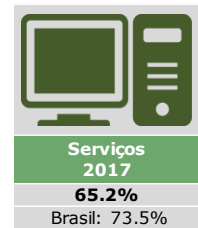
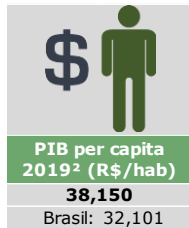
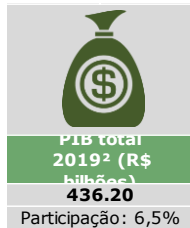
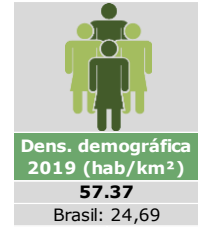
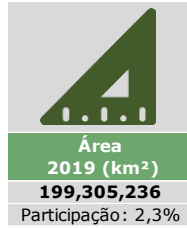
**Posição  
21**





**Paraná**

**Posição no Ranking Geral: 4**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Tratam. de Esgoto - Pos.: 2
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 16

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Aces. Saneam. Água - Pos.: 3
- ▼ Fam. Abaixo Pobreza - Pos.: 8

**Capital Humano**

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 5
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 23

**Segurança Pública**

- ▲ Déficit Carcerário - Pos.: 5
- ▼ Mort. no Trânsito - Pos.: 21

**Educação**

- ▲ Avaliação da Educ. - Pos.: 1
- ▼ ENEM - Pos.: 8

**Solidez Fiscal**

- ▲ Regra de Ouro - Pos.: 4
- ▼ Resultado Primário - Pos.: 25

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Custo do Exec./PIB - Pos.: 2
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 22

**Potencial de Mercado**

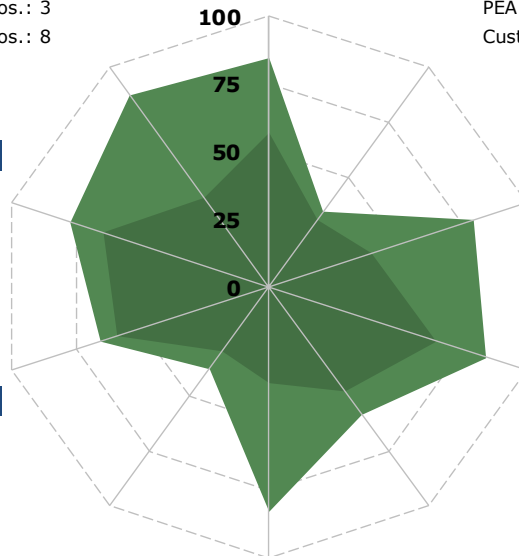
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 5
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 24

**Infraestrutura**

- ▲ Custo Combustíveis - Pos.: 1
- ▼ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 19

**Inovação**

- ▲ Invest. Públ. P&D - Pos.: 2
- ▼ Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 18



■ PR ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



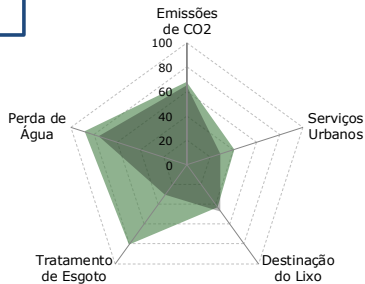


**Paraná**

**Posição no Ranking Geral: 4**

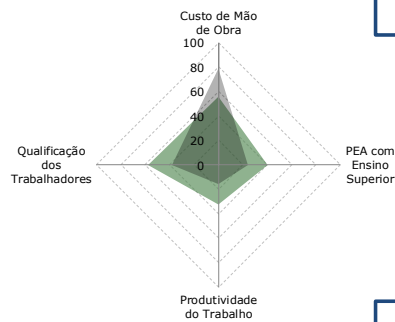
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**3**



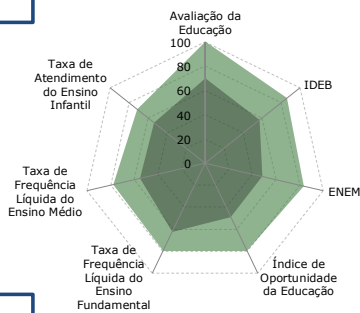
**Capital Humano**

**Posição**  
**9**



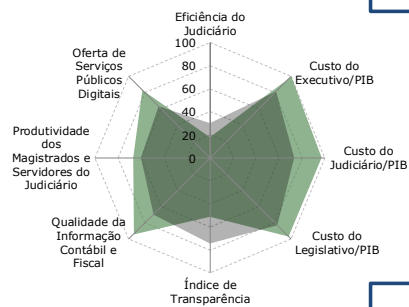
**Educação**

**Posição**  
**4**



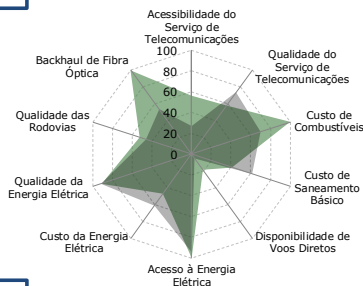
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**4**



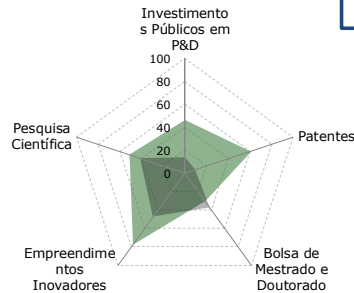
**Infraestrutura**

**Posição**  
**4**



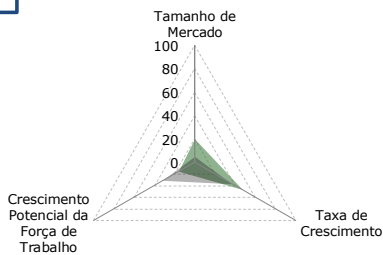
**Inovação**

**Posição**  
**4**



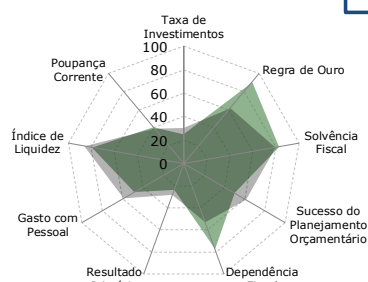
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**12**



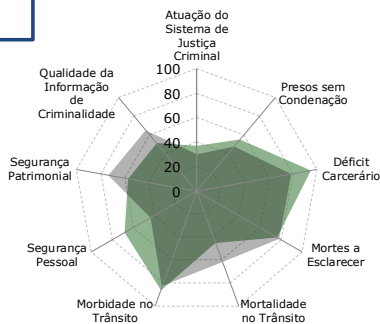
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**11**



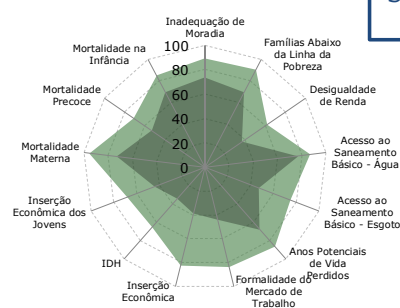
**Segurança Pública**

**Posição**  
**8**



**Sustentabilidade Social**

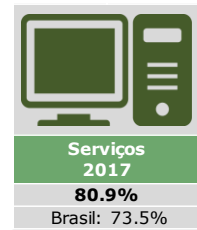
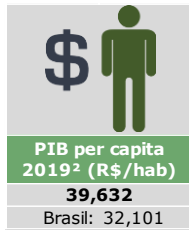
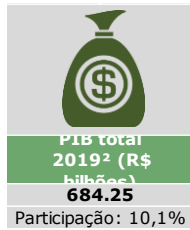
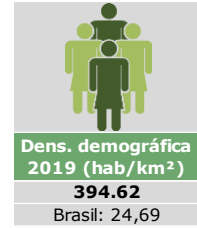
**Posição**  
**5**





Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 11



Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Perda de Água - Pos.: 2
- ▼ Tratam. de Esgoto - Pos.: 13

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 2
- ▼ Inserção Econômica - Pos.: 22

**Capital Humano**

- ▲ PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 2
- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 25

**Segurança Pública**

- ▲ Morbid. no Trânsito - Pos.: 3
- ▼ Segurança Patrim. - Pos.: 27

**Educação**

- ▲ ENEM - Pos.: 2
- ▼ Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 21

**Solidez Fiscal**

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 3
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 27

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 26

**Potencial de Mercado**

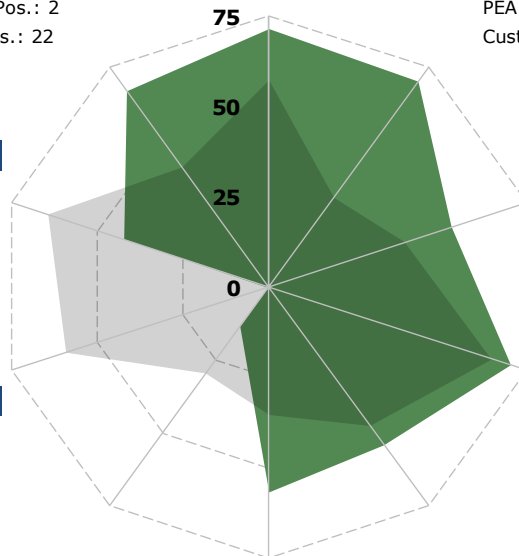
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 2
- ▼ Cresc. Força Trab. - Pos.: 26

**Infraestrutura**

- ▲ Acesso Energia Elétr. - Pos.: 1
- ▼ Custo Energia Elétr. - Pos.: 26

**Inovação**

Todos os indicadores ocupam a posição 4.



■ RJ ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

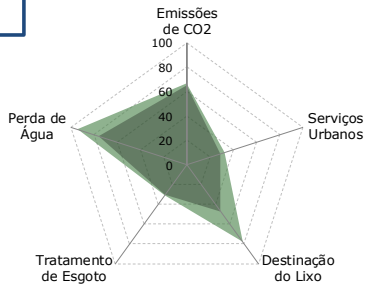


**Rio de Janeiro**

**Posição no Ranking Geral: 11**

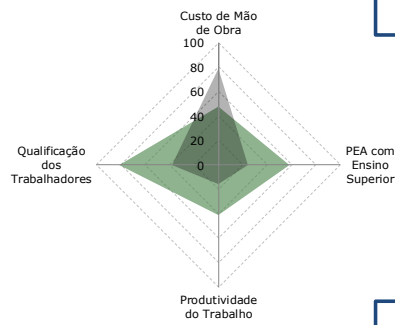
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**6**



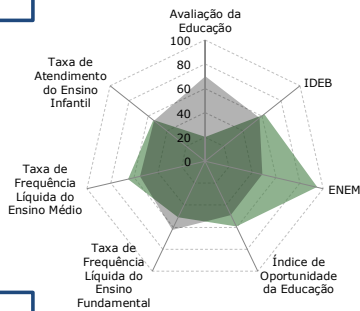
**Capital Humano**

**Posição**  
**2**



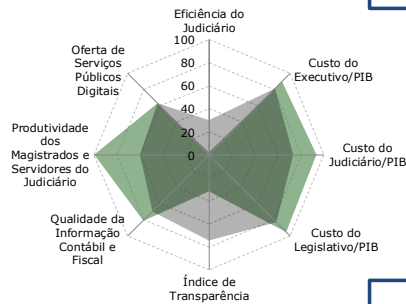
**Educação**

**Posição**  
**9**



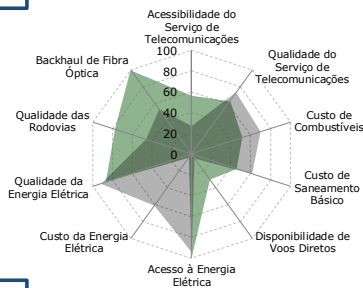
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**9**



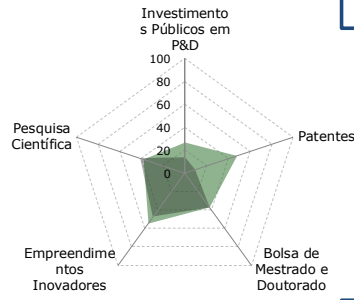
**Infraestrutura**

**Posição**  
**9**



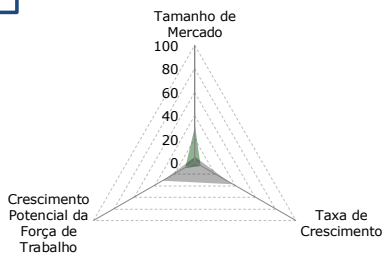
**Inovação**

**Posição**  
**8**



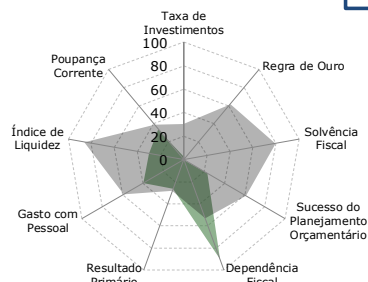
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**22**



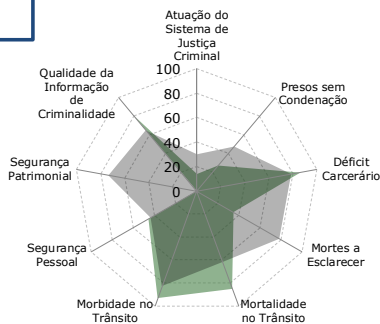
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**26**



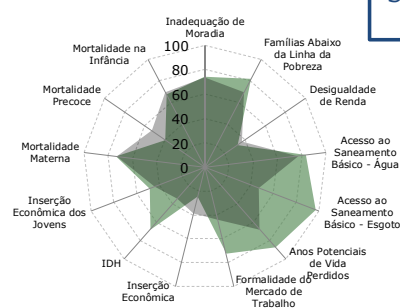
**Segurança Pública**

**Posição**  
**23**



**Sustentabilidade Social**

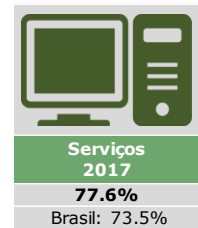
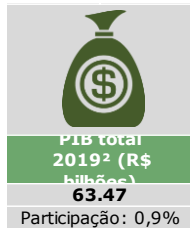
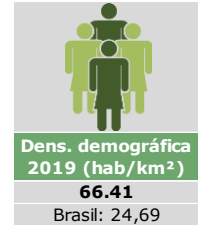
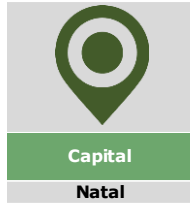
**Posição**  
**9**





Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 20



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental



Serviços Urbanos - Pos.: 10  
Perda de Água - Pos.: 19

### Sustentabilidade Social



Aces. Saneam. Água - Pos.: 8  
Mortalidade Precoce - Pos.: 25

### Capital Humano



Custo Mão de Obra - Pos.: 11  
Produtiv. do Trab. - Pos.: 19

### Segurança Pública



Déficit Carcerário - Pos.: 4  
Segurança Pessoal - Pos.: 27

### Educação



Avaliação da Educ. - Pos.: 1  
IDEB - Pos.: 24

### Solidez Fiscal



Solvência Fiscal - Pos.: 8  
Gasto com Pessoal - Pos.: 27

### Eficiência da Máquina Pública



Eficiência. Judiciário - Pos.: 8  
Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 27

### Potencial de Mercado



Cresc. Força Trab. - Pos.: 14  
Taxa de Crescimento - Pos.: 25

### Infraestrutura

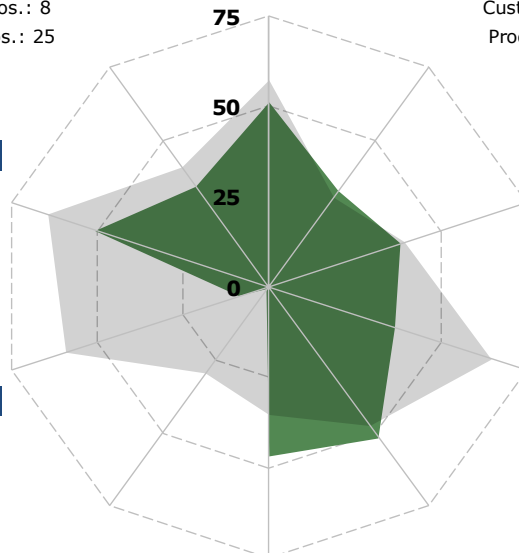


Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 1  
Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 22

### Inovação



Invest. Públ. P&D - Pos.: 4  
Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 22



■ RN ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

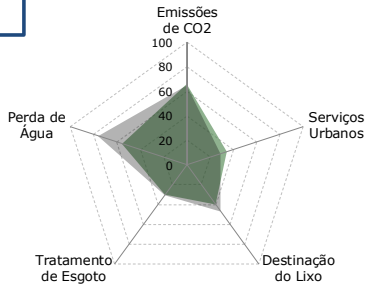


**Rio Grande do Norte**

**Posição no Ranking Geral: 20**

**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
16**



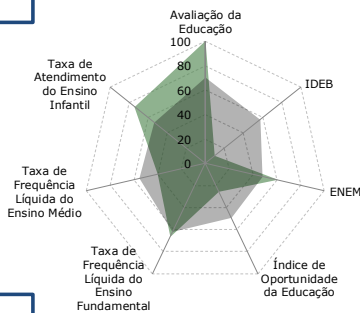
**Capital Humano**

**Posição  
11**



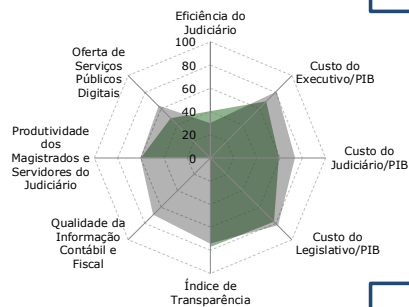
**Educação**

**Posição  
16**



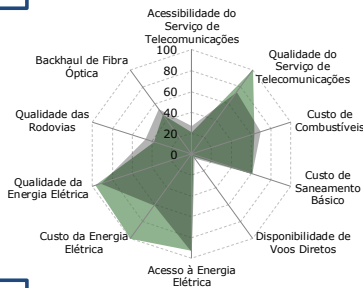
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
21**



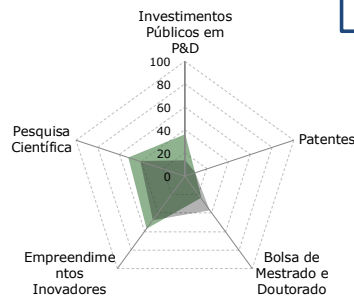
**Infraestrutura**

**Posição  
10**



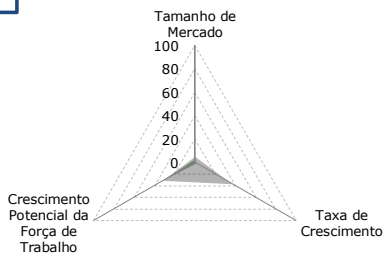
**Inovação**

**Posição  
12**



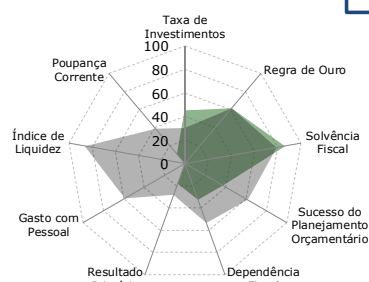
**Potencial de Mercado**

**Posição  
26**



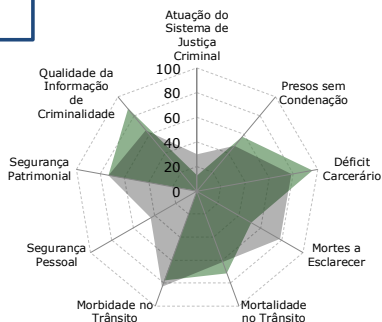
**Solidez Fiscal**

**Posição  
25**



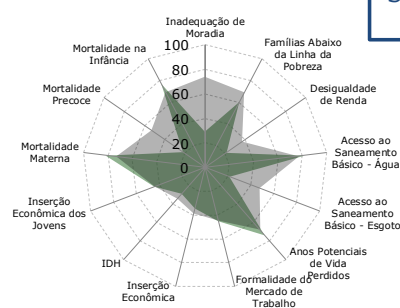
**Segurança Pública**

**Posição  
21**



**Sustentabilidade Social**

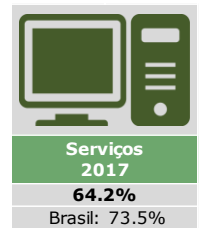
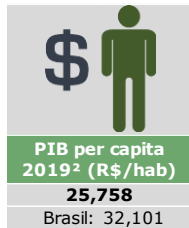
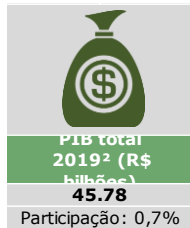
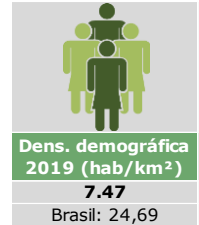
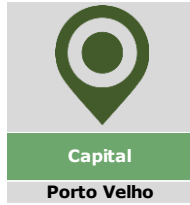
**Posição  
16**





**Rondônia**

**Posição no Ranking Geral: 16**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

Destinação do Lixo - Pos.: 18  
Emissões de CO2 - Pos.: 27

**Sustentabilidade Social**

Desig. de Renda - Pos.: 4  
Aces. Saneam. Água - Pos.: 27

**Capital Humano**

Produtiv. do Trab. - Pos.: 13  
PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 21

**Segurança Pública**

Presos s/ Condenação - Pos.: 1  
Quali. Info. Crimin. - Pos.: 25

**Educação**

Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 2  
Avaliação da Educ. - Pos.: 25

**Solidez Fiscal**

Índice de Liquidez - Pos.: 3  
Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 22

**Eficiência da Máquina Pública**

Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 3  
Custo do Exec./PIB - Pos.: 24

**Potencial de Mercado**

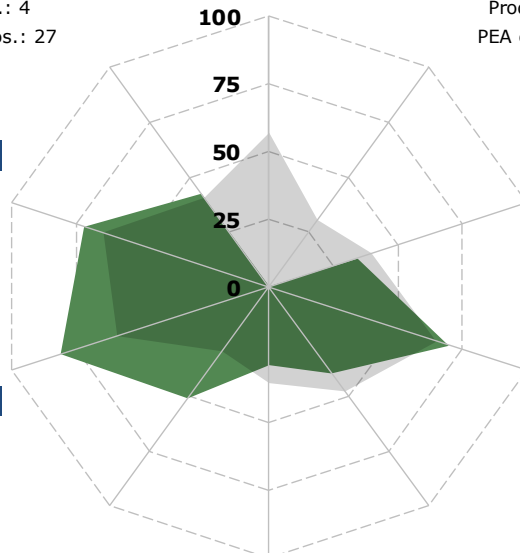
Taxa de Crescimento - Pos.: 4  
Tamanho de Mercado - Pos.: 22

**Infraestrutura**

Custo Saneamento - Pos.: 11  
Custo Combustíveis - Pos.: 25

**Inovação**

Empreend. Inova. - Pos.: 5  
Invest. Públ. P&D - Pos.: 27



■ RO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências .

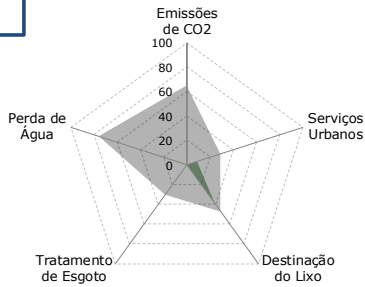


**Rondônia**

**Posição no Ranking Geral: 16**

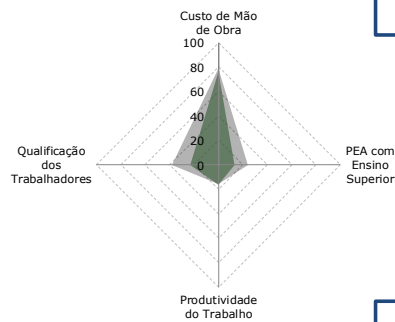
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
27**



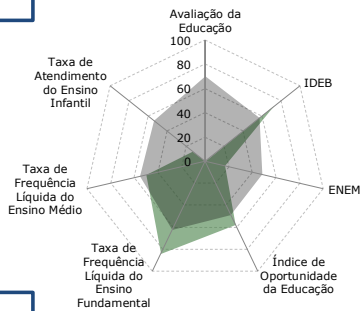
**Capital Humano**

**Posição  
27**



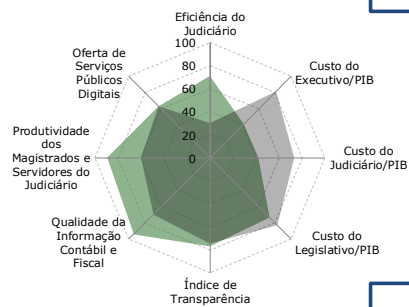
**Educação**

**Posição  
17**



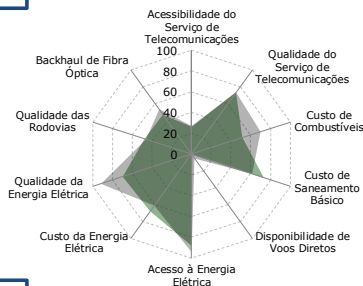
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
10**



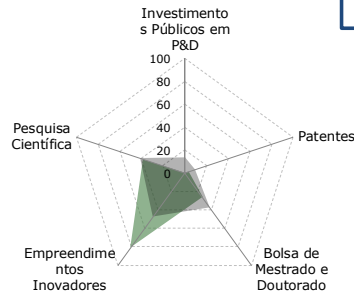
**Infraestrutura**

**Posição  
16**



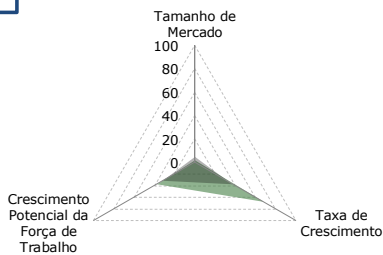
**Inovação**

**Posição  
19**



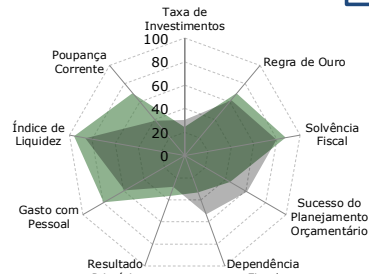
**Potencial de Mercado**

**Posição  
6**



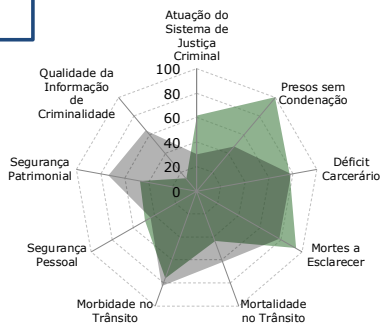
**Solidez Fiscal**

**Posição  
5**



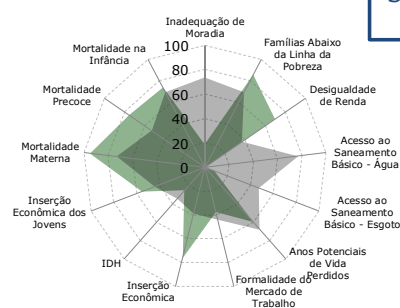
**Segurança Pública**

**Posição  
11**



**Sustentabilidade Social**

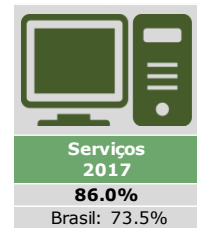
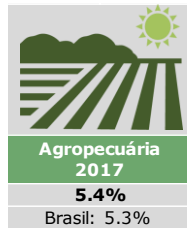
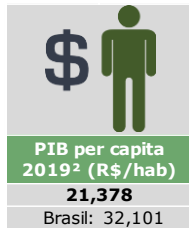
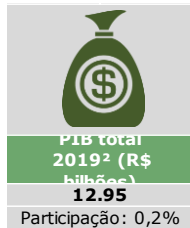
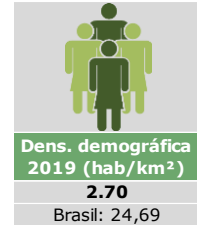
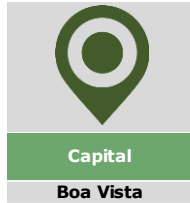
**Posição  
13**





**Roraima**

**Posição no Ranking Geral: 25**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

Emissões de CO2 - Pos.: 2  
Perda de Água - Pos.: 27

**Sustentabilidade Social**

IDH - Pos.: 12  
Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 27

**Capital Humano**

Quali. dos Trabalh. - Pos.: 4  
Custo Mão de Obra - Pos.: 19

**Segurança Pública**

Presos s/ Condenação - Pos.: 8  
Déficit Carcerário - Pos.: 27

**Educação**

Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 10  
Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 27

**Solidez Fiscal**

Resultado Primário - Pos.: 1  
Taxa de Investim. - Pos.: 27

**Eficiência da Máquina Pública**

Eficiênc. Judiciário - Pos.: 1  
Custo do Legisl./PIB - Pos.: 27

**Potencial de Mercado**

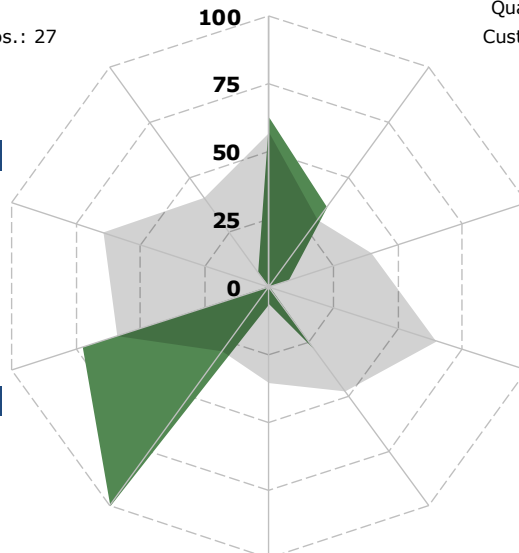
Cresc. Força Trab. - Pos.: 1  
Tamanho de Mercado - Pos.: 27

**Infraestrutura**

Quali. Rodovias - Pos.: 5  
Disponib. Voos Diret. - Pos.: 27

**Inovação**

Invest. Públ. P&D - Pos.: 7  
Pesquisa Científica - Pos.: 27



■ RR ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



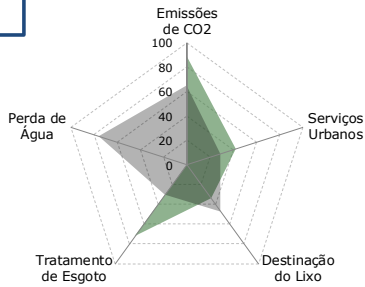


**Roraima**

**Posição no Ranking Geral: 25**

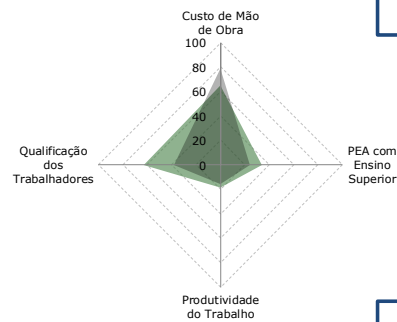
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
12**



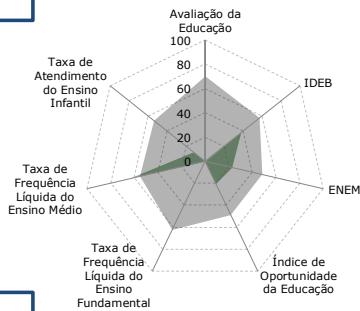
**Capital Humano**

**Posição  
8**



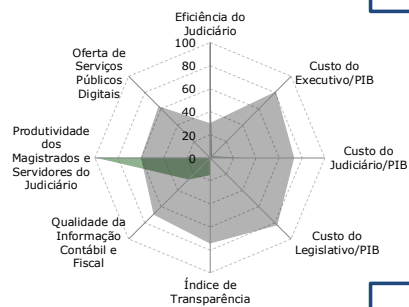
**Educação**

**Posição  
25**



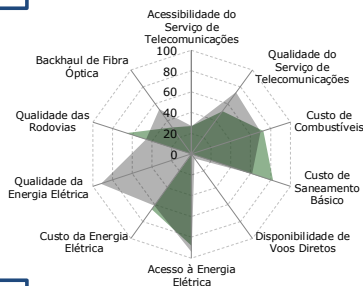
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
27**



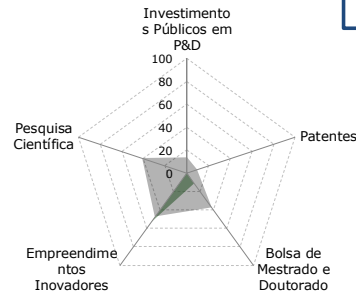
**Infraestrutura**

**Posição  
21**



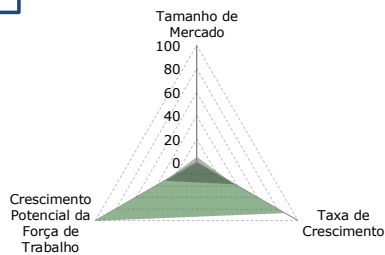
**Inovação**

**Posição  
25**



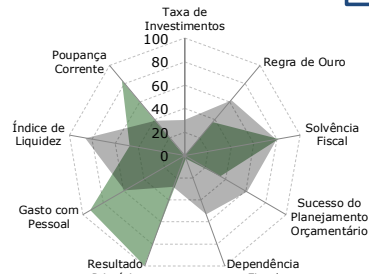
**Potencial de Mercado**

**Posição  
1**



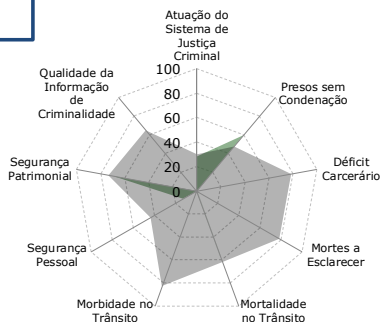
**Solidez Fiscal**

**Posição  
9**



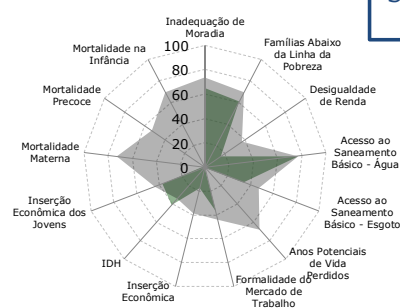
**Segurança Pública**

**Posição  
27**



**Sustentabilidade Social**

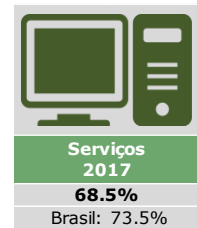
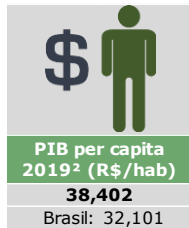
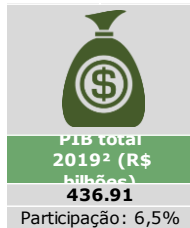
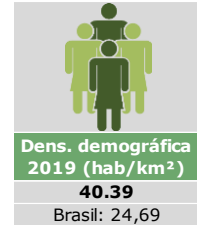
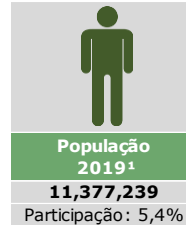
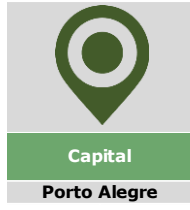
**Posição  
24**





**Rio Grande do Sul**

**Posição no Ranking Geral: 8**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Destinação do Lixo - Pos.: 3
- Serviços Urbanos - Pos.: 19

**Sustentabilidade Social**

- Anos Pot. Vida Perd. - Pos.: 1
- Inadequa. Moradia - Pos.: 9

**Capital Humano**

- Produtiv. do Trab. - Pos.: 7
- Custo Mão de Obra - Pos.: 24

**Segurança Pública**

- Morbid. no Trânsito - Pos.: 2
- Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 26

**Educação**

- Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 6
- Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 18

**Solidez Fiscal**

- Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 3
- Taxa de Investim. - Pos.: 26

**Eficiência da Máquina Pública**

- Custo do Judic./PIB - Pos.: 1
- Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 18

**Potencial de Mercado**

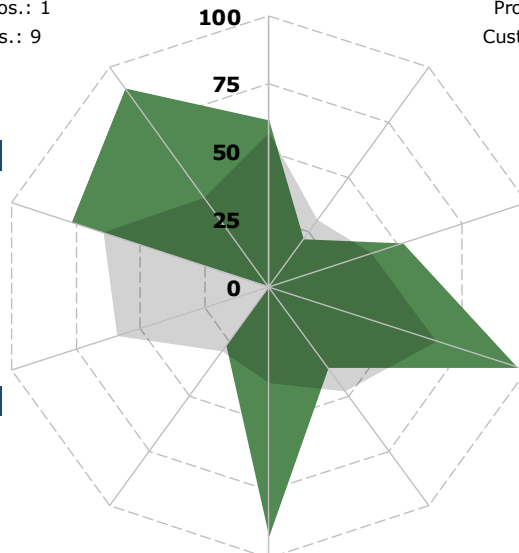
- Tamanho de Mercado - Pos.: 4
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 27

**Infraestrutura**

- Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 3
- Custo Saneamento - Pos.: 27

**Inovação**

- Patentes - Pos.: 1
- Invest. Públ. P&D - Pos.: 22



■ RS ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

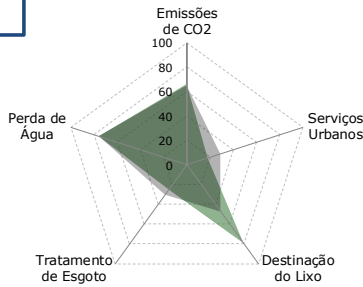


**Rio Grande do Sul**

**Posição no Ranking Geral: 8**

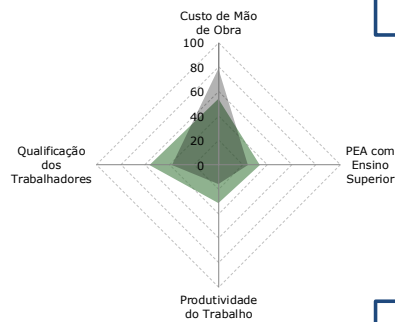
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**13**



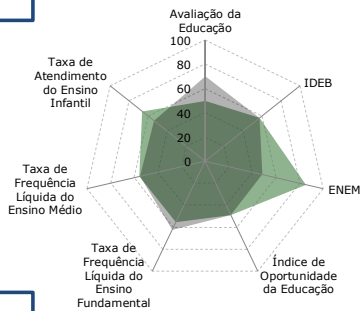
**Capital Humano**

**Posição**  
**17**



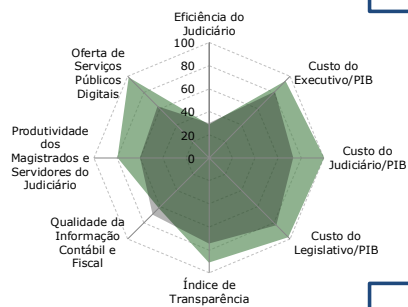
**Educação**

**Posição**  
**10**



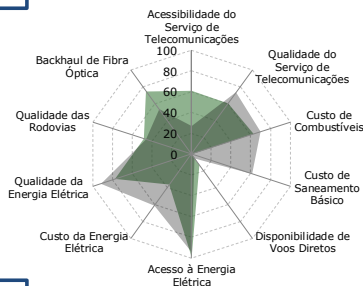
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**2**



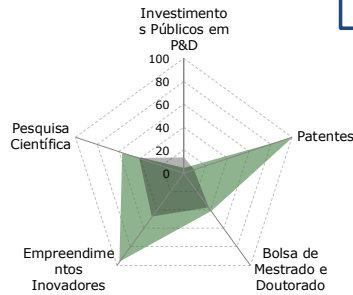
**Infraestrutura**

**Posição**  
**19**



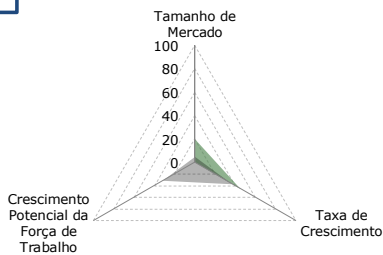
**Inovação**

**Posição**  
**2**



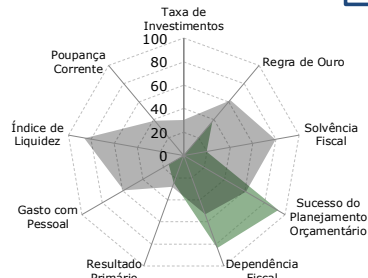
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**17**



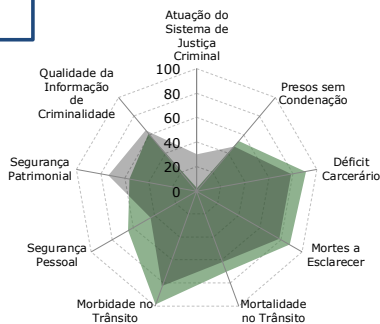
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**27**



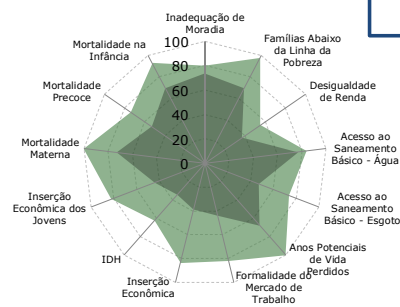
**Segurança Pública**

**Posição**  
**9**



**Sustentabilidade Social**

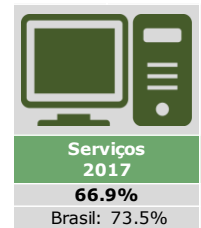
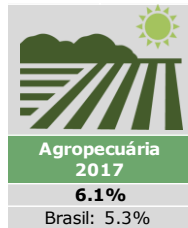
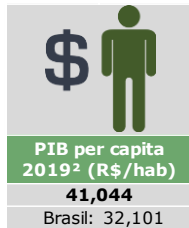
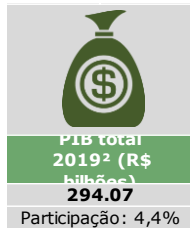
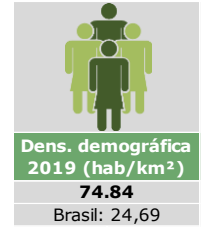
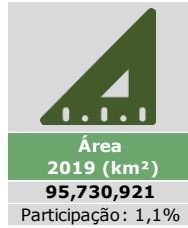
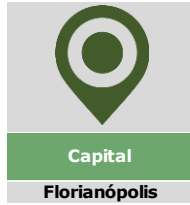
**Posição**  
**4**





**Santa Catarina**

**Posição no Ranking Geral: 2**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- Destinação do Lixo - Pos.: 2
- Serviços Urbanos - Pos.: 22

**Sustentabilidade Social**

- Desig. de Renda - Pos.: 1
- Aces. Saneam. Água - Pos.: 15

**Capital Humano**

- PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 4
- Custo Mão de Obra - Pos.: 22

**Segurança Pública**

- Déficit Carcerário - Pos.: 1
- Mort. no Trânsito - Pos.: 18

**Educação**

- Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 1
- Avaliação da Educ. - Pos.: 12

**Solidez Fiscal**

- Índice de Liquidez - Pos.: 5
- Solvência Fiscal - Pos.: 23

**Eficiência da Máquina Pública**

- Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 1
- Eficiênc. Judiciário - Pos.: 18

**Potencial de Mercado**

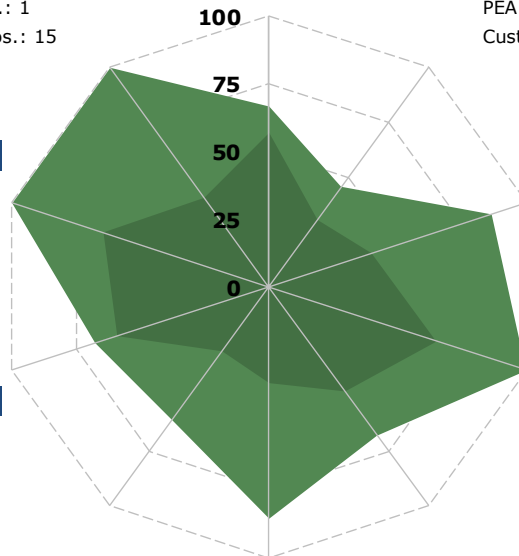
- Taxa de Crescimento - Pos.: 3
- Cresc. Força Trab. - Pos.: 16

**Infraestrutura**

- Backhaul Fibra Ópt. - Pos.: 1
- Custo Saneamento - Pos.: 16

**Inovação**

- Empreend. Inova. - Pos.: 1
- Pesquisa Científica - Pos.: 21



■ SC ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

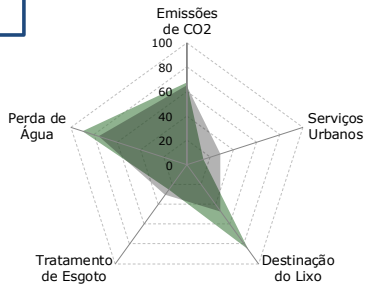


**Santa Catarina**

**Posição no Ranking Geral: 2**

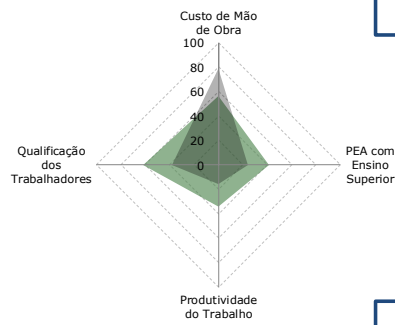
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**8**



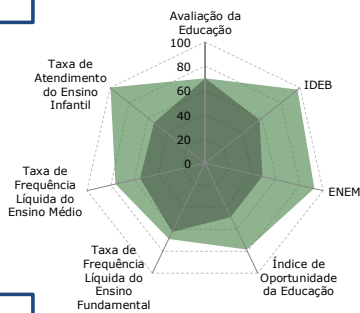
**Capital Humano**

**Posição**  
**5**



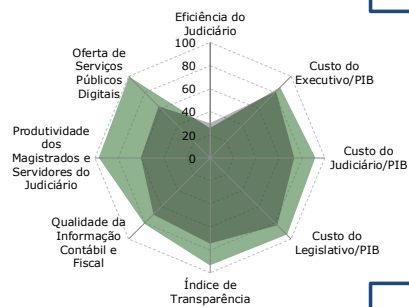
**Educação**

**Posição**  
**2**



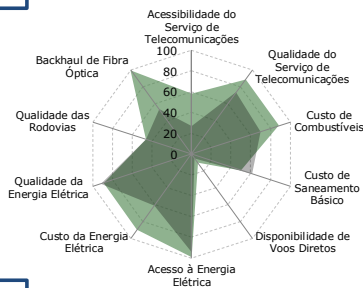
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**1**



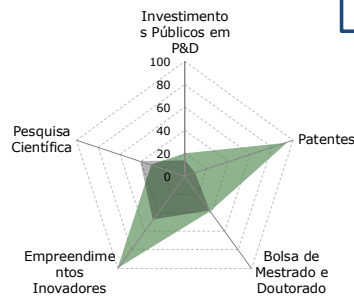
**Infraestrutura**

**Posição**  
**2**



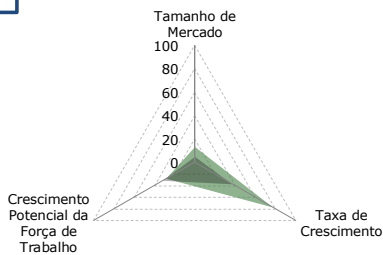
**Inovação**

**Posição**  
**3**



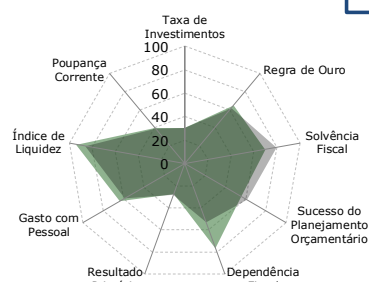
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**5**



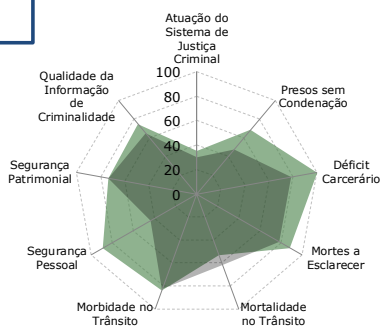
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**10**



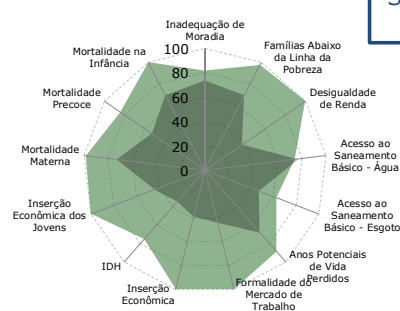
**Segurança Pública**

**Posição**  
**1**



**Sustentabilidade Social**

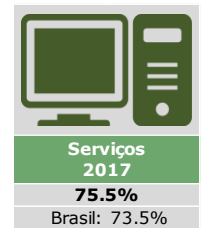
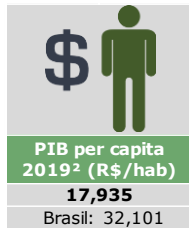
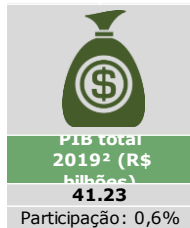
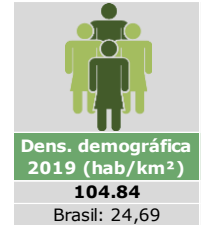
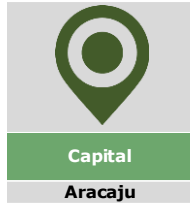
**Posição**  
**1**





**Sergipe**

**Posição no Ranking Geral: 22**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

- ▲ Serviços Urbanos - Pos.: 9
- ▼ Destinação do Lixo - Pos.: 27

**Sustentabilidade Social**

- ▲ Aces. Saneam. Água - Pos.: 13
- ▼ Desig. de Renda - Pos.: 27

**Capital Humano**

- ▼ Custo Mão de Obra - Pos.: 6
- ▲ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 25

**Segurança Pública**

- ▲ Segurança Patrim. - Pos.: 11
- ▼ Presos s/ Condenação - Pos.: 25

**Educação**

- ▲ ENEM - Pos.: 11
- ▼ Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 27

**Solidez Fiscal**

- ▲ Suces. Planej. Orçam. - Pos.: 1
- ▼ Regra de Ouro - Pos.: 25

**Eficiência da Máquina Pública**

- ▲ Prod. Mag. Serv. Judic. - Pos.: 1
- ▼ Índice de Transp. - Pos.: 24

**Potencial de Mercado**

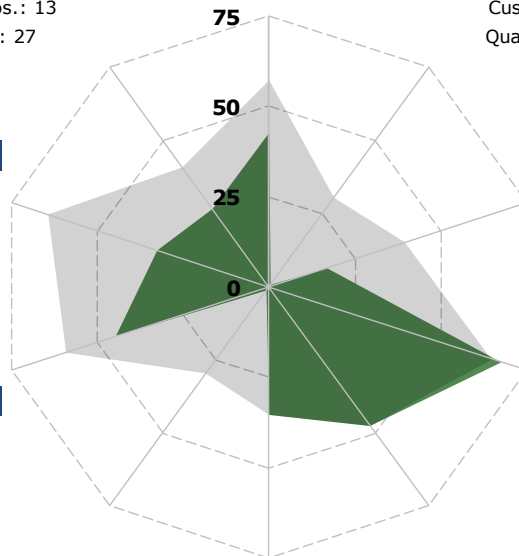
- ▲ Cresc. Força Trab. - Pos.: 12
- ▼ Taxa de Crescimento - Pos.: 27

**Infraestrutura**

- ▲ Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 4
- ▼ Custo Saneamento - Pos.: 21

**Inovação**

- ▲ Pesquisa Científica - Pos.: 3
- ▼ Empreend. Inova. - Pos.: 20



■ SE ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

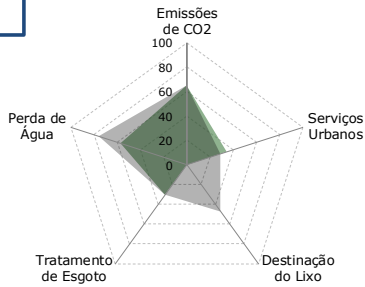


**Sergipe**

**Posição no Ranking Geral: 22**

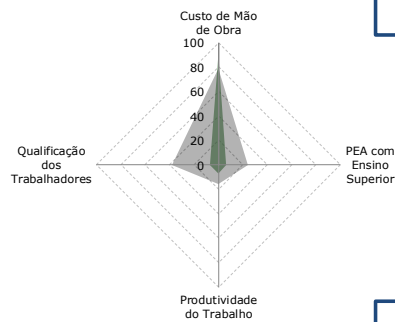
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
22**



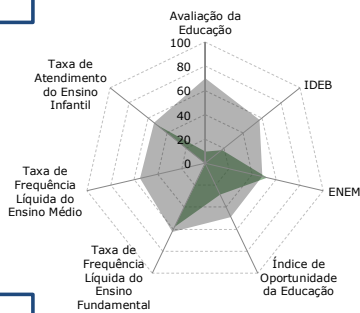
**Capital Humano**

**Posição  
25**



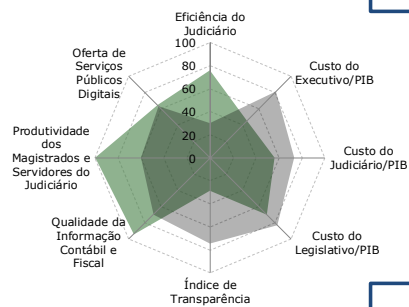
**Educação**

**Posição  
22**



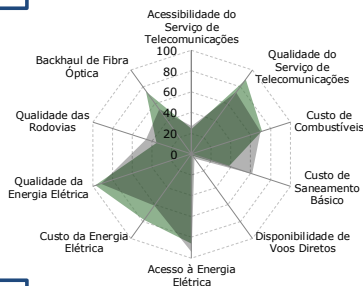
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
12**



**Infraestrutura**

**Posição  
14**



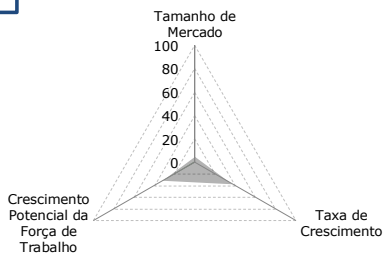
**Inovação**

**Posição  
14**



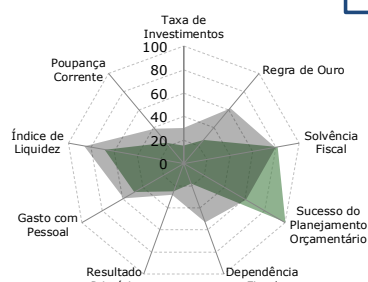
**Potencial de Mercado**

**Posição  
25**



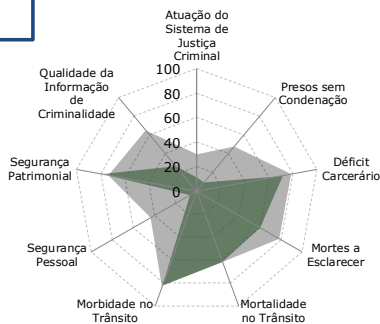
**Solidez Fiscal**

**Posição  
16**



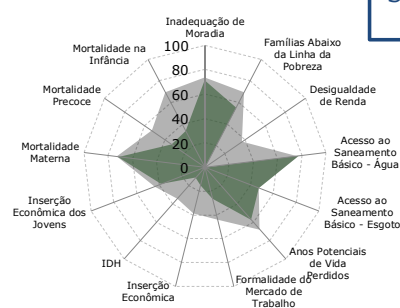
**Segurança Pública**

**Posição  
26**



**Sustentabilidade Social**

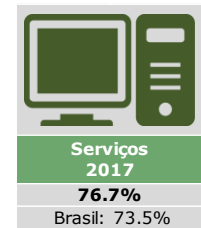
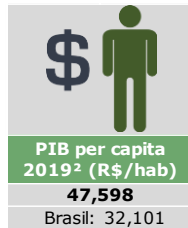
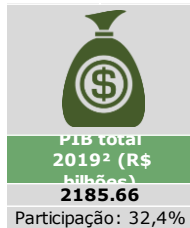
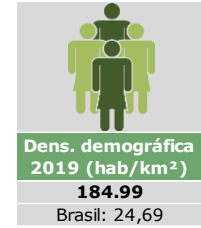
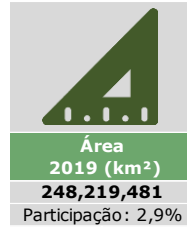
**Posição  
20**





## São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1



## Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

### Sustentabilidade Ambiental

Serviços Urbanos - Pos.: 2  
Emissões de CO2 - Pos.: 5

### Sustentabilidade Social

Aces. Saneam. Água - Pos.: 1  
Desig. de Renda - Pos.: 16

### Capital Humano

Produtiv. do Trab. - Pos.: 2  
Custo Mão de Obra - Pos.: 26

### Segurança Pública

Segurança Pessoal - Pos.: 1  
Segurança Patrim. - Pos.: 26

### Educação

Avaliação da Educ. - Pos.: 1  
Tx Freq. Líq. do EF - Pos.: 6

### Solidez Fiscal

Dependência Fiscal - Pos.: 1  
Solvência Fiscal - Pos.: 24

### Eficiência da Máquina Pública

Custo do Exec./PIB - Pos.: 1  
Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 24

### Potencial de Mercado

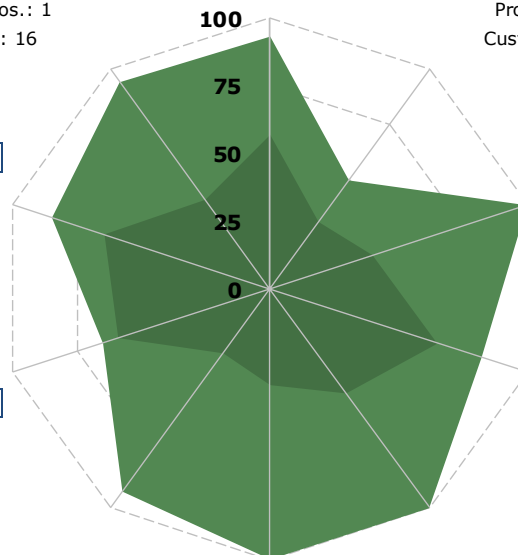
Tamanho de Mercado - Pos.: 1  
Cresc. Força Trab. - Pos.: 21

### Infraestrutura

Acess. Serv. Telecom. - Pos.: 1  
Quali. Serv. Telecom. - Pos.: 20

### Inovação

Invest. Públ. P&D - Pos.: 1  
Empreend. Inova. - Pos.: 17



■ SP ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



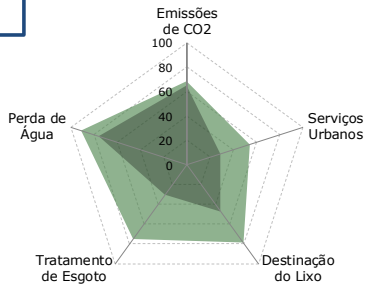


**São Paulo**

**Posição no Ranking Geral: 1**

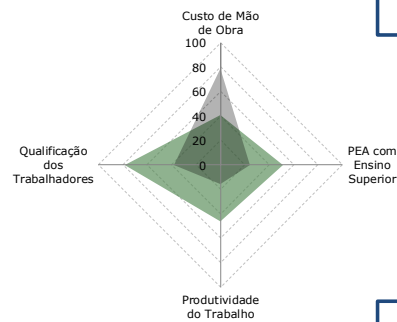
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:**  
**2**



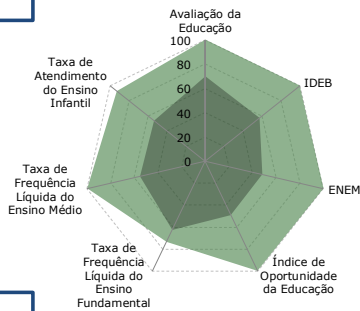
**Capital Humano**

**Posição**  
**4**



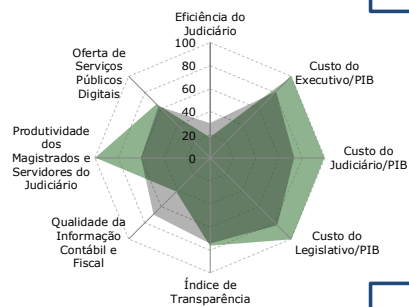
**Educação**

**Posição**  
**1**



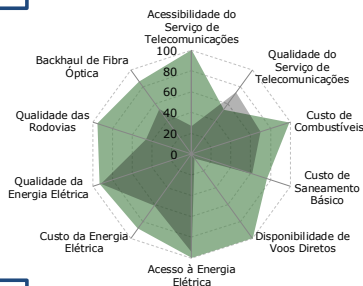
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição**  
**5**



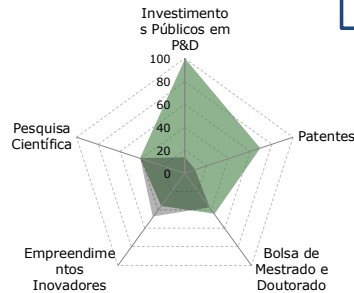
**Infraestrutura**

**Posição**  
**1**



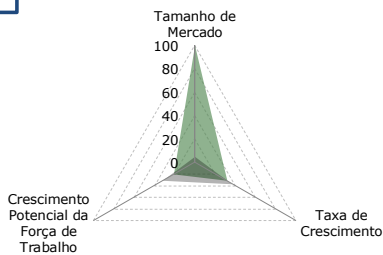
**Inovação**

**Posição**  
**1**



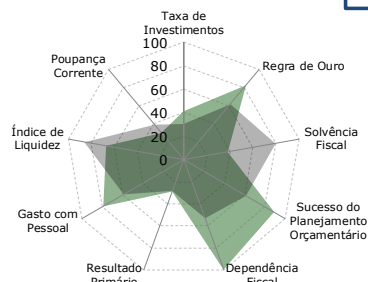
**Potencial de Mercado**

**Posição**  
**2**



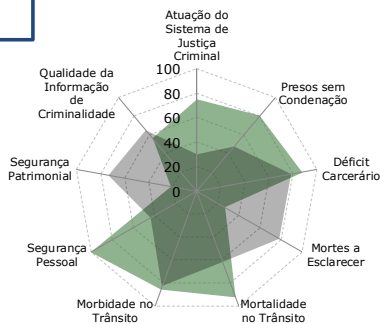
**Solidez Fiscal**

**Posição**  
**12**



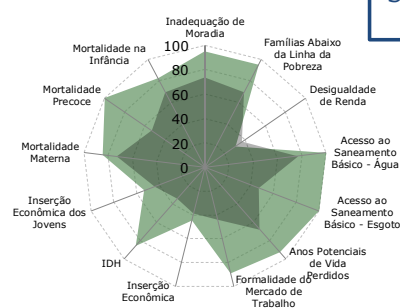
**Segurança Pública**

**Posição**  
**2**



**Sustentabilidade Social**

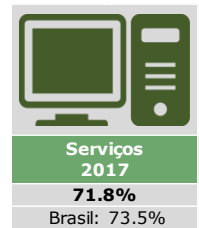
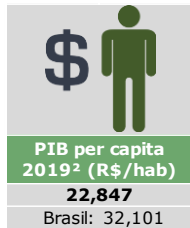
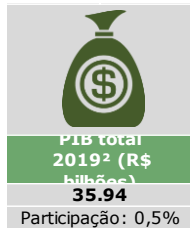
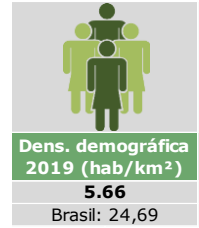
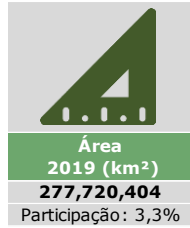
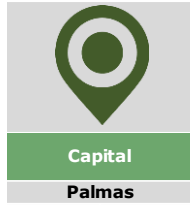
**Posição**  
**2**





**Tocantins**

**Posição no Ranking Geral: 19**



**Panorama do Estado:  
Destaques positivos e negativos por pilar:**

**Sustentabilidade Ambiental**

Perda de Água - Pos.: 8  
Emissões de CO2 - Pos.: 25

**Sustentabilidade Social**

Mortalidade Materna - Pos.: 3  
Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 21

**Capital Humano**

PEA c/ Ens. Superior - Pos.: 11  
Produtiv. do Trab. - Pos.: 15

**Segurança Pública**

Mortes a Esclarecer - Pos.: 12  
Mort. no Trânsito - Pos.: 26

**Educação**

Tx Freq. Líq. do EM - Pos.: 11  
ENEM - Pos.: 21

**Solidez Fiscal**

Solvência Fiscal - Pos.: 17  
Dependência Fiscal - Pos.: 24

**Eficiência da Máquina Pública**

Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 7  
Custo do Judic./PIB - Pos.: 23

**Potencial de Mercado**

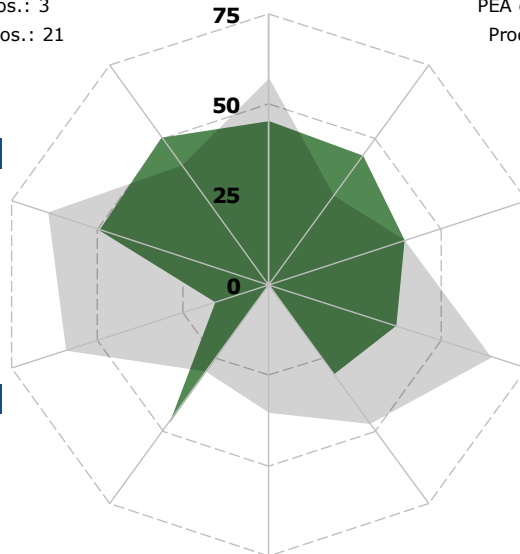
Cresc. Força Trab. - Pos.: 6  
Tamanho de Mercado - Pos.: 24

**Infraestrutura**

Quali. Energia Elétr. - Pos.: 3  
Custo Saneamento - Pos.: 25

**Inovação**

Empreend. Inova. - Pos.: 7  
Bolsa Mestr. e Dout. - Pos.: 27



■ TO ■ Mediana

1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

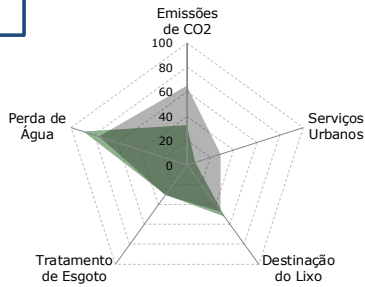


**Tocantins**

**Posição no Ranking Geral: 19**

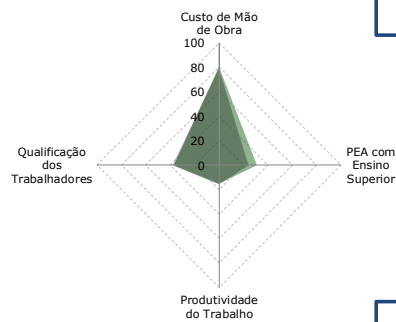
**Sustentabilidade Ambiental**

**Posição:  
21**



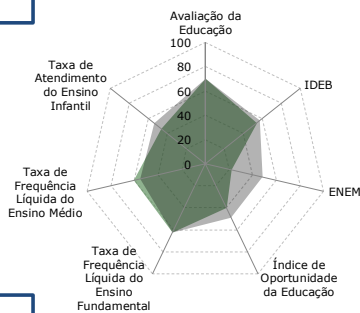
**Capital Humano**

**Posição  
6**



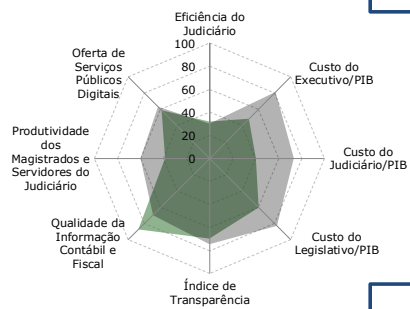
**Educação**

**Posição  
14**



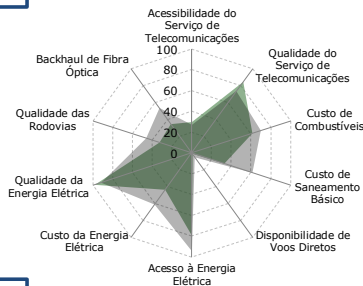
**Eficiência da Máquina Pública**

**Posição  
20**



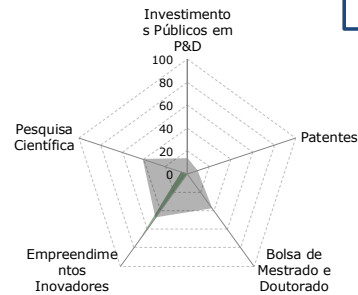
**Infraestrutura**

**Posição  
20**



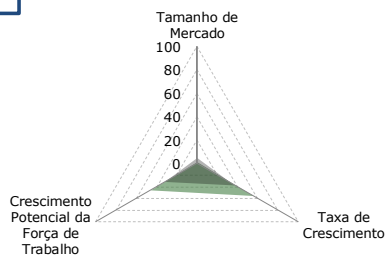
**Inovação**

**Posição  
27**



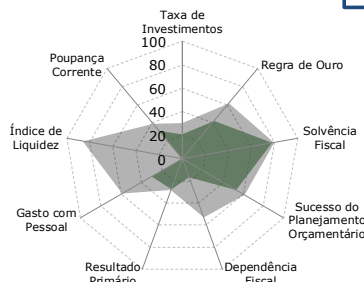
**Potencial de Mercado**

**Posição  
7**



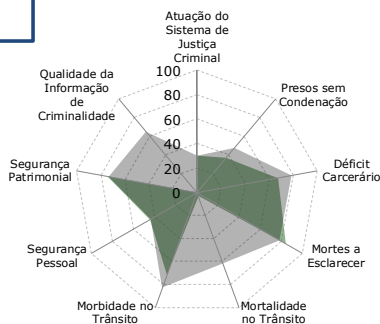
**Solidez Fiscal**

**Posição  
22**



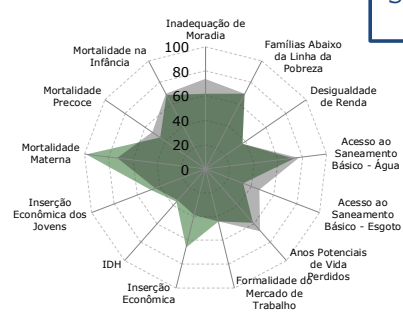
**Segurança Pública**

**Posição  
22**



**Sustentabilidade Social**

**Posição  
12**





# ANEXOS

## **Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings**

### **1.1 A relação desempenho socioeconômico x resultado das urnas**

Um dos temas principais da ciência política contemporânea é o estudo do comportamento eleitoral e a capacidade de os cidadãos avaliarem seus governantes em regimes democráticos, utilizando-se do voto como instrumento.

A teoria do voto contempla algumas linhas de investigação sobre o assunto, dentre as quais a teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs. Esta teoria coloca sua mensagem de forma muito simples: *“se tivermos um incentivo econômico ou social compensatório participamos do processo político, caso contrário, é melhor nos ocuparmos com outras coisas”* (DOWNS, 1957<sup>1</sup>).

Segundo Downs, partidos políticos e eleitores atuam racionalmente, à semelhança de empresários e consumidores. Partidos definem os objetivos e os meios de sua ação visando maximizar seus votos, enquanto os eleitores decidem como votar e como influir diretamente na formulação de políticas governamentais visando maximizar suas utilidades.

Essa interação entre políticos e eleitores pode ser interpretada, do ponto de vista da teoria econômica, como uma relação agente-principal. O governante pode perseguir seus próprios objetivos (que não são necessariamente os mesmos que os dos eleitores) e não fazer o que foi prometido. Porém, na eleição seguinte, o eleitor poderá decidir se votará ou não no governo atual. Se esse tipo de punição ou premiação funciona, a eleição é uma forma de *accountability* do governo.

Uma maneira pela qual os eleitores conseguem verificar os resultados das políticas públicas do governo passa por observar o desempenho de variáveis socioeconômicas. A teoria econômica do voto defende que um desempenho favorável de variáveis socioeconômicas tende a aumentar as chances de reeleição dos atuais governantes ou de seu sucessor político, uma vez que são vistos como responsáveis pelo

---

<sup>1</sup> DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. 1957

resultado. Além disso, um bom resultado socioeconômico tende a demonstrar uma boa capacidade administrativa do atual governo.

No entanto, a relação entre o resultado das políticas do governo e o seu desempenho eleitoral, muitas vezes, não é direta. Embora alguns estudos mostrem evidências de conexão entre performance socioeconômica e voto, vários outros não mostram evidências desta teoria ou apresentam resultados frágeis, com grande variação de resultados entre países e ao longo do tempo (BARONE, 2009<sup>2</sup>).

Uma possível justificativa para a fragilidade nos resultados dos testes de racionalidade econômica no voto seria a existência de elevada assimetria de informação entre os agentes deste mercado — eleitores e governantes. Este problema ocorre quando um dos lados do mercado detém informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte, gerando distorções no mercado.

Para o eleitor, é relativamente difícil avaliar o desempenho do governante nas diversas áreas de atuação. O eleitor pode não ter fácil acesso ao volume de informações tal que viabilize uma avaliação rápida e ao mesmo tempo abrangente do seu governante. Dessa forma, não consegue exercer com clareza e lucidez seu direito de punir ou premiar o formulador de políticas públicas através do voto.

Rogoff e Sibert (1988<sup>3</sup>) e Rogoff (1990<sup>4</sup>) defendem que os ciclos políticos eleitorais surgem dessa assimetria de informações, quando o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de performance de uma determinada variável (impostos ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam e, dessa forma, consegue usar essa assimetria a seu favor. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador faz com que a imagem do governo e a sua reputação de competência sejam mais favoráveis do que no restante do mandato, levando, portanto, a resultados eleitorais mais favoráveis.

Um segundo fator que também impede o bom funcionamento do 'mercado de votos' é o que a literatura chama de *bounded memory* (memória limitada) (Wilson, 2003<sup>5</sup> e Monte, 2007<sup>6</sup>). Nos modelos econômicos é frequente a premissa de que os indivíduos possuem memória perfeita. Porém, na realidade, a maioria dos indivíduos não retêm boa parte das informações e fatos ocorridos, frequentemente ignoram ou têm dificuldade para processar um grande volume de informações (que, muitas vezes, mostram direções opostas), ou não se atualizam frequentemente.

Uma das formas levantadas pela literatura para melhorar o funcionamento de mercados com problema de assimetria de informação é através da  *sinalização* ao

---

<sup>2</sup> BARONE, L. *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. FGV, 2009.

<sup>3</sup> ROGOFF, K.; SIBERT, A. *Elections and Macroeconomic Policy Cycles*. The Review of Economic Studies, Vol. 55, No. 1, pp. 1-16. 1988.

<sup>4</sup> ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. The American Economic Review, Vol. 80, No. 1, pp. 21-36. 1990.

<sup>5</sup> WILSON, A. *Bounded Memory and Biases in Information Processing*. Princeton University, 2003.

<sup>6</sup> MONTE, D. *Reputation and Bounded Memory in Repeated Games with Incomplete Information*. Yale University, YALE, Estados Unidos. 2007.

mercado, na qual os ofertantes desenvolvem um modo de conseguir comprovar junto aos consumidores a respeito da qualidade de um determinado produto.

### **1.2 Justificativa para o uso de sistemas de rankings**

O potencial de sistemas de rankings melhorarem o funcionamento de mercados afetados por problemas de assimetria de informação e também por *bounded memory* encontra forte amparo na teoria econômica.

No início dos anos 1980, começou a surgir intensa discussão sobre o papel da competição como um mecanismo de incentivo. Tais discussões começaram a delinear as circunstâncias nas quais a remuneração baseada no desempenho relativo era superior aos pagamentos atrelados ao resultado puramente individual.

O problema essencial que motivou tais discussões decorre do fato de que o desempenho e o esforço dos trabalhadores não são diretamente observáveis.

Um dos primeiros estudos na área, de Lazear e Rosen (1981<sup>7</sup>), trata da relação entre compensação e incentivos em contratos de trabalho, quando há custos elevados para monitorar o esforço e o produto dos empregados. Os autores analisam o pagamento por meio de rankings, em que os empregados são premiados apenas por seu desempenho relativo, sem considerar a diferença em termos de produto entre um agente e outro.

Os autores defendem que quando há baixo custo de monitoramento da produtividade, o ideal é que o pagamento esteja relacionado diretamente ao esforço do agente. Porém, quando o monitoramento é custoso, o pagamento por meio de ranking pode ser uma estrutura de incentivos mais eficiente.

Analogamente, Nalebuff e Stiglitz (1983<sup>8</sup>) analisaram o papel de regimes de compensação no mercado de trabalho, nos quais a remuneração depende da performance relativa dos agentes em economias com assimetria de informação. Em ambientes de elevada incerteza, tais regimes se mostram preferíveis às estruturas de recompensa individualistas.

A maior parte dos estudos, como os citados acima, tratam dos benefícios da performance relativa em relação às estruturas de recompensa individualistas, principalmente no campo de mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos tratam da eficiência deste comparativo para a avaliação de governantes e outros campos de pesquisa.

A OCDE divulgou em 2008<sup>9</sup> um manual em que debate e contribui para um melhor entendimento da complexidade dos indicadores compostos. O estudo mostra que indicadores compostos, como os rankings, propiciam comparações simples de países

---

<sup>7</sup> LAZEAR, E. e ROSEN, S. *Rank-order tournaments as optimum labor contracts*. Journal of Political Economics, Vol. 89. 1981.

<sup>8</sup> NALEBUFF, B. e STIGLITZ, J. *Prizes and incentives: towards a general theory of compensation and competition*. The Bell Journal of Economics, Vol. 14, No. 1, 1983.

<sup>9</sup> OCDE. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008.

e/ou regiões para ilustrar assuntos com maior grau de complexidade, em vários campos de interesse, como desenvolvimento ambiental, econômico, tecnológico, entre outros.

O estudo argumenta que, para o público em geral, indicadores compostos são mais fáceis de interpretar do que identificar tendências comuns entre vários indicadores individuais. Porém, devem ser vistos como uma discussão inicial, como um farol para um assunto muito complexo e, assim, estimular o interesse público.

A OCDE ainda ressalta que indicadores compostos podem mostrar resultados enganosos se forem mal construídos, induzindo os usuários a análises e conclusões muito simplistas. O manual da OCDE lista os principais argumentos prós e contras dos indicadores compostos:

**Argumentos prós e contras dos indicadores compostos**

<b>Prós</b>	<b>Contras</b>
Permite resumir assuntos complexos e multidimensionais e dar suporte a tomada de decisões	Podem passar mensagens erradas ou ser mal interpretado, se construído de forma errada.
De mais fácil interpretação do que uma bateria de indicadores individuais	Podem dar margem a conclusões simplistas.
Podem avaliar progressos ao longo do tempo	Podem conduzir a políticas inadequadas se desempenho de dimensões de difícil mensuração são ignoradas.
Facilitam a comunicação com o público leigo em geral	
Promove <i>accountability</i>	
Possibilita aos usuários comparar efetivamente dimensões complexas	

Fonte: OCDE (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.

Em que pese o risco de distorções no caso de mal aplicações, a divulgação de sistemas de rankings pode operar como um sistema de sinalização eficiente entre os gestores públicos e eleitores, contribuindo para diminuir a assimetria de informação.

Ranking serviriam, portanto, como um guia para eleitores avaliarem o desempenho dos formuladores de políticas públicas ao longo do mandato. Com mais informação, a qualidade do voto poderia ser melhorada.

Para os próprios agentes públicos, o uso de sistemas de ranking pode ser útil não apenas para a obtenção de um amplo mapeamento dos fatores de competitividade e

de fragilidade das políticas públicas do seu Estado, mas também como um sistema de incentivo para melhorarem suas posições relativas.

## Anexo 2: Estrutura e Metodologia

A estrutura e metodologia adotadas no *Ranking de Competitividade dos Estados* foram geradas após um amplo estudo da literatura acadêmica, bem como da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade.

A escolha dos pilares e indicadores contou também com intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

### 1.1 Estrutura

A classificação dos Estados foi feita pela compilação de 73 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos:

Segurança Pública	Eficiência da Máquina Pública
Sustentabilidade Social	Capital Humano
Infraestrutura	Inovação
Educação	Potencial de Mercado
Solidez Fiscal	Sustentabilidade Ambiental

Além do ranking geral, os Estados foram classificados em cada pilar e cada indicador.

Para a seleção dos indicadores, foram priorizados aqueles que atendessem aos seguintes critérios:

- i) Mensuração de atividades-fim
- ii) Mensuração objetiva e quantitativa
- iii) Abrangência e representatividade
- iv) Incorporação de situações de *trade-off* (acesso x qualidade x custo)
- v) Apurados por fonte externa e de referência
- vi) Atualização periódica

Dessa forma, foram evitados indicadores de atividades-meio, índices *ad-hoc*, (*presentes, por exemplo, apenas em estudos pontuais e temporários*), pesquisas de opinião, indicadores com interpretação dúbia ou que pudessem carregar algum viés ideológico.

As informações utilizadas para a elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* são provenientes de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas.

A Tendências Consultoria empregou os melhores esforços para a coleta dos dados contidos no presente trabalho, visando que fossem os mais atualizados, corretos e



precisos. A elaboração deste Ranking, no entanto, não incluiu a verificação independente ou qualquer tipo de auditoria dos dados e das informações utilizadas.

## 1.2 Metodologia

A construção do ranking contou com duas etapas:

- i) Tratamento dos dados
- ii) Ponderação dos indicadores e pilares

### Tratamento dos dados

O tratamento dos dados é importante para possibilitar a agregação de indicadores de natureza heterogênea, haja a vista as diversas unidades de medida encontradas nos 66 indicadores.

Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados.

Este critério é amplamente adotado em diversos índices e rankings, como o IDH, e amplamente abordado na literatura acadêmica (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006<sup>10</sup>; OCDE, 2008; BARROS, 2003<sup>11</sup>).

A partir dos indicadores selecionados,  $\{B_i; i = 1, \dots, m\}$ , normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((B_i - \min_i) / (max_i - \min_i)) * 100$ , onde  $max_i$  e  $min_i$  são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador  $i$ .

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor. Assim, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior –, a normalização foi invertida. Como exemplo, no indicador de segurança pessoal, a UF com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e o Estado com a maior taxa de mortalidade recebeu 0.

Além disso, foi implementado um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Com a intenção de incentivar a transparência na divulgação dos dados de interesse, foram penalizadas com o último lugar no ranking as UFs que não disponibilizaram informações para o referido indicador.

### Ponderação dos indicadores e pilares

Foram adotados quatro critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

- i) Penalização de redundância: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores

---

<sup>10</sup> CHOWDHURY, S. e SQUIRE, L. *Setting weights for aggregate indices: an application to the commitment to development index and human development index. Journal of Development Studies* 42(5):761-771, 2006.

<sup>11</sup> BARROS, R., CARVALHO, M., e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. IPEA. Texto para discussão nº 986. 2003.

do mesmo pilar, a partir de testes de correlação. Tal tratamento possibilitou que fosse incluído no ranking um maior número de indicadores, evitando, ao mesmo tempo, uma maior arbitrariedade na seleção dos indicadores.

- ii) Penalização de indicadores com grande dispersão: foram penalizados com redução do respectivo peso os indicadores com elevada variância, apurada com base no coeficiente de variação de Person (obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média). Tal tratamento teve por objetivo evitar uma influência excessivamente elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado final do respectivo pilar.
- iii) Bonificação de indicadores com maior carência: foram bonificados com aumento do respectivo peso os indicadores para os quais o desempenho médio das UFs mostrou-se mais desfavorável em relação ao *benchmark* internacional (dado pela média dos países da OCDE). Tal tratamento teve por objetivo incentivar os gestores públicos a priorizarem políticas públicas voltadas ao avanço dos indicadores nos quais os Estados brasileiros mostram maior carência.
- iv) Avaliação de especialistas: por fim, a metodologia previa ainda o uso, em caráter parcimonioso, do chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006; DECANQ e LUGO, 2008<sup>12</sup>). Foram consultados especialistas das diversas áreas para avaliarem se os pesos atribuídos se mostravam consistentes, tendo em vista a vasta experiência deles no estudo destas áreas.

---

<sup>12</sup> DECANQ, K. e LUGO, M. *Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation*. OPHI-workshop on Weighting Dimensions. Oxford, 2008.

Depois de analisar todos os critérios, os pesos finais dos pilares ficaram os seguintes:

### Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2020)



### Comparação de peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados

	Pesos (Edição 2015)	Pesos (Edição 2016)	Pesos (Edição 2017)	Pesos (Edição 2018)	Peso (Edição 2019)	Peso (Edição 2020)
Segurança Pública	12,4%	13,4%	13,3%	13,3%	13,4%	13,8%
Infraestrutura	14,0%	13,2%	13,0%	12,9%	12,7%	12,6%
Sustentabilidade Social	13,0%	12,5%	12,4%	12,3%	12,2%	12,1%
Solidez Fiscal	11,9%	11,7%	11,8%	12,1%	12,0%	11,9%
Educação	12,1%	11,5%	11,4%	11,4%	11,3%	11,2%
Capital Humano	7,7%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%
Sustentabilidade Ambiental	7,4%	7,6%	7,6%	7,7%	7,8%	7,9%
Eficiência da Máquina Pública	7,3%	7,6%	7,6%	7,8%	7,9%	7,9%
Potencial de Mercado	7,2%	7,6%	7,7%	7,7%	7,7%	7,6%
Inovação	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,9%

### Critérios de desempate

Para alguns indicadores específicos, houve empate na nota final entre UFs.

Quando os Estados apresentam dados originais iguais, não houve diferenciação ordinal entre eles, aparecendo em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. Em *IDH*, por exemplo, Acre e Pernambuco possuíam a mesma pontuação no índice calculado em 2015 (ano-base do indicador), a 17ª maior pontuação do Brasil. Deste modo, os Estados assumiram esta posição com a aparição do Acre seguida da aparição do Pernambuco e nenhum Estado ocupa, portanto, a 18ª posição.

Quando os Estados são penalizados por omissão de dados, também não houve diferenciação ordinal entre eles, de modo que compartilham a última posição e

aparecem em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. A imposição da última colocação visa incentivar a transparência nas próximas edições.

Na tabela abaixo, estão listados os Estados que apresentaram resultados iguais para um dado indicador:

	Estado (Posição)
<b>Avaliação da Educação</b>	CE (1), DF (1), ES (1), GO (1), MG (1), PE (1), PI (1), PR (1), RN (1) e SP (1); PA (12), SC (12) e TO (12); AL (15) e RS (15); MS (17) e MT (17); AM (19), AP (19), BA (19), MA (19) e RJ (19); AC (25), RO (25) e RR (25)
<b>Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental</b>	CE (4) e GO (4); DF (7), MS (7) e PB (7); PE (11) e RN (11); MA (14) e TO (14); PI (16) e SE (16); AM (18), BA (18) e RS (18); AP (22), ES (22) e PA (22).
<b>Oferta de Serviços Públicos Digitais</b>	MG (1) e SC (1); DF (14) e RJ (14); PA (18) e RN (18); CE (22) e PI (22)
<b>Índice de Liquidez</b>	DF (20), GO (20), MG (20), MT (20), PI (20), RN (20), RS (20) e TO (20)
<b>Qualidade da Informação Contábil e Fiscal</b>	AL (1) e ES (1); PR (3), RO (3) e SE (3); RJ (10) e SC (10)
<b>Desigualdade de Renda</b>	MG (7), MS (7) e RS (7); AC (12) e MA (12); DF (25) e PI (25)
<b>Índice de Transparência</b>	PE (4) e SC (4); ES (8) e GO (8); RN (11) e RO (11)
<b>Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário</b>	BA (1), RJ (1), RR (1), SE (1) e SP (1)
<b>Qualidade da Energia Elétrica</b>	MT (3) e TO (3); AM (6), MA (6) e RN (6)
<b>Backhaul de Fibra Óptica</b>	DF (1), PR (1), RJ (1) e SC (1)
<b>Qualidade da Informação de Criminalidade</b>	PA (2) e PI (2); RR (26) e TO (26)
<b>Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio</b>	DF (4) e PR (4)
<b>Patentes</b>	AP (26) e RR (26)
<b>IDH</b>	MG (6) e RS (6)

#### Mudanças metodológicas (Edição 2020):

Além de permitir a comparação entre as Unidades Federativas, os indicadores também oferecem insumos para o acompanhamento da evolução de dado Estado no tempo. A acurácia da avaliação de competitividade depende da identificação das melhores experiências, com as quais se podem repercutir as boas práticas, esperando que outros Estados não tão bem posicionados possam elencar suas prioridades e reaproveitar casos de sucesso. Portanto, o holofote não apenas deve ser colocado sobre aqueles cujo status se sobressai, pois também convém destacar aqueles que demonstraram avanços relevantes independentemente do seu posto na distribuição.

Deste modo, ainda que sejam desejáveis aprimoramentos contínuos na metodologia do Ranking, existe — e frequentemente prepondera — a preocupação de que os resultados sejam comparáveis entre diferentes edições. O compromisso técnico de coletar os dados mais recentes, bem como tratá-los de maneira a retratar a realidade

local com o máximo possível de fidelidade e representatividade, deve ser compatível com a comparabilidade entre edições.

Sendo assim, as regras de ponderação e os critérios de agregação seguem a mesma lógica aplicada na edição de 2015. Porém, alguns ajustes necessários e inevitáveis foram pontualmente realizados. Abaixo estão listadas tais mudanças:

Nesta edição, após intensos debates com especialistas da área, incluímos seis novos indicadores:

- i) Qualidade da Informação Contábil e Fiscal: refere-se ao *Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual*, da Secretaria do Tesouro Nacional, segundo informações do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Avaliar a qualidade da informação utilizada tanto pelo Tesouro Nacional quanto pelos diversos usuários dessa informação revelou-se um importante instrumento ao estudo da competitividade dos Estados.
- ii) Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário: refere-se à distância da produtividade dos mesmos em relação à fronteira (100% do IPC-Jus). O indicador é calculado considerando a média simples de duas relações: Índice de Produtividades do Magistrado (IPM) sobre o IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus; e o Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud) sobre o IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus, segundo o *Relatório Justiça em Números* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mensurar o número de processos solucionados pelo magistrado e o volume de casos baixados por servidores, em cada Estado, é imprescindível à análise das atividades-fim da Gestão Judiciária.
- iii) Oferta de Serviços Públicos Digitais: refere-se ao Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital, disponibilizado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP). A necessidade de avaliar (i) as capacidades para a oferta digital de serviços, (ii) a oferta de serviços digitais e (iii) a regulamentação sobre modernização para a oferta de serviços públicos, em cada Estado, fundamenta a incorporação do novo indicador.
- iv) Backhaul de Fibra Óptica: refere-se à proporção de Municípios com infraestrutura de backhaul de fibra óptica, segundo dados da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). A importância de se realizar um mapeamento das infraestruturas das redes de telecomunicações de alta capacidade, nas Unidades da Federação, justifica a inclusão do novo indicador.
- v) Pesquisa Científica: refere-se à nota em *pesquisa* do Ranking Universitário Folha (RUF), do jornal Folha de S.Paulo, conforme dados da *Web of Science* (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), Capes, CNPq e agências federais de fomento (2017), e SciELO (de 2012 a 2016). Considerar a qualidade das universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de

indicadores de publicações, citações e teses, mostra-se um importante parâmetro à competitividade das Unidades da Federação.

- vi) Regra de Ouro: refere-se à diferença entre as despesas de capital e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida, conforme dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). A necessidade de avaliar se os Estados se endividam no limite do gasto com investimento (despesa de capital) justifica a inclusão do novo indicador. Para maior competitividade da UF, as receitas de operação de crédito não devem ser superiores à despesa de capital, ou seja, a dívida não deve ser maior que o investimento.

Além disso, alterações foram feitas em alguns indicadores:

- vii) Eficiência do Judiciário: alteração metodológica com a substituição da *Taxa de Congestionamento* (a qual mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano) pela *Taxa de Congestionamento Líquida*, calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.
- viii) Bolsa de Mestrado e Doutorado: alteração metodológica do numerador, já que, até a última edição, eram considerados, na proporção de discentes de pós-graduação beneficiados por bolsa de mestrado e doutorado, apenas as fornecidas pelo CNPq e CAPES. A partir desta edição, foram incluídas as bolsas das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), conforme levantamento fornecido pelo CONFAP (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa).
- ix) Taxa de Investimentos: mudança no nome do indicador, de *Capacidade de Investimento* para *Taxa de Investimentos*.
- x) Sucesso do Planejamento Orçamentário: mudança no nome do indicador, de *Sucesso da Execução Orçamentária* para *Sucesso do Planejamento Orçamentário*.
- xi) Dependência Fiscal: mudança no nome do indicador, de *Autonomia Fiscal* para *Dependência Fiscal*, e alteração metodológica, uma vez que a razão entre transferências correntes e a receita corrente total deixou de ser deduzida de 1 (um). A ideia de "autonomia", utilizada até a edição de 2019, foi substituída pela ideia de "dependência" financeira do Estado, de modo que, de agora em diante, quanto maior o valor do dado bruto (i.e. quanto maior a dependência fiscal), pior. Vale ressaltar que os casos do RJ e do DF podem subestimar o grau de dependência. No caso do RJ, isso deriva do fato de o Estado classificar algumas receitas de royalties e participações especiais do petróleo como sendo próprias. No caso do DF, isso deriva do fato de que receitas que constituem o Fundo Constitucional do DF serem classificadas como próprias, quando na prática são transferências da União.
- xii) Gasto com Pessoal: alteração metodológica, uma vez que o gasto bruto (do RGF) foi substituído pelo gasto empenhado com pessoal (do RREO),

considerando apenas as despesas orçamentárias (não inclui despesas intraorçamentárias).

- xiii) Índice de Liquidez: alteração metodológica na normalização dos dados brutos, em comparação à edição do ano passado. Como o indicador mede a relação entre as obrigações financeiras (passivo) e a disponibilidade bruta de caixa (ativo), quanto maior seu valor, maiores são as obrigações financeiras em relação ao caixa — implicando em menor liquidez. O indicador varia bastante entre as UFs, podendo superar 200% (casos de DF, GO, MG, MT, PI e TO) ou mesmo ser negativo (caso do RS). Índices de liquidez muito elevados, superiores a 100%, indicam que o Estado tem muito mais obrigações do que dinheiro em caixa. Já casos negativos remetem à situação crítica em que o saldo em caixa é negativo. Assim, índices de liquidez muito elevados ou negativos são igualmente ruins e sinalizam baixa (ou nenhuma) liquidez. Para tratar essas diferenças, atribuiu-se nota zero aos Estados com índice de liquidez igual ou superior a 200% ou negativo. Todos os demais casos recebem o tratamento padrão de normalização de notas, que variam de 0 a 100.
- xiv) Segurança Pessoal: alteração metodológica, considerando que não houve divulgação de novos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do FBSP. Para a edição de 2020, incorporamos as informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, disponibilizadas no Sinesp para 2019. Porém, o indicador deixou de considerar, no numerador, a quantidade de "Morte Decorrente de Intervenção Policial (em serviço e fora de serviço)" — passando a contemplar apenas "Homicídio Doloso", "Latrocínio" e "Lesão Corporal Seguida de Morte".
- xv) Segurança Patrimonial: alteração metodológica, considerando que não houve divulgação de novos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do FBSP. Para a edição de 2020, incorporamos as informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, disponibilizadas no Sinesp para 2019. Porém, o indicador deixou de considerar, no numerador, a quantidade de "Roubo a estabelecimento comercial", "Roubo a residência" e "Roubo a transeunte" — passando a contemplar apenas "Roubo e Furto de Veículo", "Roubo a instituição financeira" e "Roubo de carga".
- xvi) Inadequação de Moradia: alteração metodológica, tendo em vista a necessidade de reproduzirmos o indicador da Fundação João Pinheiro, não atualizado desde 2015. A metodologia da FJP foi replicada à mais recente PNAD Contínua Anual (IBGE), desconsiderando as características de déficit habitacional, anteriormente vigentes. Com isso, o indicador passou a referir-se à participação de domicílios urbanos que apresentam pelo menos um dos critérios de inadequação (carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária,

cobertura inadequada e/ou ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva).

- xvii) Formalidade do Mercado de Trabalho: alteração metodológica com a exclusão de *empregador, conta própria e trabalhador auxiliar familiar que contribuem para instituto de previdência* do conceito de “ocupado formal”, em detrimento da inclusão de *empregador e conta própria com CNPJ*.

Por fim, excluímos dois indicadores:

- xviii) PISA: o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (tradução de *Programme for International Student Assessment*) é um estudo realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, o INEP informou que, em virtude da diminuição do tamanho amostral aplicado na edição do Pisa 2018, as Unidades da Federação não foram incluídas como estrato explícito, de modo que não foram geradas estimativas estaduais. Considerando a mudança metodológica do dado público, optamos por excluí-lo do Ranking de Competitividade dos Estados.
- xix) Resultado Nominal: após discussões com o Comitê Crítico, decidiu-se excluir o indicador, uma vez que ele seria redundante à medida em que o Pilar de Sustentabilidade Fiscal já contempla os indicadores “Resultado Primário” e “Solvência Fiscal” e por ser muito sujeito a fatores externos à governabilidade estadual, como por exemplo a taxa de juros e inflação, variáveis que afetam o resultado nominal. Decidiu-se por substituir o indicador pelo novo indicador “Regra de Ouro”, anteriormente descrito. Assim, a finalidade de se avaliar a variação da dívida consolidada líquida de um ano para o outro foi substituída pela importância de se comparar o endividamento dos Estados frente ao limite do gasto com investimento.

#### Períodos de Referência

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de indicadores, no entanto, uma mesma edição do ranking compila várias fontes cujos anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, os indicadores são fotografias que não coincidem necessariamente no tempo, podendo ter como referência anos diferentes entre si. Isso acontece, por exemplo, com o pilar de Educação, pois são combinados IDEB, ENEM e IOEB, que apresentam frequência e defasagem variadas.



**Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2020 – Parte I:**

	Indicadores	Ed. 2020	Dados novos nesta edição
<b>Sustentab. Ambiental</b>	Emissões de CO <sub>2</sub>	2018	Sim
	Serviços Urbanos	2018	Sim
	Destinação do Lixo	2018	Sim
	Tratamento de Esgoto	2018	Sim
	Perda de Água	2018	Sim
<b>Capital Humano</b>	Custo de Mão de Obra	2019	Sim
	PEA com Ensino Superior	2019	Sim
	Produtividade do Trabalho	2019	Sim
	Qualificação dos Trabalhadores	2019	Sim
<b>Educação</b>	Avaliação da Educação	2020	Sim
	IDEB	2017	Sem dados novos
	ENEM	2019	Sim
	Índice de Oportunidade da Educação	2019	Sem dados novos
	Taxa de frequência líquida do ensino fundamental	2019	Sim
	Taxa de frequência líquida do ensino médio	2019	Sim
	Taxa de atendimento do ensino infantil	2019	Sim
<b>Eficiência da Máquina Pública</b>	Eficiência do Judiciário	2019	Sim
	Custo do Executivo/PIB	2019	Sim
	Custo do Judiciário/PIB	2019	Sim
	Custo do Legislativo/PIB	2019	Sim
	Índice de Transparência	2018	Sem dados novos
	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	2019	Sim
	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	2019	Sim
	Oferta de Serviços Públicos Digitais	2019	Sim
<b>Infraestrutura</b>	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	2019	Sim
	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	2019	Sim
	Custo de Combustíveis	2019	Sim
	Custo de Saneamento Básico	2018	Sim
	Disponibilidade de Voos Diretos	2019	Sim
	Acesso à Energia Elétrica	2019	Sim
	Custo da Energia Elétrica	2019	Sim
	Qualidade da Energia Elétrica	2019	Sim
	Qualidade das Rodovias	2019	Sim
	Backhaul de Fibra Óptica	2019	Sim

**Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2020 – Parte II:**

	Indicadores	Ed. 2020	Dados novos nesta edição
<b>Inovação</b>	Investimentos Públicos em P&D	2017	Sim
	Patentes	2018	Sim
	Bolsa de Mestrado e Doutorado	2018	Sim
	Empreendimentos Inovadores	2020	Sim
	Pesquisa Científica	2019	Sim
<b>Potenc. de Merc.</b>	Tamanho de mercado	2019	Sim
	Taxa de crescimento	2019	Sim
	Crescimento Potencial da Força de Trabalho	2019	Sim
<b>Solidez Fiscal</b>	Taxa de Investimentos	2019	Sim
	Regra de Ouro	2019	Sim
	Solvência Fiscal	2019	Sim
	Sucesso do Planejamento Orçamentário	2019	Sim
	Dependência Fiscal	2019	Sim
	Resultado Primário	2019	Sim
	Gasto com Pessoal	2019	Sim
	Índice de Liquidez	2019	Sim
	Poupança Corrente	2019	Sim
<b>Segurança Pública</b>	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	2018	Sem dados novos
	Presos sem Condenação	2019	Sim
	Déficit Carcerário	2019	Sim
	Mortes a esclarecer	2018	Sim
	Mortalidade no Trânsito	2018	Sim
	Morbidade no Trânsito	2019	Sim
	Segurança Pessoal	2019	Sim
	Segurança Patrimonial	2019	Sim
	Qualidade da Informação de Criminalidade	2017	Sem dados novos
<b>Sustentabilidade Social</b>	Inadequação de Moradia	2019	Sim
	Famílias abaixo da linha da pobreza	2019	Sim
	Desigualdade de renda	2019	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	2019	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	2019	Sim
	Anos Potenciais de Vida Perdidos	2018	Sim
	Formalidade do Mercado de Trabalho	2019	Sim
	Inserção Econômica	2019	Sim
	IDH	2017	Sem dados novos
	Inserção Econômica dos Jovens	2019	Sim
	Mortalidade Materna	2018	Sim
	Mortalidade Precoce	2018	Sim
	Mortalidade na infância	2018	Sim